

PUCRS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

MÁRIO EUGÊNIO VILLAS-BÔAS DA ROCHA

A COMUNICAÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL COMO EXPRESSÃO
DO PENSAMENTO COMPLEXO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NO
JORNALISMO GAÚCHO

Porto Alegre
2005

FBC
T
070.489
R672c

DOAÇÃO
DO AUTOR
27 JUN 2005

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**A comunicação da temática ambiental como expressão do pensamento complexo:
um estudo exploratório no jornalismo gaúcho**

Mário Eugênio Villas-Bôas da Rocha

**Prof.^a Dr.^a Beatriz Dornelles
Orientadora**

**Dissertação apresentada como pré-requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em Comunicação Social, no Programa de
Pós-Graduação em Comunicação Social da
PUCRS.**

22/03/2005

**Instituição depositária:
Biblioteca Ir. José Otão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**

UFRGS Biblioteca Setorial de Biblioteconomia e Comunicaçã	
Nº CHAMADA:	T 070.489 R672C
Nº OBRA:	—
Nº REGISTRO:	24992
DATA:	27/06/05
SYS:	469944

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R672c Rocha, Mário Eugênio Villas-Bôas da
A comunicação da temática ambiental como expressão
do pensamento complexo : um estudo exploratório no
jornalismo gaúcho/ Mário Eugênio Villas-Bôas da Rocha. —
Porto Alegre, 2005.
142 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Fac. de Comunicação Social,
PUCRS, 2005.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Beatriz Dornelles.

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Meio Ambiente –
Aspectos Sociais. 4. Desenvolvimento Econômico.
5. Educação Ambiental. 6. Globalização. 7. Imprensa.
8. Complexidade. I. Título. II. Dornelles, Beatriz.

CDD 301.31
070

Bibliotecária Responsável
Iara Breda de Azeredo
CRB 10/1379

MÁRIO EUGÊNIO VILLAS-BÔAS DA ROCHA

A COMUNICAÇÃO DA TEMÁTICA AMBIENTAL COMO EXPRESSÃO
DO PENSAMENTO COMPLEXO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO
NO JORNALISMO GAÚCHO

Dissertação apresentada ao Mestrado em
Comunicação Social, do Programa de Pós-
graduação em Comunicação, da Faculdade de
Comunicação Social, da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, ____ de _____ de 2005.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Beatriz Dornelles

Prof.^a Dr.^a Dóris Fagundes Hausen – PUC

Prof.^a Dr.^a Ilza Maria Tourinho Girardi – UFRGS

Para minha mulher, Marta, impulso decisivo cada vez que o desafio parecia maior do que a energia para enfrentá-lo; para meu filho, Diego, livre e responsável, em cujos ideais e perplexidades reconheço um pouco de mim.

AGRADECIMENTOS

Olho pela janela e vejo um pequeno pássaro buscando alimento em meio à grama orvalhada, sob um céu azul e um sol nascente... É um bom momento para agradecer à vida pela vida. E ao estímulo dos colegas da UFRGS, ULBRA, SEMA/FEPAM, à Direção, professores e funcionários do Pós-graduação em Comunicação da PUCRS (com especial menção à carinhosa orientação-preocupação da doutora-amiga Beatriz Dornelles), e a todos que contribuíram com textos, sugestões, informações e críticas, viabilizando este trabalho. Obrigado!

“Inspirou profundamente e sentiu que o ar era bom. Mergulhou em águas lípidas. Colheu a terra com as mãos em concha, percebeu-a fértil e generosa. Mas não ficou apenas nas sensações. Compreendeu que era responsável pelo ar, pela água e pela terra. Responsável pelo que fazia e pelo que não tinha feito e pelo que não faria. Pelo que deixava que os outros fizessem ou não fizessem. Por suas ações e omissões, portanto. Viu que tinha companhia. E que sua voz, somada a muitas mais, ganhava em altura e alcance. Incomodava os falsamente inconscientes. Preocupava os bem-intencionados. Então, resolveu participar...” (Extraído do convite/programação da Semana Estadual do Meio Ambiente de 2004 no RS)

RESUMO

A dissertação busca discutir o papel do jornalista ambiental, na condição de *participante justo* do *jornalismo cívico*, na explicitação do conflito entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Três diferentes grupos de atores/agentes têm suas opiniões sobre a ação da imprensa escrita confrontadas neste trabalho que encontra no desafio do *pensamento complexo*, de Edgar Morin, resposta teórica para a necessidade pragmática de uma visão sistêmica da natureza. A amostra intencional inclui integrantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, jornalistas e dirigentes de órgãos ambientais municipais, totalizando 28 pessoas, às quais foi apresentado questionário elaborado segundo a Escala de Likert. A pesquisa exploratória propõe-se a desvelar cenários de confrontos e consensos onde fundem-se o jornalismo e a educação ambiental.

Palavras-chave: Comunicação. Jornalismo Ambiental. Teoria da Notícia.

ABSTRACT

The dissertation discusses the role of the environmental journalist as a "fair participant" of "civic journalism", mediating conflicts between economic development and environmental preservation. Three different actor/agent groups have their opinions about written press actions confronted in this research - research that finds in Edgar Morin's Complex Thought the theoretical answer to the pragmatic need of a systemic view of nature. The sample survey includes members of the Rio Grande do Sul State Environmental Council, journalists and municipal environmental organ managers, totalizing 28 people. They answered the questionnaire prepared according to Likert Scale. As an exploratory research, it aims to unveil sceneries of consensus and confrontations where journalism and environmental education merge.

Key Words: Communication. Environmental Journalism. Newsmaking Theory.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Nos jornais, as notícias sobre a temática ambiental deveriam contar com espaço, em cada edição, equivalente ao que é destinado às notícias de Política, Economia, Esportes, Cultura, Segurança etc porque o futuro das espécies, inclusive a humana, está ameaçado	82
TABELA 2 – O noticiário sobre a temática ambiental nos jornais é apresentado de forma sensacionalista e/ou superficial, incorrendo em freqüentes erros de informação	84
TABELA 3 – Os jornalistas que produzem notícias com temática ambiental têm buscado qualificação profissional nesta área	90
TABELA 4 – A notícia sobre temática ambiental deve visar à educação ambiental dos leitores	95
TABELA 5 – Nas notícias sobre temática ambiental, o gênero jornalístico Informativo deve predominar sobre o Interpretativo e o Opinativo	101
TABELA 6 – Está aumentando a preocupação do conjunto da sociedade em relação às questões ambientais e ela traduz-se pelo crescimento do número de iniciativas individuais e coletivas	104

TABELA 7 – O planejamento e as ações do poder Executivo dos municípios, dos estados e da União, considerados em conjunto, privilegiam as questões econômicas e colocam em plano secundário a preservação ambiental e o desenvolvimento ecossustentável	107
TABELA 8 – As fontes (entrevistados) integrantes do poder Executivo dos municípios, estados e União, considerados em conjunto, tendem a minimizar e/ou ocultar a relevância de impactos de projetos e obras sobre o ambiente	110
TABELA 9 – As fontes (entrevistados) integrantes de organizações ambientalistas tendem a exagerar nas denúncias ambientais para obter espaço nos jornais	113
TABELA 10 – As empresas jornalísticas adotam como critério editorial incluir a questão ambiental nas notícias sobre desenvolvimento econômico	117

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	COMPLEXIDADE, GLOBALISMO E CIDADANIA	26
2.1	A ciência pode ter uma consciência?	28
2.2	O globalismo não é uma manifestação complexa?	31
2.3	O desenvolvimento econômico não visa ao bem-estar social?	36
2.4	O pensamento inseguro controla a barbárie?	43
2.5	A cidadania plena exige o espaço planetário?	48
3	A EXPRESSÃO LOCAL DO AMBIENTE GLOBAL	52
3.1	Economia, política e ambiente como cenários estratégicos	56
3.2	A formação da consciência ambientalista no RS	66
3.3	O modelo estadual de gestão ambiental	71
4	A IMPRENSA FRENTE À COMPLEXIDADE AMBIENTAL	80
4.1	Disponibilidade de espaço editorial para o noticiário ambiental	82
4.2	Sensacionalismo, superficialidade, erros de informação	84
4.3	A especialização do jornalista	90
4.4	Notícias como instrumento de educação ambiental	95
4.5	Opção entre os gêneros informativo, interpretativo, opinativo	101
4.6	As ações individuais e coletivas na área ambiental	104

4.7	Poder público, desenvolvimento e meio ambiente	107
4.8	As fontes do poder Executivo e a informação	110
4.9	As fontes ambientalistas e a informação correta	113
4.10	Empresas jornalísticas, desenvolvimento e ambiente	117
4.11	A dimensão ambiental do jornalismo e da educação	121
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
	REFERÊNCIAS	134
	APÊNDICE A - Relação das representações no Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA em 2004	139
	APÊNDICE B - Modelo de questionário na Escala de Likert para aplicação nos integrantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA	140
	APÊNDICE C – Relação dos municípios habilitados pelo CONSEMA ao licenciamento ambiental de atividades com impacto local	142

1 INTRODUÇÃO

Míope, présbita, daltônica, zarolha, acabando cega na maioria das vezes. É como o sociólogo, filósofo, antropólogo e historiador Edgar Morin – embora esta apresentação já seja, ela mesma, uma contradição à natureza da contribuição transdisciplinar que está legando - qualifica “a inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva, reducionista [que] quebra o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa aquilo que está unido, unidimensionaliza o multidimensional” (MORIN, 2000, p. 208).

O conceito de *pensamento complexo* que Morin (2003a, p. 7-11) identifica, estabelece, estuda e propõe, como opção ao que denomina de uma falsa racionalidade predominante, visa à junção do todo e expressa-se pelas *ciências sistêmicas* como a ecologia. A zoologia, a botânica, a geografia, a microbiologia, entre outros conjuntos estruturados de repositórios do saber, passam a reconhecer, segundo este paradigma, a tessitura do conhecimento interrelacionado. *Complexus*, lembra Morin (2000, p. 209), vem do idioma grego e significa aquilo que é tecido conjuntamente.

O presente estudo adota o *corpus* teórico sobre a complexidade, presente no conjunto da obra de Morin, pelo entendimento de que ele representa adequadamente a visão ambientalista e sistêmica da natureza, muito mais ampla, como será apresentado adiante, do que a visão ecológica ou simplesmente preservacionista. Gaia, a Terra, é um ser vivo impactado local e globalmente.

A abordagem sobre a globalização inclui consulta ao pensamento de autores como Octavio Ianni (2001), que destaca a relação entre a globalização e a ênfase com que movimentos sociais passaram a denunciar as agressões ao meio ambiente. Ianni (2001, p. 22) registra que “o planeta Terra já não é mais apenas um ente astronômico, mas também histórico. [...] O planeta Terra torna-se território da humanidade”. As contribuições de Manuel Castells (2001), especialmente na obra *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, são igualmente consideradas, assim como as de Néstor Garcia Canclini, presentes em *La globalización imaginada* (2000) e em *Cultura y Comunicación: entre lo global y lo local* (1997).

No passado, não muito distante, a informação levava semanas para cobrir distâncias continentais e meses, quando não anos, singrando os mares na dependência dos bons ventos, de toscos instrumentos de navegação e de cartas náuticas que registravam o conhecimento parcial que a espécie humana dispunha sobre o seu entorno geográfico.

Os meios impressos de comunicação sofriam, como até hoje, as limitações impostas pelos fluxos de redação e edição no processo de produção, por um lado, e de distribuição, por outro. O primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, de Hipólito José da Costa, é um bom exemplo: surge em 1º de junho de 1808 e vinha da Europa envolto nas brumas da clandestinidade.

Quando as distâncias são dramaticamente encurtadas pelas novas tecnologias de comunicação, a informação passa a ser disponibilizada em tempo real. Passamos a ser testemunhas – cúmplices, muitas vezes - do que acontece dobrando a esquina e em pontos remotos do planeta. Não importa a temática. Esportes, política, economia, segurança pessoal e das nações, religião, ciência, educação... E meio ambiente.

O mundo da internet ganhou uma representação na imagem da teia. A singularidade é o fio, mas muitos fios unidos são eles mesmos e mais do que eles. Tornaram-se algo bem mais complexo, agregando realidades e possibilidades. Em economia, fatores climáticos nos Estados Unidos da América afetam a disponibilidade de recursos advindos da agricultura para investimentos públicos no Rio Grande do Sul; na política, um atentado em Serajevo precipita o mundo na assim chamada primeira grande guerra mundial; no esporte, conjugam-se um biotipo surpreendentemente adequado e treinamento qualificado para levar uma pequena menina negra a ser a esperança, logo desfeita, da primeira medalha de ouro individual feminina do Brasil em uma Olimpíada. A tudo acompanhamos, graças aos meios de comunicação, em tempo cada vez mais real.

E nas ciências? Bem, nelas predomina a visão reducionista, segundo Morin (2003a, p.13-14). Direcionada para o específico da questão ambiental, tal modelo acaba por respaldar a conduta extrativista/destrutivista dos recursos naturais, renováveis ou não. Promove uma disrupção entre a espécie humana e as demais, colocando tudo o que está vivo ou não-vivo a serviço daquele que parece ser o único ser com consciência de si mesmo.

O presente estudo parte da premissa de que o meio ambiente encontra no paradigma da complexidade, segundo o pensamento de Edgar Morin (2000, 2002a, 2002b, 2003a), um arcabouço de reflexões que permite captar o conjunto de nossa realidade. Como decorrência, os processos comunicacionais igualmente poderiam/deveriam buscar mais do que a simples transmissão da informação sobre o fato ambiental, buscando privilegiar a contextualização. É este, também, o entendimento dos atores locais envolvidos com o meio ambiente?

A complexidade caracteriza as relações entre os seres vivos e destes com o restante do meio ambiente. Extremada, porém poética e inequívoca, é a metáfora do bater de asas de uma

borboleta no Oriente como causa remota do surgimento de um furacão no Ocidente. O presente trabalho de investigação acadêmica que proponho encontra, no pensamento complexo de Morin, uma linha teórica que fundamenta as observações empíricas colhidas ao longo da minha trajetória profissional, particularmente nos últimos três anos, com envolvimento direto no jornalismo ambiental.

O compromisso ético do jornalismo pressupõe o estabelecimento de processos comunicacionais que coloquem a atividade profissional a serviço da promoção da cidadania. Acompanhando a evolução da sociedade, o jornalismo apresenta-se como objetivando, especialmente, a prestação de serviços à comunidade. No entanto, as dificuldades para discutir a transdisciplinaridade nos meios acadêmicos refletem-se nos processos comunicacionais relacionados à divulgação científica. Manuel Calvo Hernando (1993a, 1993b, 1993c) e Wilson da Costa Bueno (2004) são pesquisadores com importantes reflexões para a análise e a inserção do jornalismo ambiental no campo maior do jornalismo científico. Elas são apropriadas neste trabalho.

Como apresentá-lo ? Segundo modelos tradicionais da ciência, ou, em acordo com o papel contestatório desempenhado por Morin, buscar novos caminhos, inclusive permitindo que o emocional “perturbe” a lógica científica ?

Renato Janine Ribeiro (1999, p. 190) escreveu o artigo *Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme* para apoiar quem produz investigação científica que possa, talvez, desagradar a uma concepção tradicional de modelo de pesquisa. Mas qual o campo do conhecimento que presta-se mais à inovação, ao questionamento, à descoberta do sabor no saber, que a Comunicação Social?

O autor propõe:

devemos deixar de lado pelo menos parte da desculpa bibliográfica. É claro que não se espera de ninguém que reivente a roda: os autores que nos precederam deram passos formidáveis e deles nos devemos valer para avançar. Mas é preciso que sejam ajudas, e não muletas (RIBEIRO, 1999, p. 190).

Ele desafia o pesquisador *a expor-se ao seu projeto mais do que o faz* (RIBEIRO, 1999, p. 191) e questiona o processo tradicional de escolha de um objeto de desejo para depois anestesiá-lo ou esterilizá-lo.

Ao final do artigo, por certo polêmico, Ribeiro (1999, p. 195) critica o que considera como *peso excessivo* para as fontes e autoridades, bem como “a importância em demasia à carreira acadêmica” e questiona se em busca do melhor caminho para “incentivar a pesquisa original não se deveria querer exatamente o contrário: o risco, a opinião própria e fundamentada?” (RIBEIRO, 1999, p. 195).

Busco o risco, a opinião própria e fundamentada. Ela se consubstancia a partir da definição do tema e nas escolhas seguintes dele decorrentes. Ao invés de uma *pesquisa fundamental*, que aumenta a soma de saberes disponíveis, opto pela que tem por objetivo resolver um problema da sociedade, a *pesquisa aplicada*. A primeira aumenta a soma de saberes disponíveis, os quais, em determinado momento, servirão para responder a problemas sociais; já a pesquisa aplicada evidencia uma questão, aborda-a e busca contribuir para a transformação do ambiente. A pesquisa com amostragem intencional, não probabilista, típica, é um instrumento para recorte da realidade que se busca desvelar.

Laville e Dionne (1999, p. 170) alertam que as amostras não-probabilistas são mais fáceis de compor mas a qualidade é desigual e a generalização das conclusões mostra-se

delicada, principalmente porque é impossível medir o erro de amostragem. Eles conceituam a *amostra típica* como sendo aquela em que “a partir das necessidades do estudo, o pesquisador seleciona casos julgados exemplares ou típicos da população-alvo ou de uma parte desta”.

Guillermo Orozco Gómez (2000, p. 87), no entanto, afirma: “En la investigación cualitativa no se habla de muestra: se tiene o no una ‘serie de casos’ a partir de los cuales se puede decir que estos casos le permiten tener una serie de conocimientos”. Para ele, o importante é o estabelecimento do que denomina de suficiência comparativa, critério que “no es una muestra matemática ni estadística, sino que lo que interesa es distinguir procesos” (OROZCO GÓMEZ, 2000, p. 87).

A combinação de amostras probabilistas e não-probabilistas é aceita pelos autores. Já Orozco Gómez (2000, p. 88) prefere destacar que mais importante do que o recorte de conhecimento obtido na pesquisa é a pertinência e relevância que a investigação permite, como método “para llegar a conclusiones ricas, completas y más profundas”.

Orozco Gómez (2000) ressalva que tal condição não justifica resvalar em subjetividades, contaminações e ideologizações na investigação, mas reconhece uma copenetração entre os sujeitos da investigação, que são os participantes da mesma, e o investigador. Ele aponta para uma interrelação dialética permanente enquanto se desenvolve o processo de investigação que está construindo um descerrar da realidade – ou de uma realidade - do objeto de pesquisa.

À concepção de um pesquisador mimetizado no ambiente da pesquisa, distanciado do objeto, um enregelado observador que não se envolve porque tal ação interferiria no resultado, prefiro o observador-participante que explicita os seus interesses, segundo Orozco Gómez

(2000, p. 81), e, ao fazê-lo, evita o maior risco da investigação qualitativa: deixar oculto o ponto de partida e a posição do investigador. Orozco Gómez (2000, p. 96) alerta que “una de las implicancias políticas de la perspectiva cualitativa es el compromiso del investigador con el objeto de estudio”. Para ele, uma das distinções entre o pesquisador inserido em uma perspectiva quantitativa e o que opta pelo modelo qualitativo é que este compromete-se com o seu objeto na medida em que o constrói de acordo com seus próprios (do pesquisador) interesses.

Do global avanço para o local ao focar, no Rio Grande do Sul, os pioneiros ambientalistas, principais causas defendidas e a evolução da legislação específica e dos órgãos públicos responsáveis pelo meio ambiente. São observações que incluem o testemunho pessoal. Após um total de treze anos, entre 1971 e 1984, dedicados ao jornalismo em órgãos da imprensa de Porto Alegre – jornais Folha da Tarde e Correio do Povo, da Companhia Jornalística Caldas Júnior; rádios Capital e Itaí –, passei a desenvolver atividades docentes em Comunicação Social, primeiramente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1984 ao presente) e na Universidade Luterana do Brasil (1995 ao presente).

Acompanhei, como repórter, episódios marcantes da área ambiental como a instalação da poluidora fábrica de papel norueguesa Borregaard na cidade de Guaíba, em frente a Porto Alegre, do outro lado do lago Guaíba. Entrevistei o sempre lembrado José Antonio Lutzenberger, um dos fundadores, em 27 de abril de 1971, da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, e seu primeiro presidente. Na ULBRA, leciono os aspectos referentes ao jornalismo em disciplina conjunta sobre Responsabilidade Social e Cidadania com os professores Fernando Noronha, de Relações Públicas, e Roberto Lindemayer, de Publicidade/Propaganda, o que inclui, entre as diversas atividades, a participação de alunos destas três áreas da comunicação em um dos mais importantes projetos de inclusão social já

realizados no Estado e no País: o Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto, em Porto Alegre.

Também venho atuando em assessoria de Imprensa desde 1973 e, a partir de 2001, estou vinculado à Fundação Estadual de Proteção Ambiental “Henrique Luiz Roessler” – FEPAM – órgão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul integrante do Sistema Estadual de Proteção Ambiental – SISEPRA. Compete à FEPAM, de acordo com o documento legal que a criou, atuar no licenciamento, na fiscalização e na educação ambiental. A nova atividade veio desenvolver a *preocupação cidadã* em relação às questões ambientais.

Como atribuição profissional decorrente do envolvimento com o SISEPRA, acompanho as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA. Trata-se de organismo, criado pela legislação estadual, que abriga doze representações do Governo do Estado, uma do Governo Federal, cinco de entidades ambientalistas e onze de instituições acadêmicas, dos setores produtivos e de associações profissionais, totalizando 29 membros (Apêndice A).

As plenárias constituem-se em um amplo e geralmente polêmico fórum de debates, mesmo que os assuntos em pauta já tenham passado pelo crivo das comissões técnicas. O Consema trabalha os interesses consensuais e conflitantes da sociedade. Manifesta-se por meio de Resoluções que normatizam a atuação da Administração Pública de acordo com a legislação em vigor. Participar de suas reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, presenciando conflitos e decisões tomadas por maioria ou unanimidade gerou inquietações sobre as expectativas dos membros designados do Consema em relação à imprensa que cobre as questões ambientais e desta sobre as características de sua atividade.

Foram criadas dez sentenças afirmativas, segundo a Escala de Likert (Apêndice B), sobre: 1) espaço editorial em jornais impressos para questões ambientais; 2) sensacionalismo, superficialidade, rigor na apuração/veiculação das informações; 3) qualificação profissional do jornalista da área ambiental; 4) a notícia como meio de educação ambiental; 5) gênero jornalístico que deva predominar na notícia ambiental; 6) participação da sociedade; 7) o poder Executivo, desenvolvimento econômico e preservação ambiental; 8) as fontes do poder Executivo e qualidade da informação; 9) as fontes de organizações ambientalistas e a qualidade da informação; 10) as empresas jornalísticas e a questão ambiental.

Não houve a formulação de hipótese(s), mas o interesse de analisar, em um *estudo exploratório*, como se apresentam estes cenários de relacionamentos e de entendimentos sobre as características das diferentes participações; e, ainda, se os integrantes de quatro diferentes *grupos* – a) membros do Consema, representantes de órgãos públicos da administração direta e indireta; b) membros do Consema, representantes de organizações ambientalistas, de corporações técnicas e profissionais e das instituições congregam os setores produtivos, mais a representação acadêmica; c) jornalistas; d) dirigentes de órgãos ambientais municipais – apresentam padrões de opinião caracterizadores destes grupos ou se, e em que medida, divergem sobre as questões apresentadas.

O Consema, que gera a pesquisa de campo, é o fio condutor empírico, assim como a complexidade é o fio condutor teórico. A pesquisa é construída com a aplicação de questionário estruturado na forma da Escala de Likert a: a) 18 membros do Conselho Estadual do Meio Ambiente presentes à reunião ordinária de dezembro de 2004, com 17 respostas obtidas; b) a oito jornalistas de oito jornais sediados em Porto Alegre, Novo Hamburgo, Caxias do Sul e Gravataí, com sete respostas obtidas; c) aos quatro responsáveis pelos órgãos ambientais dos municípios citados.

A amostra municipal é não-probabilista e típica (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 170), sendo escolhidas cidades de acordo com as necessidades do projeto de pesquisa. O critério de seleção adotado foi, para Porto Alegre, Caxias do Sul e Novo Hamburgo, o fato de serem municípios reconhecidos pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente do RS como habilitados ao licenciamento ambiental pleno de atividades e empreendimentos.

A municipalização do licenciamento ambiental visa à agilização do processo de emissão de licenças prévias (LP), de instalação (LI) e de operação (LO). O município assume o licenciamento e a fiscalização de empreendimentos públicos e privados com impacto ambiental local, como as obras em uma estrada municipal, instalação de fornos em padaria etc. Para tanto, comprova ao Consema a existência de: a) legislação específica; b) fundo municipal do meio ambiente, para recolhimento de taxas de serviços de licenciamento e aplicação do resultado em proteção ambiental; c) órgão ambiental; d) equipe técnica habilitada.

Ao findar de 2004 estavam habilitados pelo Consema um total de 97 municípios (Apêndice C). Destes, Porto Alegre, Caxias do Sul e Novo Hamburgo assumiram a quase integralidade dos licenciamentos, devido à qualificação técnica das equipes, tradição (Porto Alegre criou, em 21 de dezembro de 1976, a primeira secretaria municipal do Meio Ambiente do Brasil) e estrutura administrativo-operacional disponibilizada. Segue da competência dos órgãos estaduais o licenciamento dos grandes empreendimentos com potencial impacto sobre microrregiões ou o conjunto do Estado. E aos órgãos federais compete licenciar empreendimentos com abrangência interestadual e de impacto internacional.

O município de Gravataí foi escolhido igualmente como amostra típica, não-probabilista. Situado na Região Metropolitana de Porto Alegre, apresenta desafios ambientais

importantes para o conjunto da população, principalmente quanto às questões hídricas. Tem um histórico de comprometimento com causas ambientalistas, um órgão responsável municipal atuante, a Fundação Municipal de Meio Ambiente, e instrumento legal específico – a Lei 1.528, de 23 de maio de 2000, que institui o Código Municipal de Meio Ambiente de Gravataí (GRAVATAÍ, 2000?) – mas não está habilitado pelo Consema nem ingressou com processo com tal finalidade.

Em Gravataí, ainda, aconteceu a única reunião fora de Porto Alegre da história do Consema. Foi realizada em 18 de junho de 2004, na Câmara Municipal de Vereadores, por proposição do conselheiro representante do Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas, Sérgio Cardoso, como homenagem ao 25º aniversário da Associação de Preservação da Natureza do Vale do Rio Gravataí – APN-VG.

A pesquisa exploratória foi direcionada a municípios com características distintas dos demais. O grupo de dirigentes de organismos municipais do meio ambiente que foram buscados inclui titulares de três secretarias e o presidente em exercício de uma fundação.

Quanto aos meios de comunicação, a opção foi pelo *universo* dos jornais impressos com pelo menos cinco edições semanais das cidades relacionadas: Correio do Povo, Diário Gaúcho, Jornal do Comércio, O Sul e Zero Hora, em Porto Alegre; Pioneiro, de Caxias do Sul; NH, de Novo Hamburgo; Correio de Gravataí, de Gravataí.

No grupo Jornalistas foram escolhidos, como amostra intencional, detentores de cargos de chefia de redação, porque nem todos os jornais contam com espaços editoriais permanentes para noticiário ambiental e setoristas permanentes a eles vinculados. A opção está relacionada com a natureza das sentenças apresentadas e busca respondentes em

condições de avaliar o cenário mais amplo das relações do jornal com a sociedade. A amostra, assim, torna-se homogênea, o que não aconteceria se fossem ouvidos jornalistas que eventualmente cobrem acontecimentos relacionados ao meio ambiente.

Este estudo, proposto como exploratório de natureza qualitativa, leva em consideração a trajetória profissional e o interesse de contribuir para a discussão, à luz da teoria, sobre o fazer jornalístico na área ambiental e as observações e expectativas manifestadas por representações da sociedade e autoridades públicas identificadas com a temática em análise. A construção do *problema de pesquisa*, desta forma, parte da observação direta de episódios conflitivos e de soluções negociadas envolvendo três dos agentes (atores) envolvidos – representantes do poder público, representantes da sociedade (inclusive de organizações ambientalistas) e jornalistas. Busca investigar se os comportamentos e opiniões individuais representam os respectivos grupamentos e comparar a consolidação das respostas entre eles.

Em essência, procuro confrontar as opiniões dos diferentes agentes sobre a produção de notícias sobre o meio ambiente e seus (dos agentes) respectivos papéis; especificamente, ouvir o que têm a dizer sobre espaços dedicados à cobertura da temática ambiental, a finalidade desta cobertura, critérios editoriais definidos pelas empresas, credibilidade das fontes e qualificação profissional dos jornalistas.

Ao fazê-lo, espero que este trabalho possa contribuir para explicitar as expectativas dos três grupos - membros do Consema, dirigentes municipais e jornalistas – de forma a estimular uma relação dialógica que venha a qualificar a captação e transmissão de conteúdos da área ambiental para a sociedade.

Ressalto, aqui, a ausência de outros dois atores, que foram intencionalmente deixados de lado: representantes dos empreendedores (forças produtivas) e do público leitor. Os primeiros, porque estão parcialmente contemplados na medida em que o poder público também é um empreendedor sujeito ao licenciamento ambiental que ele mesmo executa; os leitores, porque não é intenção promover um estudo de recepção, embora vá recomendá-lo na conclusão.

Na parte 2 são apresentados os conceitos de *pensamento complexo*, segundo Edgar Morin (2000, 2002a, 2002b, 2003a), de *globalização*, de acordo com Manuel Castells (2001), ou *globalismo*, como prefere Octavio Ianni (2001), e *cidadania*, segundo panorama traçado por Victor Gentili (2002) - que se detém na questão do direito à informação - , estabelecendo-se relações com uma visão sistêmica do meio ambiente.

A parte 3 apresenta um panorama da discussão internacional sobre o meio ambiente e sua repercussão local, um retrato do desenvolvimento da consciência ambientalista no Rio Grande do Sul, um relato sobre a estruturação do Sistema Estadual de Proteção Ambiental – SISEPRA, evidenciando o papel do Conselho Estadual do Meio Ambiente, e uma consolidação das moções e proposições das Conferências Estaduais do Meio Ambiente – Confemas – realizadas em 2000 (RIO GRANDE DO SUL, 2000), 2002 (RIO GRANDE DO SUL, 2002c) e 2004.

▶ A parte 4 situa o jornalismo ambiental no contexto do jornalismo científico, apresenta a pesquisa de campo junto aos conselheiros do Consema e jornalistas e desenvolve uma visão pessoal sobre a relação entre a produção jornalística, marcada pela busca da objetividade, e a educação ambiental.

“A complexidade é uma palavra - problema e não uma palavra - solução.”

(Morin)

2 COMPLEXIDADE, GLOBALISMO E CIDADANIA

Imagens de oitenta grandes desastres do século XX integraram a exposição *Ce qui arrive*, organizada pelo arquiteto e urbanista Paul Virilio, na Fundação Cartier para a Arte Contemporânea, em Paris. A mostra foi inaugurada em 29 de novembro de 2002 e, segundo Virilio, as imagens representavam 27 acidentes naturais, nove industriais, nove diretamente resultantes de poluição, 15 desastres aéreos, seis naufrágios ou descarrilamentos e 14 *acidentes voluntários*, como o atentado às torres gêmeas do World Trade Center, ocorrido em 11 de setembro de 2001.¹

Virilio realizou a curadoria, estabeleceu a classificação e desenvolve a tese da correspondência entre avanços tecnológicos e novas formas de acidentes que eles geram. No *acidente integral*, como os denomina, a mídia promove a espetacularização. Entre as imagens recolhidas, marcadas por grande dramaticidade, estão: cem toneladas de peixes mortos por asfíxia na Lagoa Rodrigo de Freitas (RJ), em 6 de março de 2000; o naufrágio do petroleiro Erica, em 13 de dezembro de 1999, contaminando as praias inglesas; o que pode ser considerado como o primeiro acidente nuclear da História, em *Three Mile Island* (EUA), a 28 de março de 1979.

A exposição referida é um exemplo dos princípios do pensamento complexo, que distingue, conjuga e estabelece implicações. Morin (2003a, p. 124) utiliza a metáfora de uma

¹ Várias fotografias e um texto sobre a exposição, de autoria do historiador e mestre em Educação Jorge Barcellos, foram apresentados no caderno Eureka do jornal Zero Hora. Segundo o texto de Barcellos, “na era do conformismo midiático, o acontecimento intempestivo é unicamente a ruptura da continuidade, da monotonia de uma sociedade estandarizada”.

tapeçaria para afirmar que um todo (o tapete) é mais do que a soma das partes (os fios) que o constituem; que o todo é menor que a soma das partes e que o todo é, simultaneamente, mais e menos que a soma das partes.

Morin recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* da PUCRS em 1º de setembro de 2000. No discurso em homenagem a ele, Juremir Machado da Silva (MORIN, 2002a, p. 15). lembrou que o pensador francês “sempre se pautou pela busca da contextualização, do sentido de uma totalidade polissêmica, movediça, e da interrelação das peças que formam o imenso *puzzle* das práticas sociais”. Em toda a sua obra, Morin postula a reforma do fazer científico.

Morin encontrou em Pascal o apoio necessário para iniciar o desenvolvimento de sua Teoria da Complexidade. Pascal (apud MORIN, 2003a, p. 148) afirma: “Considero impossível conhecer as partes enquanto partes sem conhecer o todo, mas considero ainda menos possível conhecer singularmente as partes”. Em contrapartida aos processos de simplificação da ciência - seleção, hierarquização, separação, redução – Morin (2003a, p. 148) oferece contraprocessos: comunicação, articulação do que está dissociado e distinguido.

A referência ao evento parisiense serve, ainda e finalmente, para apresentar o que Morin (2003a, p. 117-118) denomina de ecologia da ação: “Desde que um indivíduo empreende uma ação, qualquer que seja, esta começa a escapar às suas intenções. Esta ação entra num universo de interações e é finalmente o meio que a agarra num sentido que pode tornar-se contrário à intenção inicial”. Virilio não buscou a simplificação, mas complexificou os episódios isolados em um todo que é mais do que eles. Sua proposição inicial assume um significado especial neste trabalho: servir à introdução ao pensamento complexo e, por extensão, às considerações sobre o global e o local da comunicação ambiental.

2.1 A ciência pode ter uma consciência?

O beijo desafia a ciência cartesiana. Morin (2000, p. 45) mostra que se trata de uma questão evidentemente complexa. Ela começa com a definição do focinho, exige a condição mamífera evoluída para primata e daí para a espécie humana, passa pela mitologia da alma, que deixa o corpo pelo sopro, e interage com a cultura que, no Japão, por exemplo, rechaçava o beijo por incongruente.

Morin pára aqui. Poderia prosseguir enfocando as variações do beijo, como o ósculo. Os dois beijinhos estalados no lado do rosto, sem toque bucal, mais um terceiro *pra casar*. Os respeitosos beijos na mão, símbolo de submissão, e os parentais, na testa. O *selinho* que extrai a sexualidade do ato/contato, mas preserva a indicação de flagrante intimidade. E assim por diante...

A complexificação de todas as variáveis históricas, psicológicas, sociológicas, antropológicas etc. em um hipotético tratado sobre o beijo, que proponho, mas não realizo, caracterizaria, segundo Morin (2000, p. 45), a insuficiência das práticas clássicas do conhecimento: “No momento em que a ciência da inspiração cartesiana ia muito logicamente do complexo ao simples o pensamento científico contemporâneo tenta ler a complexidade do real sob a aparência simples dos fenômenos”. Morin (2000, p. 46) garante que não há fenômeno simples:

Acreditou-se que o conhecimento tinha um ponto de partida e um fim; hoje penso que o conhecimento é uma aventura em espiral que tem um ponto de partida histórico, mas que não tem um fim, que deve, sem cessar, fazer círculos concêntricos ou, melhor dizendo, que a descoberta de um princípio simples não tem fim; ela reconduz ao mesmo princípio simples que ela esclareceu em parte.

Em Paris, setembro de 1994, na conferência introdutória ao colóquio “Reforme de la pensée et système éducatif”, promovido pela Unesco, Edgar Morin (1999, p. 22) foi particularmente incisivo:

Hoje em dia podemos dizer não há nenhum fundamento único, último, seguro do conhecimento. Mas, em ciências, o fundamento era a experiência, a observação e a razão, isto é, o procedimento empírico-racional. [...] Pensava-se que o conhecimento nestas condições era o espelho da realidade e o espelho do mundo.

Em sua polêmica obra *Contra o método*, originalmente uma resposta à provocação de 1970 do amigo racionalista Imre Lakatos, Feyerabend (1988, p. 12) busca a sustentação da tese de que “os fatos, operações e resultados que constituem as ciências não têm uma estrutura comum; não há elementos que se verifiquem em todas as investigações científicas e só nelas.” Ele classifica como *instrumento excessivamente grosseiro* o modelo da teoria da ciência legitimado pela razão ou pela racionalidade.

Feyerabend (1988, p. 13) entende que os êxitos científicos não podem ser explicados de maneira simples. “[...] Tudo o que podemos fazer é dar conta em termos históricos dos passos concretos, incluindo-se nestes as circunstâncias sociais e as idiossincrasias dos indivíduos”.

Ele afirma que podem existir muitas espécies diferentes de ciência e corrobora a assertiva com o exemplo, recolhido em Lévi-Straus², sobre milhares de índios Cuahuila que viviam em território, no Sul da Califórnia, onde só um punhado de famílias brancas que os sucederam consegue subsistir. A aparentemente desértica região abrigava abundantes recursos naturais: os índios conheciam 60 espécies vegetais comestíveis e 28 plantas com propriedades narcóticas, estimulantes ou medicinais.

² Da obra *The savage mind*. Chicago: 1966. p. 4 e seguintes.

Do conjunto de propostas que não busca *estabelecer* a tese, mas sim torná-la *plausível*, Feyerabend (1988, p. 12) extrai algumas conseqüências: os problemas ainda por resolver não precisam, necessariamente, ser enfrentados por modelo-padrão apenas porque a ciência vem tendo sucesso; se os procedimentos não são científicos, isto não é argumento suficiente para pô-los de lado; o público pode e até deve participar das discussões científicas porque a) constitui parte envolvida, já que os resultados irão afetá-lo e b) “porque esta participação é a melhor educação científica ao alcance do público – a plena democratização da ciência (incluindo a proteção das minorias como as dos cientistas) não se encontra em conflito com a ciência”. Feyerabend (1988, p. 13) lembra que, se as realizações científicas só podem ser julgadas depois de consumadas, são, antes disso, promessas e, nesse caso, os cientistas não são diferentes em sua ignorância dos leigos: apenas contam com mais dados e informações.

Contra a ordem e a certeza, surgem a desordem e a incerteza. Morin (2003a, p. 89) data o surgimento da compreensão sobre a desordem com a enunciação do segundo princípio da termodinâmica. O calor como sendo produto da agitação ao acaso das moléculas, a tendência à desintegração do que estava ordenado ou integrado, a discussão sobre se o universo tenderia à entropia máxima, tudo isso nos atingiu fortemente. Produzimos calor a partir do momento em que fazemos qualquer ação e, portanto, viver é um fenômeno calorífico.

2.2 O globalismo não é uma manifestação complexa?

O trauma epistemológico consubstanciado no início do século passado não se apresenta de forma isolada em apenas uma ciência, a física, mas confronta a todas. O *fazer ciência* está em xeque. Nas ciências humanas, o trauma transforma-se em ruptura, segundo Ianni (2001, p. 125), devido ao globalismo, “visto como uma configuração histórica, uma totalidade complexa, contraditória, problemática e aberta. Trata-se de uma totalidade heterogênea, simultaneamente integrada e fragmentária”.

De onde ele provém? Ianni (2001, p. 184) considera que

[...] o globalismo é produto e condição de múltiplos processos sociais, econômicos, políticos e culturais, em geral sintetizados no conceito de globalização. Resulta de um jogo complexo de forças, atuando em diferentes níveis da realidade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. Algumas destas forças emergem com o nascimento do capitalismo, ao passo que outras surgem com o colonialismo e o imperialismo, compreendendo a formação de monopólios, trustes, cartéis, corporações transnacionais. Há raízes do globalismo que vêm de longe, ao passo que outras emergem com a Guerra Fria e desenvolvem-se com a desagregação do bloco soviético e a dissolução ou reforma dos regimes socialistas, compreendendo os países da Europa Central, a União Soviética, a China Continental, o Vietnã, Moçambique, Angola e outros.

Ianni (2001, p. 188) aponta para “a emergência de uma configuração geistórica original, dotada de peculiaridades especiais e de movimentos próprios, que se pode denominar de global, globalizante, globalizada ou globalismo”. Ele adverte que o globalismo “nem sempre anula o que preexiste, mas em geral modifica o lugar e o significado do que preexiste” (IANNI, 2001, p. 188). Para ele, o globalismo

[...] modifica as condições e as possibilidades de espaço e tempo que se haviam constituído e codificado com base no parâmetro geistórico e mental representado pelo nacionalismo. Desterritorializam-se e reterritorializam-se em outros lugares, em outras durações, as coisas, as gentes e as idéias.

Também assim se transforma o mapa do mundo, não só o que pode estar na geografia e na história, mas também o que pode estar nas mentes e nos corações. [...] O globalismo expressa novos desenvolvimentos da realidade social, em termos da intensificação e da generalização das forças produtivas e das relações capitalistas de produção. Trata-se de uma formação social global, desigual e problemática, mas global; uma configuração geistórica, social, econômica, política e cultural contraditória, ainda pouco conhecida em sua anatomia e sua dinâmica. Está impregnada de tendências ideológicas, assim como correntes de pensamento, simultaneamente à multiplicação de formações nacionais e dos regimes políticos, à pluralidade das culturas, religiões, línguas e etnias ou raças. Compreende múltiplos e diversificados grupos sociais, classes sociais, movimentos sociais, partidos políticos e correntes de opinião pública” (IANNI, 2001, p. 189-190).

A extensa citação acima visa à preservação da fidelidade ao pensamento do autor. Tal citação, bem como vários outros momentos no capítulo *A idéia do globalismo*, mostra um Ianni (2001, p. 191). receptivo, à visão ambiental sistêmica, especialmente quando estabelece que é nele “que se redescobre o planeta Terra, agora como realidade geistórica, e não mais como apenas um objeto da astronomia.” No âmbito do globalismo pode estar o multiculturalismo, assim como a diversificação e a fragmentação, há emergências e ressurgências, “podem florescer a perspectiva múltipla, a pluralidade das vozes, a polifonia do transculturalismo” (IANNI, 2001, p. 192).

O autor em questão reconhece a existência de um grande número de dúvidas e questionamentos sobre significados, as tendências e as implicações do globalismo, discorre sobre eles e tende a proceder refutações. Armand Mattelart alinha-se entre os que têm fortes ressalvas a fazer. Para ele, “é hora de distinguir entre o que é mitologia globalista e o que é realidade concreta no atual momento de integração internacional” (MATTELART, 2000, p. 149).

No capítulo *A Diferença: por uma crítica ao globalismo*, da obra *A globalização da comunicação*, Mattelart afirma que

A globalização é uma destas expressões insidiosas a integrar o jargão das noções instrumentais que, em virtude das lógicas mercantis e à revelia dos cidadãos, adquiriram direito de cidadania a ponto de tornarem-se indispensáveis para a comunicação entre pessoas de culturas diversas. Esta linguagem funcional constitui um *prêt-à-porter* ideológico que mascara os desvios da nova ordem mundial. (MATTELART, 2000, p. 149).

Para Mattelart (2000, p. 150), a globalização integrada das economias e dos sistemas de comunicação não contribuem para o bem-estar social. Pelo contrário, estão a gerar novas disparidades entre países, regiões e grupos sociais. O fim da linha imaginária demarcatória do Norte e do Sul não significa a superação das diferenças, mas uma redistribuição dos desnivelamentos: no Sul, o Norte encontrou territórios e “no coração mesmo do Sul, emergiram Nortes que trazem consigo seus Suis”.

Na organização do espaço econômico são adotadas estratégias empresariais distintas e Mattelart (2000, p. 151) as classifica como *contraditórias*, mas prefiro considerá-las como sendo *complementares*: a deslocalização/relocalização na procura de mão-de-obra barata e a metropolização/concentração em novos territórios de parques produtores com competências diversificadas e alta densidade tecnológica. Complementares, e não contraditórias, porque ambas obedecem a uma estratégia maior de dominação mercadológica e, não raro, são adotadas simultaneamente pela mesma organização.

Falta acrescentar, apenas, a pressão precedente por benefícios tributários, de financiamentos públicos e privados e outros, agregando valor financeiro ao investimento entendido como fator de desenvolvimento social para a comunidade local, devido à criação de indústrias-meio para transformação de matéria-prima, à geração de empregos com a conseqüente formação de massa salarial local e ao que sobrou para o Estado após as isenções oficiais e a remuneração do capital investido.

Formam-se, assim, pontos nodais para mercados e redes mundiais que se interrelacionam “em detrimento dos espaços intermediários menos favorecidos e, portanto, expostos ao risco de marginalização e desertificação” (MATTELART, 2000, p. 151), configurando a *economia de arquipélago*³ e uma geografia social de duas velocidades – uma muito rápida e outra muito lenta. A produção e o marketing deixam de centrar-se nos aspectos de proximidade física e identidade cultural e voltam-se, na razão direta do valor final do produto ou serviço, para estilos e níveis de consumo de comunidades homogêneas transnacionais.

A física nos ensina sobre as ações que geram reações iguais e em sentido contrário. Morin (2002a, p. 51) fala sobre as correntes de resistência à compulsão do consumo padronizado: a busca da diversidade e a resistência contra a mercantilização da vida. Afirma que “há uma resistência a uma vida unicamente utilitária que se manifesta na busca de uma vida mais intensa, poética” (MORIN, 2002a, p. 52). Ele anuncia a existência de reações às correntes dominantes “das tendências à degradação da vida e da qualidade da vida, da qualidade da vida e da compartimentalização, homogeneização e marginalização...” (MORIN, 2002a, p. 52).

A corrente ecológica está entre as contracorrentes. Ela se ampara na difusão, via meios de comunicação, do impacto de problemas locais e globais para provocar reações individuais e grupais que, por sua vez, serão instrumentos de pressão junto ao Estado para a adoção de medidas preventivas, mitigadoras e/ou compensatórias. Evitar o dano ambiental, quando possível, reduzi-lo ao mínimo quando for inevitável e compensá-lo, no próprio local em que

³ O conceito apresenta o conjunto dos territórios da economia como uniformemente pobre, com ilhas – outros preferem a expressão *bolhas* – de prosperidade e desenvolvimento.

foi produzido ou em outros para benefício de uma comunidade mais numerosa, são ações que confrontam a velha e a nova barbárie.

A velha, segundo Morin (2002a, p. 51), é a que se manifesta pela violência, massacres, destruição, ódios; a nova é fria e “oriunda da ciência e da tecnologia, alheia aos problemas humanos. A velha barbárie utiliza a nova barbárie, o que os filósofos de Frankfurt chamavam de razão instrumental, que não é a racionalidade, mas a utilização do poder racional com as forças de opressão e de destruição”.

O mesmo autor considera que “o espírito individual pode autonomizar-se em relação à sua determinação biológica (recorrendo às suas fontes e recursos socioculturais) e em relação à sua determinação cultural (utilizando a sua aptidão bioantropológica para organizar o conhecimento)” (MORIN, 1998, p. 27).

Porque isso ocorre? Porque, segundo Morin (1998, p. 27), existe uma autonomia relativa do espírito/cérebro individual. O megacomputador cultural é, a um só tempo, fator de homogeneização e receptáculo para a dissonância, uma vez que surge de ligações entre os terminais pessoais, individuais. A “sociedade em rede”, de que nos fala Manuel Castells (2001), oferece a oportunidade da pluralização do pensamento individual, com novas contribuições individuais, e assim incessantemente, porque trata-se de um *processo* e não de uma dentre numerosas estações do trem rumo ao destino final.

Considero que a construção de identidades cidadãos comuns a pessoas de diferentes etnias, credos, sexos, classes sociais e assim por diante – a diversidade, portanto, - está irremediavelmente em curso. A exacerbação do racismo e de outras formas de segregação parece-me ser um estertor, e não uma tendência. Encurralada, ferida, exposta e contestada, a

fera somente pode reagir com violência, porque o potencial de violência que sempre deixou à mostra ainda intimidada, mas deixou de produzir, unicamente, a inação.

2.3 O desenvolvimento econômico não visa ao bem-estar social?

Torna-se difícil aceitar a visão pessimista de Manuel Castells (2001, p. 418) quando ele afirma que

À primeira vista estamos testemunhando o surgimento de um mundo exclusivamente constituído de mercados, redes, indivíduos e organizações estratégicas, aparentemente governado por modelos de expectativas racionais (a nova e influente teoria econômica).

Castells (2001, p. 418) considera que secaram as fontes das *identidades legitimadoras*, que “As instituições e organizações da sociedade civil construídas em torno do Estado democrático e do contrato social entre capital e trabalho transformaram-se, de um modo geral, em estruturas vazias”, e que “rei e rainha, o Estado e a sociedade civil estão todos nus, e seus filhos-cidadãos estão vagando em busca de proteção por vários lares adotivos” (CASTELLS, 2001, p. 418).

Castells (2001, p. 419) registra a existência de poderosas identidades de resistência. Mas as coloca em paraísos comunais, cercados por trincheiras e constituindo-se, desta forma, em bolsões e guetos. Para ele, “mesmo o movimento ambientalista, cujo horizonte último é o cosmológico, não raro parte dos ‘quintais’ e de pequenas comunidades em todo o mundo, protegendo espaços antes de lançar-se à conquista do tempo”.

A frase impressiona pelo estilo ao ligar os conceitos de espaço e tempo. Mas omite que a ação local é geralmente fruto de uma consciência global sobre o mesmo tema. Agir, para evitar a repetição do que já foi visto, aqui e ali, lá e acolá. A ação local é imediatamente viável e comprovável quanto aos efeitos, enquanto a identificação com a macrocausa produz resultados futuros. Ou nenhum, mas o não-resultado igualmente significa acúmulo de conhecimento.

Em uma tentativa para recobrir a nudez da sociedade civil, retorno a Morin, destacando a ênfase que dá à possibilidade da autonomia individual. Considera que todo conhecimento humano emerge do mundo da vida (biologia) e todo o conhecimento filosófico, científico ou poético emerge da vida cultural comum.

Penso que, em todas as culturas, o conhecimento cotidiano é uma mistura singular de percepções sensoriais e de construções ideoculturais, de racionalidades e de racionalizações, de intuições verdadeiras e falsas, de induções justificadas e errôneas, de silogismos e de paralogismos, de idéias recebidas e de idéias inventadas, de saberes profundos, de sabedorias ancestrais de fontes misteriosas e de superstições infundadas, de crenças inculcadas e de opiniões pessoais. Ele é com freqüência bastante limitado em relação aos conhecimentos científicos, mas estes são com freqüência muito limitados em relação a esse conhecimento vulgar ingênuo (MORIN, 1998, p. 14).

O conjunto de todas estes repositórios de conhecimentos, apresentado por Morin (1988) no volume 4 de *O Método*, onde ele aborda o habitat, a vida, os costumes e a organização, pode ser resumido em duas palavras: diversidade cultural. Renato Ortiz (1996) entende que ela pode ser pensada a partir da antropologia, disciplina mais recente, surgida no final do século XIX, e da história. Pela primeira descobrimos, segundo Ortiz (1996, p. 156), “que os povos dispersos pelo planeta constituem uma série diversificada de culturas, cada qual com características intrínsecas e irredutíveis”. Ele mostra a importância, para a preservação dos fenômenos culturais, de um território específico bem demarcado e da defesa contra a desordem representada pelo estranho.

Os povos primitivos criaram mecanismos purificatórios e exorcizadores nas relações com o estrangeiro. Na China o controle recente sobre o acesso da população à rede global de comunicação, representada pela internet, cumpre o mesmo papel. Os Estados-Nação, em toda Terra, discutem mecanismos de censura contra a *invasão nacional* representada pelo somatório de acessos individuais, no recôndito dos lares e dos escritórios, a idéias tão potencialmente perigosas como liberdade de expressão, direito à escolha dos governantes, sado-masoquismo e nazi-fascismo.

A história é a outra disciplina necessária para explicar a diversidade cultural, segundo Ortiz (1996). Ela estuda a transformação da tribo em cidade-Estado, reino ou império, caracterizando *civilizações* com etapas biológicas bem definidas: ascensão ou vida, declínio ou morte. Em comum a todas, estão as raízes territoriais, por menos profundas ou mais extensas que se apresentem. Entre os historiadores, lembra Ortiz (1996), uma corrente dedica-se ao estudo dos contatos entre civilizações, resultante da lógica interna que leva cada uma a expandir, rompendo os seus próprios limites. Neste sentido, explica Ortiz (1996, p. 159), diversidade cultural seria *diversidade de civilizações*.

A ausência de distinção confronta expoentes da filosofia idealista alemã do final do século XIX e princípios do século XX, como Spencer, Windelwand e Rickert, segundo o entendimento de Néstor García Canclini. Na obra *Cultura y Comunicación: entre lo Global y lo Local*, García Canclini (1997) relata a simplificação discricionária empregada por Rickert: um pedaço de mármore extraído de uma pedreira é um *objeto de civilização* devido às técnicas de extração e transporte; se for talhado por artista assume o valor da beleza e converte-se em obra de arte, portanto é *testemunho de cultura* (GARCÍA CANCLINI, 1997, p. 30).

Morin, no conjunto de sua produção reflexiva, com mais de 30 livros publicados, condenaria a simplificação. No pensamento complexo, o pedaço de mármore é, simultaneamente, civilização e cultura. Duas faces da mesma moeda. E, mesmo se ainda não houvesse o artista tomado do cinzel e do martelo, a obra de arte ali estaria, em estado potencial, à espera de seu desvendamento. Para o pensamento ocidental tal conceito é de difícil entendimento; após obtido, maior é a dificuldade de aceitação.

Mas lembro de uma revista japonesa, redigida em português para nisseis, isseis, gaijins e brasileiros, a que tive acesso há mais de duas décadas (a referência perdeu-se no tempo, mas considero ilustrativo citar a história a seguir).

Trata-se da entrevista com um construtor de muros e muralhas. Ele é descendente de gerações de construtores de muros e muralhas. Orgulha-se das obras que seus antepassados ergueram e que permanecem desafiando a inclemência das manifestações mais fortes da natureza. Lamenta pelas que foram danificadas ou destruídas pela ação do homem, mas conta, com orgulho, o quanto foi difícil, em cada caso, vencer a muralha. Há uma técnica evidente para justaposição das pedras. (O todo é mais do que as partes.) Mas como ela começa? O artesão japonês revelou que medita frente às pedras e espera que elas lhe digam onde devem ser colocadas.

A muralha cultural é fruto do pensamento complexo e não da simplificação técnica, oportunizada pelos aportes da engenharia ou da arquitetura. *A muralha técnica* pode ser o Muro de Berlim, a divisória fronteiriça entre EUA e México, a que está sendo construída para isolar israelenses do povo palestino e demarcar território. A tecnologia para tais obras é sofisticada e fruto da ciência como, por exemplo, de estudos sobre a resistência dos materiais. Morin (2003a, p. 164) adverte, no entanto que

não há coincidência entre a consciência do cientista e o que ele faz verdadeiramente [...] Mas ele sabe o que faz? A ciência tem consciência de sua transformação? Não é absolutamente certo. A consciência de si não é uma garantia de extralucidez.

Morin vê a complexidade como o princípio do pensamento que considera o mundo e não como princípio revelador da essência do mundo. Ele condena a objetividade que não discute o significado da muralha, mas limita-se ao processo de construção:

Conhecer é produzir uma tradução das realidades do mundo exterior. Do meu ponto de vista, somos co-produtores do objeto que conhecemos; cooperamos com o mundo exterior e é esta co-produção que nos dá a objetividade do objeto. Somos co-produtores da objetividade. É por isso que fiz da objetividade científica não apenas um dado, mas também um produto. A objetividade diz igualmente respeito à subjetividade (MORIN, 2003a, p. 161).

A integração objetividade/subjetividade possibilita distinguir entre informação e conhecimento. Para Morin (2003a, p. 160), o conhecimento é organizador, supõe uma relação de abertura e de fecho entre o cognoscente e o conhecido. Ordem, desordem e organização convivem na construção do pensamento complexo, mas ele adverte:

[...] a complexidade não é apenas a união da complexidade e da não-complexidade (a simplificação); a complexidade encontra-se justamente no âmago da relação entre o simples e complexo porque uma tal relação é ao mesmo tempo antagonica e complementar (MORIN, 2003a, p. 149).

Pensar os opostos como complementares e não como excludentes requer a reforma do pensamento proposta por Morin no colóquio da Unesco. Os opostos se interpenetram. Conciliá-los é um desafio permanente que sobreviverá até a última geração da espécie humana, porque só ela tem – pelo menos segundo o limitado estágio atual de nossos conhecimentos sobre as demais espécies - a consciência de sua própria existência e dos processos de transformação que deflagra e sofre.

Morin menciona a íntima relação entre os seres vivos e respectivos ecossistemas. Para compreender o autônomo é preciso compreender o que o torna dependente. Segundo Morin

(1999, p. 24) “o conhecimento ideal implicava fechar inteiramente um objeto e pesquisá-lo exaustivamente. Isto ainda é o ideal das teses de doutorado que, em geral, são tão estereis por essa razão”.

Um ecossistema é ele mesmo e sua interdependência com outros ecossistemas. A Terra é vista como um continente de ecossistemas que a transformam em um ser vivo – Gaia – e, também, o resultado de forças exteriores a ela. O representante singular da espécie humana é ele mesmo, enquanto sistema simultaneamente organizado e entrópico, e sua interdependência com o(s) semelhante(s) e os ecossistemas individual e plural.

Deter ou, pelo menos, retardar a entropia (morte; desordem final dos sistemas de suporte à vida) tem sido uma busca constante ao longo da história da humanidade. A medicina sempre teve como fim último manter a vida. No pensamento ocidental cartesiano é uma ciência que refuta a morte e, braços dados com a religião judaico-cristã, abomina a eutanásia e repele o aborto.

O ser vivo é um sistema auto-organizado com bilhões de unidades e uma impossibilidade: revelar-se por inteiro a partir de uma abordagem quantitativa. Morin (2003a, p. 52) destaca que o ser vivo, e não exclusivamente a espécie humana, “compreende também incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios. A complexidade num sentido tem *sempre contato com o acaso*”. No entanto, “a ciência clássica tinha rejeitado o acidente, o acontecimento, o aleatório, o individual. Qualquer tentativa de os reintegrar só podia parecer anticientífica no quadro do antigo paradigma. Ela tinha rejeitado o cosmo e o sujeito” (MORIN, 2003a, p. 78). O cosmo e o sujeito só podem integrar-se em um sistema aberto.

Surgem, segundo Morin (2003a, p. 32), duas decorrências do conceito de *sistema aberto*: não é o equilíbrio, mas um dinamismo estabilizado resultante de desequilíbrio recuperado ou compensado, que formula as leis referentes aos seres vivos; e “a inteligibilidade do sistema deve ser encontrada não apenas no próprio sistema, mas também na sua relação com o meio, e que esta relação não é uma simples dependência, é constitutiva do sistema”.

Duas são as ilusões que é preciso evitar no contato inicial e no aprofundamento desta teoria da complexidade. É tão necessário o alerta que Morin (2003a, p. 8-9) as apresenta já no prefácio da *Introdução ao pensamento complexo*: a primeira é considerar que a complexidade conduz à eliminação da simplicidade; a segunda, confundir complexidade e completude.

Para Morin (2003a, p. 85),

um paradigma é constituído por um certo tipo de relação lógica extremamente forte entre noções mestres, noções chave e princípios chave. [...] Assim, o paradigma da simplicidade é um paradigma que põe ordem no universo e expulsa dele a desordem.

A simplicidade busca o uno e neste afã não identifica a possibilidade deste o uno ser, também, múltiplo. Sua contribuição é importante, no entanto, porque a mitologia, como Morin qualifica a busca da ciência pelo perfeito e eterno – o próprio Universo – resultou em descobertas importantes como as leis da gravitação, eletromagnetismo, interações nucleares fortes e fracas.

Na visão clássica da ciência a contradição na teoria é sinal de erro. Ele pode estar localizado na observação, na metodologia ou na própria teoria. Na visão complexa, não há o erro, segundo Morin (2003a, p. 99) “mas o atingir de uma camada profunda da realidade que, justamente porque é profunda, não pode ser traduzida para a nossa lógica”. Surge, então, a

consciência multidimensional, que considera pobre qualquer visão especializada, parcelar. No entanto,

[...] a consciência da complexidade faz-nos compreender que não podemos nunca escapar à incerteza e que não poderemos nunca ter um saber total. *A totalidade é a não verdade*. Estamos condenados ao pensamento inseguro, a um pensamento crivado de buracos, um pensamento que não tem nenhum fundamento absoluto de certeza. Mas somos capazes de pensar nestas condições dramáticas. (MORIN, 2003a, p. 100-101).

2.4 O pensamento inseguro controla a barbárie?

A certeza da possibilidade de encontrar a verdade final, una, confere às ciências que se arvoram em caminhos exclusivos para a construção do conhecimento o caráter de missão e aos cientistas a condição de missionários, portanto arrogantes em suas visões, por mais bem intencionados e éticos que se proponham a ser/agir. Nesta concepção da ciência ocidental, no entanto, para Morin (2003a, p. 63), “o sujeito é o tudo-nada; nada existe sem ele, mas tudo o exclui; é como o suporte de toda a verdade, mas ao mesmo tempo é apenas <<ruído>> e erro diante do objeto”.

A *Scienza Nuova* que Morin (2003a, p. 71-74) defende seria a resposta a um mundo integrado, planetário, mas onde viceja a barbárie – o incontrolado. O pensamento fragmentado, disjuntivo, conduz a estratégias igualmente disjuntivas que, tomadas isoladamente, podem apresentar-se exitosas. Na perspectiva da humanidade, vão configurar-se como colossais erros. A caracterização da idade de ferro planetária é um achado semântico e conceitual de Morin que apresenta extrema singeleza e profundidade:

A idade de ferro planetária indica que entramos na era planetária onde todas as culturas, todas as civilizações estão doravante em interconexão permanente. E ao mesmo tempo indica que, apesar das intercomunicações, se está numa barbárie total nas relações ente raças, entre culturas, entre etnias, entre potências, entre nações, entre superpotências. Estamos na idade do ferro planetária e ninguém sabe se sairemos dela. A coincidência ente a idade de ferro planetária e a idéia que estamos na pré-história do espírito humano, na era da barbárie das idéias, não é uma coincidência fortuita. A pré-história do pensamento humano significa que, no plano do pensamento consciente, ainda estamos no seu início. Estamos ainda submetidos a modos mutiladores e disjuntivos do pensamento e é ainda muito difícil pensar de maneira complexa. A complexidade não é a receita que trago, mas o apelo à civilização das idéias. A barbárie das idéias significa também que os sistemas de idéias são bárbaros em relação uns aos outros. As teorias não sabem conviver umas com as outras. No plano das idéias, não sabemos ser verdadeiramente convivíveis. O que quer dizer a palavra barbárie? A palavra barbárie quer dizer o incontrolado (MORIN, 2003a, p. 172-173).

O incontrolado é diferente de primitivo, não necessariamente o seu oposto. O incontrolado pode ser extremamente complexo. Recolho, como exemplo, a evolução do cenário geistopolítico a partir da I Grande Guerra e o desenvolvimento de uma estratégia estado-unidense específica para o Brasil, formalmente datada da metade do ano de 1940.

A I Grande Guerra (1914-1918), segundo o historiador gaúcho Paulo Vizentini (1989, p. 10), foi “um típico conflito entre potências industriais capitalistas por uma nova repartição de áreas para expansão econômica”, que deixou como legado a criação da Liga das Nações (ou Sociedade das Nações – SDS) em Genebra, 1919, para ser o ente regulador dos conflitos internacionais. Idêntico foi o objetivo do surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU), em 26 de junho de 1945, ainda antes da rendição japonesa acontecida logo após o duplo genocídio em Hiroshima e Nagasaki, a 6 e 9 de agosto daquele ano, respectivamente.

Vizentini (1989, p. 111-112) entende que razões de ordem diplomática predominaram sobre necessidades militares no lançamento de duas bombas atômicas sobre

idades de inexpressivo valor industrial-militar, e justamente no momento em que a URSS ia atacar o Japão e apressar o fim da guerra. O objetivo real seria o que denomina de demonstração de força não só aos soviéticos, como, também, aos incipientes movimentos revolucionários e de libertação nacional que amadureciam na China, Coréia e países do Sudeste Asiático.

Uma das diferenças entre a SDS e a ONU é que os Estados Unidos da América não se vincularam à primeira e receberam de bom grado a indicação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para sediar a segunda “porque a ONU representava um instrumento importante nos planos diplomáticos dos EUA para o pós-guerra” (VIZENTINI, 1989, p. 107). Desde então, o seu Conselho de Segurança, composto por 15 membros, somente autorizou três intervenções militares: Coréia, 1950; Kosovo, 1999; Afeganistão, 2001.

A decisão dos Estados Unidos da América de invadir o Iraque, em março de 2003, como reação aos atentados terroristas sofridos em seu território em 11 de setembro de 2002, portanto, confrontou a União Européia (que se apresentou dividida na questão, Inglaterra e Espanha a favor, França e Alemanha contra), a própria ONU e, ainda, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – liderada pelos EUA e um dos últimos remanescentes da *Guerra Fria* que terminou em 1991 ao decompor-se a antiga União Soviética – pois uma das nações integrantes, a Turquia, recusou-se a permitir a utilização de seu território como base para a ofensiva.

Quase 60 anos após, e ainda impactados pela fragorosa derrota que sofreram na Guerra do Vietname, os Estados Unidos registram um sério golpe em sua busca pela manutenção de uma hegemonia que parecia assegurada após a vitória na *Guerra Fria*: o surgimento do euro

como moeda única na Europa (com exceção da Inglaterra) e a decisão do Iraque de adotar esta moeda como padrão de valor nas trocas pelo abundante petróleo.

Se Hiroshima e Nagasaki foram um aviso às demais nações e uma oportunidade para testar os efeitos da tecnologia nuclear, também o bombardeio sobre Bagdá e a caçada ao seu governante tirânico, Saddam Hussein, seguem a mesma linha estratégica em termos de geopolítica. Acrescente-se a esta receita o interesse em assegurar suprimentos estáveis de petróleo e garantir o dólar como moeda internacional para ter-se o amplo conjunto de causas mais que prováveis da interferência estado-unidense na região.

No Brasil, a movimentação dos EUA remonta a um período bem anterior aos episódios que marcaram a revolução/golpe militar de 31 de março de 1964. Gerson Moura (1984, p. 23) relata que Nelson Rockefeller foi designado pelo governo Roosevelt para comandar “o Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics”, criado a 16 de agosto de 1940, e mais tarde denominado “Office of the Coordinator of Inter-american Affairs”. O conjunto das atividades do Birô era considerado um *front* da guerra: o *front* comercial, político e psicológico. Nesse *front*, o objetivo era obter o apoio decidido dos governos e das sociedades latino-americanas para a causa dos Estados Unidos.

A ação do Birô começa, portanto, antes da entrada dos EUA na II Guerra Mundial. Esta só aconteceu em 8 de abril de 1941, um dia após o ataque japonês a Pearl Harbour; já a Alemanha e a Itália declararam guerra aos EUA em 11 de abril. Para combater a influência das forças do Eixo no Brasil, o Birô e a Embaixada dos EUA contavam com o apoio de representantes das empresas estado-unidenses aqui sediadas. É o caso da General Electric, Standard Oil, Metro Goldwin Mayer, Light and Power Co., The National City Bank of New

York e outras. O centro da atividade situou-se nas áreas de informação, saúde e alimentação.⁴

Em seis anos, o Birô gastou 140 milhões de dólares e chegou a empregar 1.100 pessoas nos Estados Unidos e 200 no exterior, além dos comitês voluntários de cidadãos norte-americanos, empresários em sua maioria, que apoiavam as ações em 29 países americanos. Relata Moura (1984), doutor em política externa brasileira pela University College, de Londres, que a estratégia articulada pelos Estados Unidos na defesa de seus interesses econômicos e políticos deve ser vista em conjunto com outras ações, como a recusa em integrar a Sociedade das Nações, a decisão de sediar a ONU, sendo seu principal mantenedor financeiro, e as guerras contra o Vietname e o Iraque.

Da mesma forma, nas questões ambientais constitui-se em estratégia articulada pelos EUA o esvaziamento de decisões da ONU que contrariem interesses estado-unidenses, como ocorreu com a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, África do Sul, de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002. O fracasso deste evento trancou uma caminhada iniciada em 1972, na Suécia, quando a comunidade internacional reuniu-se pela primeira vez na história para discutir o meio ambiente global e as necessidades de desenvolvimento.

⁴ O relato sobre a influência do Birô surpreende. Foi por sua intervenção que Walt Disney visitou o Brasil, em 1941, e lançou, logo após, o único personagem de histórias em quadrinho dos Estúdios Disney dotado de identidade regional: o Zé Carioca. Gerson Moura, na obra citada, registra as negociações com as agências noticiosas United Press International (UPI) e Associated Press (AP) para difundirem notícias dos EUA no Brasil e notícias do Brasil no mundo. Havia anúncios para as publicações identificadas com os EUA e facilidades para a importação de papel. Além da sede no Rio de Janeiro e de agência em São Paulo, o Birô criou subcomitês de apoio em Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

2. 5 A cidadania plena exige o espaço planetário?

Na edição nº 19 da Revista FAMECOS, Victor Gentilli insere artigo intitulado “O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a Comunicação”. Do texto resgata-se a concepção, provinda de T. H. Marshall, de que a cidadania pressupõe inclusão em uma comunidade e lealdade a uma civilização que é propriedade comum (GENTILLI, 2002, p. 47).

Gentilli (2002) discute democracia, política, direito à informação e papel do jornalismo, essencialmente, mas também remete a Kant e outros autores que vêem o homem como *cidadão do mundo*. A imagem que recupero, neste momento, é a da revolta de velhos *cowboys* de também antigos filmes do *farwest* – o distante oeste – quando presenciam a chegada e instalação do arame que passava a dividir as terras.

O arame do velho oeste encontra correspondência no documento moderno para impedir o livre trânsito da espécie humana pelos territórios apropriados por cerca de duas centenas de estados-nação: o passaporte. Sucessor dos salvo-condutos, o passaporte controla quem quer sair, seleciona quem pretende entrar. Nada mais distante do pensamento do chefe Seattle, da tribo Suwamish, em carta redigida em 1855 para o presidente estado-unidense Franklin Pierce:

Isto nós sabemos: a terra não pertence ao homem, mas é o homem que pertence à terra. O homem não teceu a trama da vida; é só uma decorrência dela. Tudo que fizer à terra fará a si mesmo. O que acontece com a terra acontece com os filhos da terra. Nós sabemos. Todas as coisas estão relacionadas como o sangue que une uma família.⁵

⁵ A citação, em tradução livre, integra o artigo Ser Humano – Natureza, da jornalista Raquel Núñez, publicado em **Ciudadanía planetária: temas y desafíos del periodismo ambiental**. Montevideu: Federação Internacional de Jornalistas Ambientais/Fundação Friedrich Ebert, 2000. p. 24-30.

Na obra *Terra-Patrie*, de 1993, Edgar Morin identifica na proliferação de novas nações um entrave à formação de confederações ou federações que poderiam enfrentar a intersolidariedade cada vez maior dos problemas. Os Estados-Nação, para Morin, foram eficazes para “constituir espaços de civilização mais vastos que as cidades e mais integrados que os impérios” (Morin, 2003b, p. 73), mas

[...] os Estados-Nações, inclusive os grandes Estados-Nações pluri-étnicos, são doravante demasiado pequenos para os grandes problemas agora inter e transnacionais: os problemas da economia, os do desenvolvimento, os da civilização tecno-industrial, os da homogeneização dos modos e dos gêneros de vida, os da desintegração de um mundo camponês milenar, os da ecologia, os da droga, são problemas planetários que ultrapassam as competências nacionais.

Grandes ou pequenos, sempre problemáticos. É o que se depreende do pensamento de Ianni (2001, p. 84), quando ele critica a máxima *uma nação, um estado* como produtora de um *estrageo conceitual* e perpetuadora de “anomalia analítica nas ciências sociais contemporâneas”. Há os estados que apresentam multinacionalidades, há as nações com dois ou mais estados, há as nações artificiais, ou seja, resultado de acidentes históricos ou ações políticas, e assim por diante. Ianni (2001, p. 84) destaca: “Sob vários aspectos, nos quatro cantos do mundo, a nação continua a ser também uma fabulação. Permite conferir um significado predominante, às vezes único, a uma realidade não só plural, mas problemática e contraditória”.

Ianni (2001) adverte para o paulatino anacronismo do estado-nação devido, entre outros fatores, à preponderância do econômico e da nova lógica do mercado global que não se preocupa com o *onde* se desenvolvem o trabalho e o produto, mas com quais mercados é possível alcançar e a que custo. O Estado, neste contexto, busca manter o papel de regulador das forças internas de produção, inclusive sujeitando-as a cerceamentos derivados da necessidade de ajustes comerciais em escala internacional.

A cidadania local ou nacional, enquanto sentimento de pertença, tem a ver com questões culturais, muito mais do que com delimitações geográficas. O ser *porto-alegrense*, *gaúcho* ou *brasileiro* gera do orgulho ao repúdio, dependendo do *animus* que me acomete face às realidades externas a mim às quais estou integrado – atuante ou omissor. Morin (2003b, p. 79) critica o papel do mito do desenvolvimento como justificador das ditaduras de todo o tipo, e acrescenta: “As crueldades das revoluções do desenvolvimento agravaram as tragédias do subdesenvolvimento”.

Contra o desenvolvimento como processo colocado *sobre*, e não *com e para* a totalidade da população terrena é que Morin (2003b, p. 116-117) apresenta as suas propostas: o fortalecimento da Organização das Nações Unidas e a criação de novas entidades planetárias a ela ligadas; um poder de polícia planetária para intervir nas ações bélicas contra um Estado, um povo, uma etnia; o reconhecimento da Terra como matéria e pátria da espécie humana. Em síntese, eu, tu, nós, Cidadãos do Mundo e por ele corresponsáveis!

“Juro solenemente, como filho do Brasil, orgulhoso de suas belezas e riquezas naturais, zelar pelas suas florestas, sítios e campos, protegendo-os contra o fogo e devastação, fomentar o reflorestamento, conservar a fertilidade do solo, a pureza das águas e a perenidade das fontes e impedir o extermínio dos animais silvestres, aves e peixes”

(Henrique Luiz Roessler).

3 A EXPRESSÃO LOCAL DO AMBIENTE GLOBAL

Quando? 25 de janeiro de 1975. Onde? Avenida João Pessoa, em Porto Alegre, em frente à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Quem? Carlos Dayrell, estudante, nascido em Minas Gerais. O quê? O primeiro *protesto ecopolítico* realizado no Brasil, segundo o jornalista ambientalista Roberto Villar Belmonte (VILAS BOAS, 2004, p. 23). Como? Uma árvore estava por ser derrubada em virtude da construção de viaduto sobre a Avenida João Pessoa, no perímetro central de Porto Alegre, e Dayrell subiu nela, passou ali várias horas e, atraindo a atenção da população e da imprensa local e nacional. Evitou o corte.

Por quê?

Belmonte cita o episódio, sem maiores detalhes do que os apresentados acima, em *Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos* (VILAS BOAS, 2004). Assim, a motivação de Dayrell pode ser atribuída a um ímpeto do momento, frente ao cenário da destruição. Afinal, outras árvores já haviam sido serradas e estavam sendo fracionadas no solo. Mas este era o desfecho de uma série de acontecimentos, segundo relato de um dos fundadores e tesoureiro, durante muitos anos, da Associação Gaúcha de Proteção Ambiental (Agapan), Augusto César Cunha Carneiro:

Nas reuniões da Agapan ia muita gente desconhecida. Houve uma reunião de 200 pessoas, reuniões de 100, e muitas reuniões de 50 pessoas. E visitas constantes, delegações do interior, até do estrangeiro recebemos, do Uruguai, Argentina, Estados Unidos. E aconteceu uma coisa. Em janeiro de 1975 nós estávamos superdesanimados porque o nosso manifesto contra a derrubada de árvores na Redenção⁶ não havia sido publicado em jornal nenhum. [...] Carlos Dayrell, uma semana antes, por motivos estritamente pessoais e particulares, teve um encontro conosco, numa excursão, quando ouviu as tradicionais conversas didáticas do Lutz⁷, foi convidado a se alistar na Agapan e compareceu às valiosas reuniões das segundas-feiras. Dia 24 de janeiro de 1975 fizemos a nossa reunião e Carlos lá estava. Nos debates, dois estudantes desconhecidos e nunca identificados nos interpelaram sobre como enfrentaríamos a Prefeitura em seu instinto destruidor, no caso do Parque da Redenção e das árvores da Avenida João Pessoa, que seriam derrubadas pela passagem de uma elevada. [...] Na reunião, o Lutzenberger disse: “Olha, só tem uma saída. Vocês, os jovens, amanhã vão para lá e subam nas árvores”. No dia seguinte, 25 de janeiro de 1975, o Carlos Dayrell ia fazer a matrícula de Engenharia, transferido de Minas Gerais, ele é mineiro. Chegou lá, tinha um caminhão ao lado da árvore, facilitou tudo. (BONES; HASSE, 2002, p. 145-146).

Houve aglomeração popular, outros estudantes imitaram o gesto de Dayrell, a Brigada Militar compareceu e Carneiro conta que os entendimentos eram feitos com o capitão Joaquim Moncks⁸:

[...] era um grande cara, manteve um diálogo conosco toda a tarde, maravilhoso. Depois mandaram ele se retirar, e ele foi substituído. A participação dos estudantes foi real, além da subida solidária escreveram cartazes, permanência ininterrupta, vaias, etc. Às 18 horas, o desfecho tumultuado com espancamento e prisão de quatro participantes, dois estudantes e dois jornalistas. Tudo terminou às 23 horas com a liberação dos presos. (BONES; HASSE, 2002, p. 146).

As lembranças de Augusto Carneiro, recolhidas em 18 páginas do livro *Pioneiros da ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul*, editado por Já Editores, com apoio da Companhia Petroquímica do Sul – Copesul, dão conta de que

⁶ À época, o principal *pulmão verde* de Porto Alegre, com 40 hectares. Já havia anteriormente perdido espaço para um quarteirão universitário que abrigava, como até hoje, a Reitoria da UFRGS, Salão de Atos e várias faculdades e cursos – o Campus Central. Uma rua separa esta área de outras unidades do mesmo Campus, inclusive a Faculdade de Direito e a Escola de Engenharia. A história da antiga Redenção, hoje Parque Farroupilha, é também um relato das mutilações sofridas por ele ao longo do crescimento urbano da capital gaúcha.

⁷ José Lutzenberger, fundador da Agapan, outro pioneiro ambientalista do Rio Grande do Sul.

⁸ Afável, ponderado, Moncks revelou-se após a reforma um competente poeta, com livros editados. Orgulhava-se de ter sido, segundo me relatou à época, o mais jovem capitão da corporação.

integrantes da Agapan, jornalistas e outras pessoas foram para a frente da Delegacia Policial para onde haviam sido levados os detidos e lá permaneceram até a soltura:

Deu uma baita repercussão para nós. Saiu matéria em O Estado de São Paulo e nos maiores jornais do Brasil e até em Buenos Aires. Até o nosso manifesto saiu no jornal. Página inteira. Vê se a imprensa vai fazer isso hoje? Nem sonhando. (BONES; HASSE, 2002, p. 146).

O episódio pode ser reduzido a uma manchete de jornal, do tipo *Protesto estudantil impede corte de árvore*. Pode ser focado segundo um panorama de complexidades, envolvendo abordagens como: o confronto entre técnica e ambiente, pois décadas se passaram, a árvore permaneceu e o fluxo de trânsito pelo local, embora crescente, não sofreu prejuízos; a ação policial do Estado repressor em um momento de exceção democrática; a psicossociologia da ação individual (Dayrell e Moncks); o ativismo da imprensa, censurada politicamente, em manifestação de contestação ecológica.

Trinta anos são passados desde aquele protesto. Em 1972 aconteceu em Estocolmo a primeira conferência global sobre o ambiente; Carlos Dayrell recebeu o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre em 1988, ano da nova Constituição brasileira e de seu avançado capítulo sobre o meio ambiente. Cinco anos após, a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento estabelece 27 princípios para ações internacionais de responsabilidade econômico-ambiental. E assim por diante...

São datas e acontecimentos conectados em sua essência, embora relativos a diferentes horizontes geográficos. O local e o global. Interrelacionados, histórica e afetivamente. Enquanto ciência, estruturados pela Ecologia⁹; nas práticas, divididos entre propostas

⁹ A palavra provém do idioma grego, onde *oikos* é casa, e *logos*, estudo, sendo apresentada pela primeira vez em 1866, pelo naturalista alemão Ernest Haeckel.

conservacionistas e preservacionistas¹⁰; na filosofia da ação individual ou coletiva, marcados pela passagem do rótulo de ecologista para o de ambientalista¹¹.

A psicóloga e doutora em educação pela UFRGS Isabel Cristina de Moura Carvalho apresenta uma origem próxima da formalização da defesa do meio ambiente, mas propõe primórdios formadores bem mais remotos:

O ambiente político-cultural que caracteriza as condições de emergência do campo ambiental tal como o demarcamos, ou seja, como configuração contemporânea, pode ser pensado no âmbito do movimento contracultural e do ideário emancipatório dos anos 60, no qual surgem os movimentos ecológicos. Contudo, o ecologismo contemporâneo também é tributário de um horizonte histórico, inserindo-se como parte de uma tradição de longa duração que o antecede e, de certa forma, o atualiza no fenômeno da contracultura. (CARVALHO, 2002, p. 39).

A literatura ecológico-ambientalista tende a datar em grandes e recentes eventos internacionais, a partir da segunda metade do século XX, as evoluções e os retrocessos da questão ambiental, segundo conceitos e acordos que vão, ou não, ser cumpridos. Carvalho nos oferece um *continuum* que, na cultura ocidental, começa bem antes:

[...] muitas das sensibilidades que constituem o ideário ambiental contemporâneo poderiam ser compreendidas como herdeiras das visões que passam pela compreensão iluminista de uma natureza controlada pela razão, pela visão pastoral idílica do naturalismo inglês do século XVII, pelas novas sensibilidades burguesas do século XVIII, pelo romantismo europeu do séculos XVIII e XIX e pelo imaginário edênico sobre a América (CARVALHO, 2002, p. 40).

¹⁰ A distinção está em *The concise Oxford dictionary of ecology*, segundo Regina Scharf (VILAS BOAS, 2004, p. 51): a conservação prevê gestão racional sustentável dos recursos naturais, enquanto a preservação significa impedir a interferência antrópica. A legislação brasileira reforçou o conceito adicionando o adjetivo *permanente* ao consolidar como Áreas de Preservação Permanente (APPs) o topo de morros, nascentes e margens de cursos de água, campos de dunas litorâneas e porções do território nacional em que expressivas expressões da biodiversidade necessitem de proteção integral.

¹¹ Mais ampla, a perspectiva ambientalista assume a responsabilidade de avaliar e agir sobre o que interfere na qualidade de vida como um todo, assim englobando, por exemplo, a fome no mundo, a produção de alimentos e estudos sobre transgenia – questões sociais, técnicas e científicas – em uma perspectiva ética.

Como será visto adiante, a Organização das Nações Unidas vai tornar-se a articuladora das conferências de cúpula que se constituirão, a partir de 1972, na Suécia, na busca dos consensos politicamente realizáveis para o enfrentamento conjunto das ameaças ao meio ambiente. Mais do que desafios técnicos, a superveniente maioria das representações das nações em desenvolvimento nestas reuniões encontrou desafios econômicos e políticos pela frente, pois os maiores consumidores dos recursos naturais não-renováveis são, também, os maiores emissores de poluentes: os países desenvolvidos, Estados Unidos da América à frente. Para verificar a capacidade de a ONU agir como tribunal internacional isento, é preciso remontar às suas origens e identificar o papel dos EUA, nela e em ações intervencionistas regionais - Sudeste Asiático, América Latina etc. – ou nacionais, como no Brasil, como apresentado no capítulo anterior.

3.1 Economia, política e ambiente como cenários estratégicos

Nas questões ambientais, constitui-se em estratégia articulada pelos EUA o esvaziamento das recomendações da ONU que contrariem interesses estado-unidenses, como ocorreu com a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo, África do Sul, de 26 de agosto a 4 de setembro de 2002. O fracasso deste evento truncou uma trajetória iniciada em 1972, na Suécia, quando a comunidade internacional reuniu-se pela primeira vez na história para discutir o meio ambiente global e as necessidades de desenvolvimento.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), uniu países industrializados e em desenvolvimento e possibilitou o surgimento de conferências específicas como as desenvolvidas para tratar de alimentação, moradia, população, direitos humanos, mulheres. Em 1982 houve uma avaliação dos dez anos pós-Estocolmo, em Nairóbi, Quênia, promovida pelo PNUMA e, em decorrência, nos anos seguintes, resultava implementada a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Em 1987 esta Comissão publicou o Relatório Nosso Futuro Comum (TRIGUEIRO, 2003, p. 343). O *Relatório Brundtland* – assim conhecido porque a presidência era da então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland - recomendava a realização de uma conferência mundial para discutir a ampla gama de assuntos ali abordados. O Relatório Brundtland apresenta e define, pela primeira vez, o que seja *desenvolvimento sustentável*: desenvolvimento que atenda às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de as futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas. Os textos de vários autores apresentados na obra *Meio ambiente no século 21* (TRIGUEIRO, 2003) são referências para estas informações e para as que seguem.

Coube, então, à Assembléia Geral das ONU, decidir-se, em 1990, pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o que efetivamente aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992. Conhecida como Cúpula da Terra, ou Conferência do Rio, ou Eco-92, ou simplesmente Rio-92, o encontro gerou: a Agenda 21 (ação global, em 40 capítulos); a Declaração do Rio (27 princípios); Declaração de Princípios sobre Florestas; Convenção sobre Diversidade Biológica e Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas.

A Agenda 21 e a Declaração do Rio estabeleceram parâmetros para a interpretação do conceito de necessidades: não se trata apenas de interesses econômicos, mas de um sistema global que inclui de forma integrada, portanto interdependente, as dimensões ambiental e humana. No Rio de Janeiro foi, ainda, acertada a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU (CDS) com vistas ao acompanhamento dos avanços e retrocessos na Agenda 21. Em 1997, em Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU – a Rio+5 – verificou-se a existência de uma série de lacunas na Agenda 21 e a necessidade de implementação mais eficiente das convenções e acordos internacionais.

A CDS sugeriu, em 2000, a realização de nova Cúpula Mundial, aprovada em dezembro de 2000 pela Assembléia Geral da ONU para realizar-se na África do Sul em 2002. Em síntese, o novo encontro mundial buscava fortalecer o compromisso das nações em relação aos acordos já aprovados, identificar e agir sobre novas prioridades surgidas desde então. Não foi o que ocorreu, pelo menos na escala e abrangência estimadas pelos organizadores. Estados Unidos à frente, muitas nações industrializadas recusaram-se a avançar em compromissos ambientais que significassem redução de seus próprios níveis de desenvolvimento econômico.

Esta visão imediatista e pragmática choca-se com a abordagem conferida pelo físico austríaco Fritjof Capra para cerca de quatro mil pessoas reunidas junto ao Lago Guaíba, em Porto Alegre, em 27 de janeiro de 2003, ao tema “Energia e Sustentabilidade”, integrante da programação do II Fórum Social Mundial. Segundo Capra (2003)¹², em tradução livre, a definição de desenvolvimento sustentável não nos conta nada sobre como construir uma

¹² Capra, em sua conferência no FSM, desafiou: “*We need to teach our children, and our political and corporate leaders, the fundamental facts of life – that one species’ waste is another species’ food; that matter cycles continually through the web of life; that the energy driving the ecological cycles flows from the sun; that diversity assures resilience; that life, from its beginning more than three billion years ago, did not take over the planet by combat but by networking*”.

comunidade sustentável. O que nós precisamos é de uma definição operacional de ecologia sustentável.

Capra (2003) fez um apelo no sentido de aplicar o conhecimento ecológico em um redesenho fundamental das tecnologias e das instituições sociais. Considerou o novo *design* como “a ponte sobre a presente defasagem entre o *design* humano e os sistemas ecologicamente sustentáveis da natureza” (CAPRA, 2003). Ele assegurou que logo o petróleo extraído dos campos do instável politicamente Oriente Médio, causador de devastadores impactos na natureza por suas emissões poluidoras do ar, será substituído por uma nova tecnologia já em estudos pela indústria automobilística: a célula energética que combina hidrogênio e oxigênio para produzir eletricidade e água, e nada mais além disso, inaugurando uma nova era na produção de energia – a *economia do hidrogênio*.

Enquanto em Porto Alegre desenvolvia-se o II Fórum Social Mundial, em Davos, na Suíça, acontecia a 33ª edição do Fórum Econômico Mundial, apresentado por Francois de Bernard (2003) como iniciativa que “tenta salvar o que sobrou da globalização radiante dos anos 90 e sobreviver à competição típica do mundo dos fóruns, que não escapa à lei dos mercados”.¹³

Para Bernard (2003), o pensamento global do FEM “concerne às empresas, às grandes organizações civis e aos Estados. Ele procede da visão contábil de um globo fortemente estruturado, onde o que conta é a otimização dos modelos e das regras instituídas em favor dos líderes atuais, visando à consolidação de sua liderança”. O articulista considera, assim, que Davos e o Fórum Econômico Mundial marcam uma *estratégia defensiva* com lógica e retórica

¹³ BERNARD, Francois de. Diferenças entre global e mundial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2003. Tendências/Debates, p. 3. François de Bernard é presidente GERM – sigla em francês do Grupo de Estudos e Pesquisas da Mundialização e autor de **O Governo da Pobreza**. São Paulo: Nova Harmonia, 2003.

que perenizam as dominações atuais, quaisquer que elas sejam (daí os convites simultâneos para os presidentes dos EUA, George W. Bush, e do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva), enquanto Porto Alegre e o Fórum Social Mundial constituem uma *estratégia ofensiva*, com lógica aberta e, ao invés do patrocínio de empresas-membros, contam com o apoio de uma multiplicidade de organizações e grande número de cidadãos agindo isoladamente ou em rede.

Em 2004 o FSM foi para a Índia e em 2005 retornou para Porto Alegre. Embora maciça, a cobertura da imprensa local dedicou muito tempo e espaço preciosos para discutir o significado econômico do evento para Porto Alegre e o Rio Grande do Sul e para apresentar o que passo a denominar como o *circo da diversidade*, ou seja, o inusitado pelo inusitado, e não como expressão cultural. Na área ambiental, o que faltou chamar para um debate aprofundado?

Menos espetacularização e mais atenção para a denúncia contra “uma produção deliberada de ignorância sobre perigos ecológicos como a desregulamentação da proteção ambiental e a destruição dos modos de vida ecologicamente sustentáveis de comunidades agrícolas, tribais, pastorais e artesãs do Terceiro Mundo, em fase de conversão para serem os novos refugiados ambientais do mundo”, como já alertou Vandana Shiva (2001).¹⁴

Ela questiona a linha de raciocínio que credita à globalização o aumento do comércio, com este gerando crescimento e o crescimento acabando com a pobreza. Para Shiva (2001, p. 166). “a globalização, o comércio liberalizado e os investimentos geram crescimento mediante a destruição do meio ambiente e de modos de vida locais e sustentáveis”. Ela cita

¹⁴ Detentora de Prêmio Nobel para a área ambiental, a doutora Vandana Shiva é física e ecologista e criou a Fundação para a Investigação sobre Ciência, Tecnologia e Ecologia de Nova Déli, Índia. A crítica reproduzida está presente no artigo SHIVA, Vandana. El mundo en el límite. In: HUTTON, Will; GIDDENS, Anthony (Eds.). *En el límite: la vida en el capitalismo global*. Barcelona: Tusquets, 2001. p. 163-186.

estudo do ministério do Meio Ambiente da Dinamarca segundo o qual o transporte de um quilo de alimento pelo mundo gera 10 quilos de gás carbônico.

No entanto, é preciso manter certa dose de ceticismo frente aos resultados de tais pesquisas, por vezes incapazes de serem conclusivas, mesmo quando enfocam questões aparentemente consolidadas no senso comum ambientalista. Um instrutivo exemplo é estudo desenvolvido pela Holanda sobre a opção correta entre copinhos plásticos ou de faiança para servir cafezinhos.¹⁵

Shiva (2001) ainda aborda as pressões das indústrias (e governos) ocidentais sobre o Terceiro Mundo na transformação das formas de vida em itens resguardados por patentes através do acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (DPIRC). Na prática, trata-se de patentear e exercer monopólio sobre sementes, para a agroindústria, e de princípios ativos, para a indústria farmacêutica.

“Ao reduzir o conhecimento humano à categoria de propriedade privada, os direitos de propriedade intelectual afogam a capacidade humana de inovar e criar; transformam o livre intercâmbio de idéias em roubo e pirataria”, afirma Vandana Shiva, para quem os DPI são “um nome mais elaborado para a pirataria moderna. Não demonstram nenhum respeito por outras espécies e culturas e são um escândalo moral, ecológico e cultural” (SHIVA, 2001, p. 169-170).

¹⁵ O *dossier* de 123 páginas, divulgado em 1992, analisou todo o ciclo de vida dos dois produtos, incluindo energia gasta para produção e transporte, empilhamento, embalagem, gastos com água e sabão (para o conjunto xícara-pires) etc. O resultado surpreendeu: ensaboada após cada uso, a xícara somente apresenta superioridade ecológica frente ao copinho de poliestireno após ser utilizada 1.800 vezes. Neste interregno, a possibilidade de quebrar é muito grande. O relato sobre este estudo foi extraído do livro **Green, Inc**, da jornalista britânica Frances Cairncross, e está presente no artigo de Regina Scharf, *Verde como dinheiro* (in Vilas Boas, 2004, p. 75).

Uma visão bem mais otimista está presente em Manuel Castells, pois ele assegura que “nos anos 90, 80% dos norte-americanos e mais de dois terços dos europeus consideram-se ambientalistas”, que políticos só se elegem se *verdejarem* suas propostas, que governos e instituições internacionais multiplicam programas, órgãos especializados e legislações e que “grandes empresas, inclusive as responsáveis por uma grande emissão de poluentes, passaram a incluir a questão do ambientalismo em sua agenda de relações públicas, e também em seus novos e mais promissores mercados” (CASTELLS, 2001, p. 141).

O debate público e a conscientização do caráter interdependente das questões ambientais são vistos por Castells como preponderantes para, “talvez – a ressalva é dele - uma reorientação das instituições e políticas no sentido de um sistema sócio-econômico responsável do ponto de vista ambiental”. (CASTELLS, 2001, p. 142). Ele pondera que a diversificação das ações ambientalistas impossibilita a caracterização de *movimento*. Mas ressalva “que é justamente essa dissonância entre teoria e prática que caracteriza o ambientalismo como uma nova forma de movimento social descentralizado, multiforme, orientado para a formação de redes e de alto grau de penetração” (CASTELLS, 2001, p. 143).

Castells (2001) apresenta uma interessante distinção entre ambientalismo e ecologia, bem como uma tipologia para os movimentos ambientalistas que contradita pensamento anterior e serve, tão somente, para efeitos didáticos. Por *ambientalismo*, refere-se a formas de comportamento coletivo que, em discursos e na prática, buscam “corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante” (CASTELLS, 2001, p. 144); já a ecologia é abordada sob o prisma da sociologia e configuraria, para Castells (2001, p. 144), “o conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e

evolucionária”. O autor esclarece: ambientalismo é ecologia na prática e ecologia é o ambientalismo na teoria.

No capítulo *O 'verdejar' do ser: o surgimento do movimento ambientalista*, Manuel Castells reforça a concepção holística da vida humana em harmonia com a natureza e refuta com clareza uma das principais críticas aos ambientalistas-ecologistas: não buscam o que ele define de “ingênua veneração de paisagens naturais intocadas” e reconhecem a importância primacial das comunidades de seres humanos consideradas dentro de uma perspectiva histórica. (CASTELLS, 2001, p. 158).

Shiva e Castells coincidem na importância da preservação. Enquanto ela refere o Princípio da Prevenção¹⁶, considerando-o como uma das maiores conquistas da conferência de cúpula realizada no Rio de Janeiro, Castells (2001) opõe a *cultura verde* à cultura da virtualidade real característica da sociedade em rede e destaca o conceito do tempo glacial, isto é, a dimensão temporal que pensa o mundo em termos de gerações futuras. É preciso legar-lhes uma realidade não comprometida por ações presentes.¹⁷

O sentimento de valoração da variável ambiental perpassa as diferentes classes sociais e culturais, ultrapassando ainda as barreiras geográficas e disseminando-se sobre o planeta. Não é o que ocorre em referência às práticas comerciais globalizadas, conforme adverte Mike

¹⁶ É o princípio 15 da Declaração do Rio, de 1992, assim expresso: “Quando existem ameaças de prejuízos graves ou irreversíveis, a falta de uma plena certeza científica não servirá de motivo para retardar medidas razoáveis que permitam prevenir a degradação ambiental.” (SHIVA, 2001).

¹⁷ Foi sob o abrigo do Princípio da Prevenção, por exemplo, que associações de moradores de Porto Alegre obtiveram vitória na discussão e implantação de legislação restritiva à proliferação de Estações de Rádio-base (ERBs) para telefonia celular. A capital gaúcha adotou, em 2002, parâmetros iguais aos da Suíça para emissões eletromagnéticas e deverá mantê-los enquanto estudos internacionais ora em cursos promovidos pela Organização Mundial da Saúde não confirmarem ou descartarem o perigo da exposição a estas emissões. Legislação semelhante, com abrangência estadual, não prosperou, em 2002, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Featherstone (1997)¹⁸, para quem a homogeneização dos mercados e dos fluxos de capital estabelece semelhanças em estilo de vida, hábitos, conduta social para os atores envolvidos, inclusive quanto aos bairros onde se encontram. Estas relações transacionais não estão presentes em todas as cidades e, desta forma, o processo de globalização torna-se desigual, portanto excludente.

A perplexidade dos políticos ante o impacto da reestruturação de sua atividade, significando menos controle sobre a economia e a sociedade, e dos empresários frente à transformação da economia produtiva em economia de especulação e busca de monopólio, é mencionada por García Canclini em *La globalización imaginada* (1999). Nesta obra, Canclini (1999, p. 10) propõe-se a discutir a concepção de que o capitalismo seria “o único modelo possível para a interação entre os homens, e a globalização sua etapa superior inevitável”.

Mais ainda, pondera a importância de repensar como se faz arte, cultura e comunicação nesta realidade. E confronta a globalização circular às globalizações tangenciais, de forma a reconhecer diferentes conceituações para a palavra, conforme a ótica dos que a ela estão referidos. Surge o que García Canclini (1999) denomina, logo na introdução, de “a nova desordem mundial”, ou seja, a busca de integração regional como forma de proteção contra a globalização na acepção mais ampla.

Dentro deste contexto, mesmo que macroempresas e cadeias comunicacionais atuem reordenando o mercado, como afirma García Canclini em *Cultura y comunicación: entre lo global y lo local* (1997), e estejam concorrendo para a instalação de uma *sociedade civil*

¹⁸. Em “*A globalização e a identidade cultural*” (p. 159-171), Featherstone (1997) considera que a tendência à formação de práticas, conhecimentos, convenções e estilos de vida independentes do Estado-Nação também produz um entrechoque de culturas (p. 158) e, como no exemplo havaiano, inclusive propicia a defesa de uma volta ao passado (p. 168).

mundial - onde contam com mais poder de decisão do que partidos, sindicatos e movimentos sociais de alcance nacional - , e ainda que possamos objetar contra a existência de uma indústria cultural castradora da expressão da cultura popular, deve-se reconhecê-la como importante transmissora dos conceitos de preservação ambiental.

Para García Canclini (1997, p. 59), “a esquerda e em geral os movimentos democráticos terão algo a dizer à sociedade se conseguirem descobrir como falar com a indústria cultural”. A divulgação de assuntos relacionados com o meio ambiente tem encontrado espaços em todas as formas de mídia. O Greenpeace, a que Castells (2001, p. 150) refere como sendo “a maior organização ambiental do mundo (sic) e provavelmente a principal responsável pela popularização de questões ambientais globais, por meio de ações diretas, sem uso da violência e orientadas à mídia”, encontrou este caminho promovendo a espetacularização de suas ações, tão ao gosto do formato valorizado pela televisão.

O modelo administrativo de decisão centralizada garante a realização de eventos impactantes para a mídia apenas sobre temas que sejam de leitura internacional, ou seja, não se envolve o Greenpeace com necessidades localizadas, por mais dramáticas que se apresentem para as comunidades envolvidas. O tema e a organização a ele vinculada ultrapassam fronteiras e tendem a ser notícia.

Assim, o rompimento da barreira geográfica estabelecida pelo Estado-Nação coloca o Greenpeace na linha de frente da globalização. Vale destacar que a ação localizada do Greenpeace é, em última análise, sempre uma reação contra a introdução de práticas – por parte de governos e/ou empresas – que venham a alterar processos tradicionais ou a implantar novos que colidam com o que os ambientalistas entendem como vida em harmonia com a natureza.

Rubem Oliven (1992, p. 26) afirma que “Nação e tradição são recortes da realidade, categorias para classificar pessoas e espaços e, por conseguinte, formas de demarcar fronteiras e estabelecer limites. Elas funcionam como pontos de referência básicos em torno dos quais se aglutinam identidades”. A formação de uma consciência ecológica global, portanto, parte do reconhecimento individual de que o problema local – a fumaça do cano de descarga do ônibus do grande centro urbano ou a impropriedade para banho no riacho que banha a pequena comunidade rural – prejudicam a qualidade de vida da espécie humana como um todo. Os meios de comunicação podem ater-se ao pontual e local, ou contribuir para a conscientização, pela contextualização.

3.2 A formação da consciência ambientalista no RS

A ação dos meios de comunicação de massa na apresentação de produtos culturais gera perda de identidades locais/regionais? Ou, como refere a doutora em Comunicação e professora da UFRGS, Nilda Jacks (1999, p. 63), “caracteriza-se muito mais por ser um processo de transformação e de cruzamento do que de perda, pois acompanha a historicidade dos processos culturais e suas diferenciações?”.

A pergunta é relevante porque é à singular formação cultural no Rio Grande do Sul, um caldeirão étnico marcadamente influenciado pela imigração européia, que pode ser creditada a maior responsabilidade pela propalada liderança deste Estado na discussão e estabelecimento nacionais de uma consciência ambientalista, fortalecida por legislação igualmente pioneira.

O Rio Grande do Sul permanecia, no final de 2004, como o único Estado brasileiro a proibir a prática das queimadas, muito embora fosse necessário o concurso do Judiciário para restabelecer situação alterada por um Legislativo que não pôde ou não quis resistir às pressões de produtores rurais. Rigor legal pioneiro no Brasil para a destinação de resíduos sólidos (FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER, 1993?), utilização das águas (RIO GRANDE DO SUL, 2002?a), preservação da qualidade do ar, municipalização do licenciamento e fiscalização de atividades econômicas de impacto ambiental local, criação e preservação de unidades de conservação como o Parque de Itapuã, em Viamão, e o Parque de Itapeva, em Torres, estudos técnicos aprofundados sobre mineração do carvão, realização de audiências ambientais para ouvir a comunidade sobre implantação de projetos, programas de educação ambiental, criação e consolidação dos Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica – é longa a relação das iniciativas neste campo.

A construção do modelo de desenvolvimento sustentável para a economia gaúcha tem a participação de diversos agentes com posições por vezes colidentes. São técnicos da administração pública federal, estadual e dos municípios, voluntários vinculados a organizações não-governamentais, cidadãos interessados na qualidade de vida – sua e dos seus descendentes – profissionais da imprensa, lideranças empresariais etc.

No passado, a proteção ao meio ambiente não era assunto nos lares ou nas instituições, entre elas a imprensa. Bones e Hasse (2002, p. 27) creditam a um funcionário público, Henrique Luiz Roessler, e a um padre jesuíta de ascendência alemã, Balduino Rambo, a fundação do movimento ambiental no Rio Grande do Sul.

O pioneiro é Henrique Luiz Roessler, que trabalhava em São Leopoldo como funcionário da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul na Capatazia do Rio dos Sinos. Ele redigiu e divulgou, em 15 de fevereiro de 1939, um edital informando aos proprietários que é considerado crime a pesca com dinamite e que as matas ciliares deveriam ser preservadas. Outros editais, avisos e notas se sucederam na defesa da natureza, sendo afixados em delegacias de polícias e nas escolas e entregues de barco em barco.

Roessler nasceu em Porto Alegre, a 16 de novembro de 1896. Faleceu em 14 de novembro de 1963. Seis dias antes havia publicado no jornal *Correio do Povo* a última das 301 crônicas semanais com que, em linguagem direta e carregando na adjetivação contra as práticas nocivas à natureza, revelava fatos e manifestava opiniões. Há 96 delas publicadas em *O Rio Grande do Sul e a ecologia* pela editora Martins Livreiro (ROESSLER, 1986), com prefácio da diretoria da Agapan¹⁹, atestando que Roessler seria “o fundador da ecologia política no Brasil,” pois em 16.10.59 declarou que era necessário ‘alarmar a opinião pública para convencer o Poder Público da necessidade urgente de providências’ (ROESSLER, 1986, p. 8).

Foi fundador, no primeiro dia do ano de 1955, da primeira entidade ambientalista do Rio Grande do Sul, a União Protetora da Natureza, em São Leopoldo. “A instituição tinha como sede a casa de Roessler e dependia totalmente dele. Suas ações são pioneiras mesmo em âmbito internacional” (BONES; HASSE, 2002, p. 27).

A ação pioneira de Henrique Luiz Roessler, cujo nome segue sendo grafado erroneamente como ‘Luís’ em livros e documentos, inclusive oficiais, resultou em homenagem especial, tornando-o patrono da Fepam - Fundação Estadual de Proteção

¹⁹ A assinatura do texto, creditado à gestão 1984/1984, inclui os nomes de José Truda Palazzo Júnior, Augusto César Cunha Carneiro e João Batista Santafé Aguiar.

Ambiental “Henrique Luiz Roessler”, criada em 1990. Em 2004, a Fepam, o Núcleo de Ecojornalistas, o Sindicato dos Jornalistas e a Associação Riograndense de Imprensa instituíram concurso jornalístico e deram o seu nome a uma das categorias, a de contribuição especial da comunicação social às ações destinadas à preservação da natureza e ao desenvolvimento ecossustentável.²⁰

Balduino Rambo, falecido em 1961 com 56 anos de idade, tem seu trabalho no Rio Grande do Sul comparado ao do botânico Karl von Martius em âmbito nacional. Os 550 exemplares com 450 páginas de *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*, impressos em 1942 com patrocínio do Governo do Estado, constituem, segundo BONES e HASSE (2002, p. 28),

a primeira descrição completa do meio físico em todo o território gaúcho. Além de identificar e classificar plantas, solos e acidentes geográficos, Rambo já defende a criação de parques para preservação dos ricos e diversificados ambientes naturais do Estado. Embora ainda não usasse a palavra, ele já tinha a concepção de ecossistema.

Rambo trabalhou dez anos neste levantamento. Teria sido o primeiro a fazer uma relação entre a preservação da natureza, a ética e a moral. BONES e HASSE reproduzem trecho do capítulo “Proteção à Natureza”, em que o padre Balduino Rambo afirma:

Assim, no curso de todas as culturas humanas, mais cedo ou mais tarde, surgem as tendências de proteção ativa da natureza. Um povo que descuidasse desse elemento, teria falta dum requisito essencial da verdadeira cultura humana total e seria indigno da terra, com que a pródiga mão do Criador o presenteou. (1942 apud BONES; HASSE, 2002, p. 29).

A segunda edição da obra de Rambo data de 1956 e um exemplar foi entregue, anos depois, ao engenheiro-agrônomo José Lutzenberger, por seu colega de universidade Antonio

²⁰ Em sua primeira edição, entregue em 20 de novembro de 2004, durante a programação da Fepam alusiva ao aniversário de nascimento de Roessler, a premiação – placas gravadas – foi entregue a um evento (o II Fórum Internacional das Águas, realizado em Porto Alegre, na primeira quinzena de novembro), a uma iniciativa jornalística (a EcoAgência de Notícias) e a uma pessoa física, a jornalista Maria de Lourdes da Cunha Wolff.

Tavares Quintas. Bones e Hasse (2002, p. 29) informam que a obra “foi leitura e inspiração permanente para Lutzenberger”. E acrescentam:

Tendo Roessler e Rambo por patronos, o movimento ambientalista gaúcho foi colocado de pé, formalmente, em 1971, quando um grupo de amantes da natureza fundou a Agapan. De imediato, essa entidade tornou-se a face mais radical do movimento ambientalista nacional, desde a década de 60 liderado pelo biólogo e advogado paulista Paulo Nogueira Neto, criador da legislação básica do setor no país. É consenso entre os ambientalistas gaúchos que o sucesso da Agapan deveu-se à atuação combativa de José Lutzenberger, o agrônomo porto-alegrense que reunia em si três ingredientes fundamentais: um forte amor pela natureza, um grande conhecimento técnico e uma retórica fora do comum. (BONES; HASSE, 2002, p. 29).

Em 27 de abril de 1971 foi criada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Agapan. Augusto César Cunha Carneiro era a retaguarda, o organizador, o responsável pela cobrança de mensalidades dos associados que foram se vinculando. Cumpria a promessa feita à família de Roessler de que faria reviver a União de Proteção da Natureza. José Lutzenberger era o detentor do saber técnico que encontrara na obra de Balduino Rambo um referencial importante, o professor e, ainda, o propagandista carismático que abria espaços na imprensa.

Henrique Luiz Roessler, Balduino Rambo, Augusto Carneiro, José Lutzenberger. Dezenas de anos de serviços prestados à causa ambiental no Rio Grande do Sul. E – por que não? –, Carlos Dayrell, encarapitado durante algumas horas no alto de uma árvore, gerando não um factóide, mas um verdadeiro fato noticiável.

Eles estão entre os pioneiros ambientalistas de épocas distintas, em uma galeria com omissões a corrigir, especialmente sobre a contribuição de detentores de cargos públicos, mas que deve incluir, em ordem alfabética, Caio Lustosa, Carlos Cardoso Aveline, Edí Xavier Fonseca, Flávio Lewgoy, Giselda Escosteguy Castro, Hilda Zimmermann, Irmão Cecchin,

João Batista Santafé Aguiar, José Celso Aquino Marques, José Truda Palazzo Júnior, Luiz Felipe Kunz Júnior, Magda Renner, Marli Medeiros, Milo Raffin, Mozart Pereira Soares, Sebastião Pinheiro...²¹

Na formação da consciência ecológica do Rio Grande do Sul estão, ainda, as grandes ações envolvendo, por exemplo: a indústria de celulose norueguesa Borregaard; a criação, recuperação e preservação do Parque Estadual de Itapuã; a criação do Parque Estadual Delta do Jacuí; a mobilização contra a poluição dos cortumes da região de Novo Hamburgo; as campanhas contra os agrotóxicos, gerando a exigência do Receituário Agrônomo, e contra a prática das queimadas dos campos, entre muitas outras.

3.3 O modelo estadual de gestão ambiental

Os primórdios do Sistema Estadual de Proteção Ambiental – SISEPRA – estão localizados no início da década de 70, quando foi criada a Coordenadoria de Controle do Equilíbrio Ecológico (CCEE), vinculada à Secretaria da Saúde e transformada, posteriormente, no Departamento de Meio Ambiente da então Secretaria da Saúde e Meio Ambiente.

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) foi criada pela Lei Estadual 11.362/1999, a partir da integração de diversos órgãos da administração pública estadual: da Secretaria da Agricultura e Abastecimento foi retirado o Departamento de Recursos Naturais Renováveis, transformado em Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP) e a

²¹ Os papéis desempenhados por estes personagens está apresentado na obra já citada: **Pioneiros da ecologia: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul.**

Fundação Zoobotânica do RS (FZB), com o Museu de Ciências Naturais, o Parque Zoológico de Esteio e o Jardim Botânico de Porto Alegre, oriunda da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, criada pela Lei Estadual 6.497/1972; a Fundação Estadual de Proteção Ambiental “Henrique Luiz Roessler”, criada pela Lei Estadual 9077/1990 e provinda da Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente; e a Divisão de Recursos Hídricos da Secretaria de Obras, transformada em Departamento de Recursos Hídricos (DRH). O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) e o Fundo Estadual do Meio Ambiente tem igualmente vínculos com a SEMA.

Estão ligados ainda à SEMA, de acordo com a legislação que a criou: o Programa Pró-Guaíba, originalmente vinculado à Secretaria de Coordenação e Planejamento; o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e a administração do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, anteriormente ligados à Secretaria de Obras. A unificação dos dois conselhos e dos dois fundos tem sido bastante discutida. O argumento é técnico: a bacia hidrográfica constitui, enquanto espaço geográfico, o módulo de gestão ambiental.

Os conselhos são fóruns para discussão e decisão, integrados por representantes do Estado, das ONGs ambientalistas e de representações da sociedade, como instituições universitárias, setores produtivos e grupamentos profissionais. Outros fóruns de participação popular, no Rio Grande do Sul, são os Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas e a Conferência Estadual do Meio Ambiente (Confema).

As origens da realização pioneira no Rio Grande do Sul de uma conferência estadual do meio ambiente remontam a 1987, quando ocorreu aconteceu, em Brasília a 8ª Conferência Nacional de Saúde. A assessora da presidência da FEPAM, Carmen Franco (informação

verbal)²² relata que naquele encontro discutiu-se a realização de um encontro no mesmo modelo específico para o meio ambiente. Já no ano seguinte o Rio Grande do Sul realizaria a primeira Conferência Estadual do Meio Ambiente – Confema, no auditório da Caixa Econômica Federal, em Porto Alegre, buscando realizar um diagnóstico da situação ambiental do Rio Grande do Sul. Durou três dias, sendo precedida por encontros municipais, nas sede das Delegacias Regionais de Saúde. A organização foi do Departamento de Meio Ambiente da Secretaria da Saúde e Meio Ambiente, então dirigido pelo professor Claudio Dilda, presidente do Consema nos anos de 2003 e 2004. A Consema seguiu sendo realizada anualmente até 1994.

A periodização bianual, sob organização da SEMA, foi definida pela legislação e a Confema retomada em 2000, após seis anos sem ser convocada. O temário era amplo: *Desafios para o Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável do Rio Grande do Sul*. Como objetivo, “deliberar uma agenda de orientação das prioridades do Sistema Estadual de Proteção Ambiental e do Governo para o biênio 2001/2002” (RIO GRANDE DO SUL, 2000, p. 4). Foram realizadas onze pré-conferências regionais entre agosto e novembro de 2000²³, com eleição de um delegado com direito a voto na Confema, dias 2 e 3 de dezembro de 2000, em Porto Alegre, para cada dez participantes. O número de eleitos chegou a 263 e, somados aos 111 membros natos²⁴, habilitaram-se 374 pessoas como delegados na Confema 2000. O processo mobilizou um total de três mil pessoas. (RIO GRANDE DO SUL, 2000, p. 11).

²² FRANCO, Carmen. Informações transmitidas ao autor em 16 jan 2005.

²³ Municípios que foram sede das pré-Confema, em ordem cronológica: Santo Ângelo, Pelotas, Iraí, Cruz Alta, Tramandai, Caxias do Sul, Alegrete, Santa Maria, Novo Hamburgo, Lajeado e Getúlio Vargas.

²⁴ Membros titulares do Consema, representantes dos municípios, das indústrias, agricultura, organizações não-governamentais, povos indígenas, universidades, comitês de bacias hidrográficas, Orçamento Participativo, conselhos regionais de desenvolvimento, sindicatos de trabalhadores, colônias de pescadores, conselhos profissionais e associações técnico-científicas e Governo Estadual.

Foram aprovadas 268 resoluções na plenária final, englobando sete eixos temáticos: Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Matriz Energética; Gestão Compartilhada e Estruturação do SISEPRA; Recursos Hídricos; Controle Ambiental; Biodiversidade e Política Florestal; Educação Ambiental; Resíduos Sólidos. Foram aprovadas, ainda, seis moções: sobre saneamento (duas), educação ambiental, criação de varas especiais no Poder Judiciário para questões ambientais, Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e Morro de Paula (região metropolitana de Porto Alegre).

O relatório da Confema 2000 evidencia “a necessidade de articularmos as políticas de meio ambiente e a realidade econômica e ambiental das regiões do Estado” (RIO GRANDE DO SUL, 2000, p. 11). Propõe a qualificação da gestão ambiental a partir das estruturas do Sistema Estadual de Proteção Ambiental e do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, por meio de seis propostas visando: ampliação das estruturas regionais da SEMA, com interlocução com os Comitês de Bacias Hidrográficas; incentivo à criação de conselhos municipais do meio ambiente; empregar a Confema como alavanca do processo de estruturação do SISEPRA; fortalecer o Consema como órgão principal do SISEPRA; integração com as comissões de Saúde e Meio Ambiente e de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa; adotar o princípio de Desenvolvimento Ecologicamente Sustentável como uma das bases da política de desenvolvimento estadual. (RIO GRANDE DO SUL, 2000, p. 11-12).

Em relação ao Sistema Estadual de Recursos Hídricos, a Confema 2000 recomendou: “1. Consumar a reestruturação do SERH [...] com a criação das Agências de Região Hidrográfica e a implantação efetiva da outorga do uso da água e da cobrança do mesmo como instrumento de gestão; 2. Consumar a transferência da Secretaria da Coordenação e Planejamento para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente dos programas Pró-Guaíba, Pró-

Uruguai e Pró-Mar de Dentro; 3. Articular com as políticas setoriais de saneamento (Ex.: resíduos sólidos e esgotamento sanitário)” (RIO GRANDE DO SUL, 2000, p. 12).

A Confema 2002 teve como tema central “*O Equilíbrio Ambiental em Nossas Mãos*” e aconteceu nos dias 14 e 15 de setembro de 2002, em Porto Alegre, no Colégio Bom Conselho, sendo precedida por 17 pré-conferências regionais²⁵, conferências municipais e encontros setoriais, estes com a participação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Fetag, prefeituras municipais, Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, governo estadual, universidades, indústria, comércio e serviços, associações técnico-científicas e colônias de pescadores.

Ela contou com 439 delegados²⁶ que reuniram-se com participantes-observadores em Porto Alegre, atuaram em grupos de trabalho e sessões plenárias e deliberaram pela aprovação, em plenário, de 124 resoluções, entre gerais e temáticas²⁷ e 21 moções sobre assuntos diversos: protocolo de Kioto, Rio+10, ALCA (Associação de Livre Comércio das Américas), solidariedade, saneamento, rádios comunitárias (sic), maus tratos a animais, transgênicos, gestão municipal, caça, meios de comunicação, queimadas, biodiversidade e política florestal. Foram mobilizadas 3.921 pessoas, com participação de representantes de 208 municípios (RIO GRANDE DO SUL, 2002b, p. 11).

²⁵ A relação, em ordem cronológica, inclui: Fronteira Oeste (Uruguiana), Fronteira Noroeste e Missões (Santa Rosa), Alto Jacuí e Noroeste Colonial (Ijuí), Centro (Santa Maria), Celeiro e Médio Alto Uruguai (Passo Fundo), Campanha (Bagé), Norte (Getúlio Vargas), Nordeste (Vacaria), Litoral Norte (Tramandaí), Sul (Rio Grande), Serra, Encosta da Serra e Campos de Cima da Serra (Caxias do Sul), Vale dos Sinos (São Leopoldo), Capital e Metropolitana (Gravataí), Vale do Rio Pardo (Santa Cruz do Sul), Vale do Taquari (Lajeado), Carbonífera e Centro-Sul (Charqueadas).

²⁶ Foram 302 indicados em Conferências Regionais (um para cada dez pessoas presentes), 36 nas Conferências Municipais (um para cada 25 presentes), 54 nos Encontros Setoriais (seis pessoas por setor), os 29 conselheiros titulares do Consema e os 18 conselheiros do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

²⁷ A relação inclui: Gestão Ambiental Compartilhada; Controle Ambiental; Fontes de Financiamento; Biodiversidade e Política Florestal; Usos dos Recursos Naturais e Ecoturismo; Educação Ambiental; Etnosustentabilidade; Saneamento; Agroecologia; Política Energética; Recursos Hídricos; Controle Social; Pesca; Ocupação de Espaços Urbanos; Animais Domésticos; Propostas para Estruturação da Confema.

A Confema 2004, realizada sob o tema “Gestão das Águas: o futuro você faz hoje” apresentou um novo modelo operacional. Quanto às reuniões preliminares, foram reduzidas para oito e distribuídas de acordo com as Regiões Hidrográficas: Guaíba, Caxias do Sul, Santa Cruz e do Sul e Novo Hamburgo, na Região Hidrográfica do Lago Guaíba; Pelotas e Tramandaí, na Região Hidrográfica do Litoral; Alegrete, Erechim e Santa Rosa, na Região Hidrográfica do Rio Uruguai.

Deixou de haver a eleição de delegados e o produto das discussões, como não houve processo de votação, passa a ser denominado de *Proposições*, ao invés de *Resoluções*, características dos eventos de 2000 e 2002. Foram apresentadas 45, além de 43 moções. A plenária final foi reduzida para um dia e contou com cerca de 200 participantes.

Em busca de uma maior assertividade no encaminhamento das proposições houve um esforço para classificação: quanto ao tema (questão geral, institucional, estratégica, conceitual); quanto ao caráter (político, institucional, comportamental, técnico, organizacional, administrativo). Permitiu-se mais de uma classificação. Foram solicitados *considerandos*, a *proposta em si* e *forma de implementação*.

O mesmo deu-se em relação às moções, assim apresentadas: quanto ao tema (questão institucional, estratégica, gerencial, conceitual, divulgação); quanto ao tipo (crítica, alerta, científica, apoio, reconhecimento); quanto ao caráter (técnico, institucional, político, administrativo e geral). Igualmente foram solicitados *considerandos* e a *proposta em si*, sendo omitida a solicitação de implementação.

A escassez de recursos financeiros (em 2000 e 2002 os delegados tinham despesas parcialmente cobertas para deslocamento a Porto Alegre, hospedagem e alimentação), a

redução no número de encontros preliminares e ausência de Porto Alegre entre eles, a não contratação de jornalista com a finalidade específica de divulgação na cidade-sede e o modelo conceitual adotado são causas possíveis para a expressiva redução nos indicadores da Confema 2004 em relação às duas antecedentes.

Uma avaliação preliminar do conteúdo das proposições moções de 2000, 2002 e 2004 permite verificar nas duas primeiras uma maior estruturação em relação às questões mais abrangentes. Há em 2004, igualmente em avaliação preliminar, dificuldade para distinguir entre proposições e moções, justificando, talvez, o grande salto numérico destas em relação a 2000 e 2002.

Da mesma forma que as conferências estaduais, os conselhos (Consema e CRH) constituem espaços para discussão, pela sociedade, das questões ambientais. Dois ex-presidentes da Agapan, no entanto, têm críticas à composição do órgão: Flávio Lewgoy, que dirigiu a entidade de 1983 a 1986, e José Celso Aquino Marques, presidente de 1987 a 1992.

Lewgoy é favorável à alteração da lei que define a representatividade no Consema, pois ela possibilita à representação dos órgãos públicos assumir a presidência: “Não me interessa o partido, o que me interessa é que ele [o governo] como gestor não pode fiscalizar a si mesmo” (BONES; HASSE, 2002, p. 160). O que distingue a ONG da entidade governamental? Para Lewgoy,

A ONG tem mais liberdade, mais independência, teoricamente. O governo muitas vezes faz coisas erradas, e uma vez feitas as escolhas, deve defendê-las, enquanto que a ONG, se errar, pode se corrigir, pode voltar atrás. Se o governo faz isso, terá muitos prejuízos políticos. (BONES; HASSE, 2002, p. 159).

Celso Marques justifica a presença de militantes da Agapan em órgãos deliberativos e consultivos ligados ao governo, pois a entidade propôs vários artigos da Constituição Estadual a partir de emendas populares incorporadas ao texto e os órgãos governamentais passaram a receber os ambientalistas, mas ressalta o dilema decorrente desta participação: “[...] se não participa, não tem acesso à informação do que está acontecendo no Estado, mas participando [...] é como se estivesse legitimando o funcionamento pseudo-democrático do atual sistema político. (BONES; HASSE, 2002, p. 165).

A consulta às atas do Conselho Estadual do Meio Ambiente de anos recentes mostra significativa parcela de decisões tomadas por unanimidade. Em outras, os debates em plenário resultaram particularmente acalorados, com destaque, em 2004, para a questão da nova denominação e dos novos limites do Parque Estadual Delta do Jacuí. Foi nas Câmaras Técnicas do Consema, no entanto, que foi preparado o entendimento possível.²⁸

²⁸ As atas do Consema são disponibilizadas no site da Fepam, em www.fepam.rs.gov.br.

“Eu quero enfatizar que, hoje, a transição para um futuro sustentável não é mais um problema técnico ou conceitual. É um problema de valores e decisão política.”

(Fritjof Capra)

4 A IMPRENSA FRENTE À COMPLEXIDADE AMBIENTAL

Dezessete dos dezoito membros do Conselho Estadual do Meio Ambiente presentes à 71ª Reunião Ordinária do Consema, realizada em 17 de dezembro de 2004 no Auditório Espaço Verde da sede da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) em Porto Alegre, responderam a um questionário fechado com dez perguntas, elaborado segundo a Escala de Likert (Apêndice 2). É instrumento para pesquisa exploratória que oferece um texto afirmativo seguido de cinco diferentes opções de resposta: concordo plenamente, concordo, sem opinião, discordo, discordo plenamente

O mesmo questionário foi apresentado para oito jornalistas com cargo de chefia nas redações dos oito jornais com pelo menos cinco edições semanais dos municípios de Porto Alegre, Novo Hamburgo, Caxias do Sul e Gravataí, segundo critérios apresentados na introdução deste trabalho. E, ainda, ao principal dirigente dos órgãos ambientais das prefeituras municipais acima.

No questionário apresentado aos conselheiros do Consema havia espaço para indicação da origem da representação, com três opções - de órgão da administração pública direta ou indireta; de organização não-governamental; de entidade empresarial, educacional,

categoria profissional ou outra.²⁹ Os questionários para jornalistas e dirigentes de órgãos municipais foram enviados por e-mail.

A intenção inicial de dividir a representação da sociedade entre ONGs ambientalistas e demais entidades poderia revelar posicionamentos interessantes, mas foi abandonada no exame dos questionários porque sete dos conselheiros respondentes apresentaram-se como representantes de ONGs, embora elas sejam em número de cinco. (Apêndice 1).

Enquanto no plenário do Consema foram distribuídos questionários para o universo dos presentes (18) à reunião ordinária de 17 de dezembro de 2004, com 17 respostas, a amostra intencional de jornalistas não representa o pensamento de 12.100 registrados na Delegacia do Ministério do Trabalho do Rio Grande do Sul em janeiro de 2005 - entre portadores de diploma de curso superior, exercentes de funções especiais (diagramadores, repórteres fotográficos, ilustradores, repórteres cinematográficos) e precários (em atividade em período anterior à regulamentação profissional).

A amostra de dirigentes de órgãos ambientais municipais igualmente não representa a opinião do poder Executivo dos 496 municípios gaúchos ou das 96 Prefeituras Municipais que já estão habilitadas ao licenciamento ambiental de atividades com impacto local.

²⁹ Um dos questionários retornou com uma quarta identificação como *representante da população*; em outro houve identificação expressa da representação e em um terceiro não houve marcação da opção, substituída por mensagem que será apresentada na discussão da questão específica.

4.1 Disponibilidade de espaço editorial para o noticiário ambiental

A questão 01 afirma que o noticiário com temática ambiental nos jornais deveria contar com espaço equivalente ao destinado a outras editorias, como Política, Economia, Esportes, Cultura e Segurança. Considera, como senso comum, que as referidas editorias oferecem geralmente mais espaço permanente nas edições diárias. O texto do enunciado provoca ao estabelecer uma relação de causa e efeito entre esta ampliação de espaço editorial e a existência de ameaças ao futuro das espécies, inclusive a humana.

TABELA 1 – Nos jornais, as notícias sobre a temática ambiental deveriam contar com espaço, em cada edição, equivalente ao que é destinado às notícias de Política, Economia, Esportes, Cultura, Segurança etc porque o futuro das espécies, inclusive a humana, está ameaçado

<i>Opinião</i> <i>Representação</i>	Concordo plenamente	Concordo	Sem opinião	Discordo	Discordo plenamente	Total
Consema – Adm. Pública	6	2	0	0	0	8
Consema – Rep. sociedade	4	2	1	2	0	9
Jornalistas	2	4	0	1	0	7
Dirig. Munic.	3	1	0	0	0	4
TOTAL	15	9	1	3	0	28

A opinião fortemente predominante – 24 indicações (85,7%) entre *concordo plenamente* e *concordo*, três discordâncias (10,7%) e uma manifestação *de sem opinião* (3,6%) – segue no sentido da valorização da cobertura jornalística sobre as questões ambientais no confronto com as demais editorias. Pode-se pressupor, embora tal não fosse

questionado, que uma ampliação quantitativa deva comportar, concomitantemente, ganhos na qualidade da informação disponibilizada.

Seis dos sete jornalistas e os quatro dirigentes municipais concordam quanto à ampliação do espaço noticioso referente à questão ambiental. É uma das raras proposições que encontra a quase unanimidade, já que no Consema haviam sido registradas 14 menções favoráveis. Verifica-se que há 15 concordâncias plenas contra nenhuma discordância plena.

No artigo *El mediador social de este siglo*, publicado na revista internacional *Tópicos en Educación Ambiental*, no entanto, o jornalista Hernán Luis Sorhuet Gelos ressalva que contar com mais informações não significa que o leitor passe a estar melhor informado. Em todas as áreas do conhecimento surge o que ele qualifica como um “desbordante aumento de la oferta informativa” (SORHUET GELOS, 2001).

Outro limitador importante na transmissão da informação que não é resolvido com o aumento no volume de conteúdo é motivo de alerta do professor Adriano Duarte Rodrigues, da Universidade Nova de Lisboa. No artigo *A experiência cultural na era da informação mediática*, apresentado no XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação e resgatado em publicação posterior da Intercom/Unimep, Rodrigues destaca a necessidade de um *ambiente cognitivo mútuo* para o êxito da experiência comunicacional que depende da partilha de uma comunidade de vida:

É o fato de partilhar a memória de uma história comum e de saber que existe esta comunidade de memória que constitui a experiência comunicacional. Trata-se de uma espécie de fundo que, além de dar sentido e permitir compreender as informações que nos chegam do mundo, faz sentido independentemente da própria troca de quaisquer informações. (RODRIGUES, 1999, p. 13)

Outro aspecto a considerar é a intencionalidade da comunicação e o fato de constituir um processo participativo de compreensão mútua com características multidirecionais que, em situações de crise, negocia soluções mas não as promove. (SORHUET GELOS, 2001). Assim, ampliar espaços destinados à difusão de informações sobre questões ambientais é ação importante, mas não suficiente. O noticiário necessita de contexto reconhecível pelo receptor, o leitor.

4.2 Sensacionalismo, superficialidade, erros de informação

TABELA 2 – O noticiário sobre a temática ambiental nos jornais é apresentado de forma sensacionalista e/ou superficial, incorrendo em freqüentes erros de informação

<i>Opinião</i> <i>Representação</i>	Concordo plenamente	Concordo	Sem opinião	Discordo	Discordo plenamente	Total
Consema – Adm. Pública	4	1	0	2	1	8
Consema – Rep. sociedade	3	3	1	2	0	9
Jornalistas	0	2	0	5	0	7
Dirig. Munic.	0	2	0	1	0	3
TOTAL	7	8	1	10	1	27

No Consema, com 17 respostas, cerca de dois terços reconhecem nas matérias jornalísticas a que têm acesso indicativos de sensacionalismo, de superficialidade e de informações equivocadas. Sete (41,1%) são categóricos – concordam plenamente; outros

quatro (23,5%), concordam parcialmente, enquanto apenas um (5,9%) dentre cinco discordantes é tão veemente na opinião contrária; quatro discordam parcialmente (23,5%).

Dois jornalistas e um dirigente municipal vêm somar-se aos críticos, embora concordando parcialmente com a afirmação da pesquisa. Cinco jornalistas e um dirigente municipal discordam parcialmente. Os números finais referentes a 27 respostas merecem reflexão: sete respostas com concordância plena (25,9%); oito com concordância parcial (29,7%); uma sem opinião (3,7%); dez discordâncias parciais (37%) e uma discordância total (3,7%).

A questão não foi respondida por um dos entrevistados do grupo Dirigentes, que escreveu: “Depende do veículo e do assunto que está sendo abordado, é claro que em determinadas situações, há que se chamar a atenção utilizando o recurso sensacionalista, mas em regra geral, são denúncias fundamentadas.”

Um integrante do grupo Jornalistas, além da marcação, acrescentou a observação:

No jornal [...] não se trabalha de forma sensacionalista (aliás, um tema bastante discutível sobre o que é ou não é sensacionalismo em certos momentos). Até acredito que existe uma visão por parte de leitores que manchetear a ameaça de racionamento possa vir a ser sensacionalismo. Não é a minha visão, já que um alerta deste tipo busca prevenir para se evitar prejuízos maiores.

A dura crítica efetuada no Consema, cujos membros, pressupõe-se, mantém permanentemente em foco a questão ambiental, poderia ser investigada mediante entrevistas com os mesmos e/ou pesquisas sobre notícias publicadas com análise de conteúdo. A imprensa escrita está sendo vítima de um preconceito, experiências pessoais desagradáveis levaram à tal opção? Os jornalistas que discordaram da sentença manifestaram alguma lealdade à corporação de ofício?

A reflexão a respeito deste resultado da pesquisa exploratória parte de trabalhos apresentados por Manuel Calvo Hernando (1993a, 1993b, 1993c) no Seminario Nacional de Periodismo Científico realizado em Tegucigalpa, Honduras, de 20 a 22 de setembro de 1993. A complexidade do jornalismo ambiental o situa dentro do contexto do jornalismo científico e este, por sua vez, é um conceito menos amplo do que divulgação científica.

Segundo Hernando,

El concepto de Comunicación Científica Pública (CCP) abarca el conjunto de actividades de comunicación que tienen contenidos científicos divulgados y destinados al público no especialista. La CCP utiliza técnicas de la publicidad, el espectáculo, las relaciones públicas, la divulgación tradicional, el periodismo, la enseñanza y otras. En cambio, excluye de su campo, como es lógico, la comunicación entre especialistas y la enseñanza. (HERNANDO, 1993a, p. 2)

Fica clara a distinção entre CCP e jornalismo científico, sendo este integrante dela. Na especificidade da comunicação ambiental, no entanto, o conceito de CCP inclui instrumentos contemplados pelo conjunto de ações identificadas como de educação ambiental e, portanto, incluídos e não excluídos, nas práticas do ensino.

O quadro esquemático de Hernando (1993c) que relaciona ciência, comunicação e sociedade identifica os problemas de cada uma. Na ciência, incluem-se: extensão e complexidade; aceleração histórica; obscuridade na expressão; o conhecimento como problema. Na comunicação, estão: saturação informativa; sensacionalismo; responsabilidade dos meios; decodificação da mensagem; credibilidade; educação para a comunicação. Na sociedade, alinham-se, como problemas: fosso entre ciência e sociedade; internacionalização da informação; desinteresse.

O jornalista e professor Wilson da Costa Bueno detém expressiva parcela da reflexão nacional sobre jornalismo científico. Em artigo intitulado *Jornalismo Científico: resgate de uma trajetória*, Bueno (2004, p. 11) identifica “pelo menos quatro vertentes que, embora exibam diversos pontos de tangência, também se caracterizam por propostas e intenções ligeiramente distintas” .

A primeira vertente tem características pragmáticas, busca problemas concretos e enfoca três grandes categorias: relacionamento entre cientistas e jornalistas, a decodificação do discurso científico e o caráter comercial dos veículos de comunicação. Como decorrência de ritmos contrastantes (a maturação do conhecimento científico *versus* coleta e difusão rápidas de informações) surge o conflito essencial:

Ao cientista incomoda, sobretudo, a superficialidade das informações veiculadas pelos meios de comunicação e, mais ainda, o caráter sensacionalista de que é revestida em muitos casos. O jornalista, por seu turno, encara estes aspectos de maneira tranquila, já que a falta de densidade de suas matérias (pelo menos no nível pretendido pelo cientista) e o uso de recursos de comunicação (títulos garrafais, analogias ou metáforas, destaque dado a informações nem sempre essenciais etc.) constituem-se na essência de seu trabalho. (BUENO, 2004, p. 13).

Bueno (2004, p. 13) adjetiva esta crise de relacionamento como marcada por *arrogância e desconfiança*: “Cada um deles – cientista e jornalista – credita ao outro a culpa pelos problemas decorrentes de uma divulgação incipiente e inadequada.” Ao decodificar o discurso científico a imprensa busca simplificar para facilitar entendimento e esta simplificação tende a ser tão mais intensa quanto mais desuniforme for o painel de leitores. Em mídias segmentadas por temática, o produto comunicacional pode ser um pouco mais fiel ao original científico, mas sempre evitando tornar-se hermético.

Manuel Calvo Hernando é categórico ao atribuir diferenças essenciais entre o discurso científico e o discurso da divulgação científica, neste incluído, como vimos, o jornalismo científico. Segundo ele,

Mientras el conocimiento recibe su sentido y su apoyo de todo un conjunto de técnicas, metodologías prácticas y teóricas y diversos tipos de lenguaje (a veces, fundamentalmente el matemático), la divulgación debe prescindir de ello y utilizar sólo las herramientas del lenguaje natural (como son la metáfora, la analogía, la descripción, etc.) para recrear los conceptos de lenguaje científico. (HERNANDO, 1993a, p. 2).

Na definição de Hernando (1993a, p.3), “El principal objetivo de la divulgación científica es enseñar ao hombre a vivir en el universo surgido de la revolución da ciencia, ofrecerle una imagen del mundo en un lenguaje asequible”. Mas os cientistas resistem ao processo de decodificação, de acordo com Wilson Bueno (1999, p.14), embora reconhecendo sua necessidade e dificuldade operacional, por julgarem que a qualidade da informação resulta prejudicada neste processo e temerem abalos à reputação científica, entre seus pares, resultante de uma excessiva simplificação.

Ainda na primeira vertente apontada por Bueno (2004, p. 15), cujos autores são quase sempre jornalistas, está a conduta das empresas de comunicação que buscam maiores tiragens e audiência mediante a prática de um jornalismo sensacionalista que faz ecoar o insólito por sobre os demais sons da cobertura jornalística.

A segunda vertente propicia duas descobertas: “a reduzida importância que a imprensa nacional dedica à ciência e à tecnologia, ressaltados alguns casos extraordinários [...] e a pouca visibilidade das ciências humanas” (BUENO, 2004, p. 17). Ela analisa a cobertura geral internacional, veículos ou segmentos, casos específicos de divulgação científica, como em revistas ou suplementos infantis. Este panorama tende a mudar, no cenário atual, com a abordagem de novos temas de interesse geral da sociedade como nas áreas da genética e

biotecnologia, e a segmentação das mídias propiciada, por exemplo, pelo advento da televisão por assinatura.

Uma terceira vertente confronta a noção de que ciência e tecnologia estariam sempre alinhadas ao bem-estar da sociedade. Considera-as como mercadorias e está “intrinsecamente vinculada à reflexão desenvolvida nos bancos da universidade, busca sistematizar conceitos e problematizar a divulgação científica, sob a perspectiva da relação desenvolvimento/subdesenvolvimento” (BUENO, 2004, p. 18).

Estudos sobre áreas do conhecimento específicas, como ecologia e meio ambiente, integram a quarta vertente e, segundo Bueno, são desenvolvidos, quase na totalidade, em curso de pós-graduação. Surgem dentre estes estudos dissertações de mestrado e teses de doutoramento que analisam casos específicos de cobertura das mídias. Há, aqui, reforço à inclusão do jornalismo ambiental na esfera do jornalismo científico, que seria mais ampla.

Não é este o entendimento do jornalista uruguaio Víctor Bacchetta em artigo para publicação da Federação Internacional de Jornalistas Ambientais.³⁰ Para ele,

La amplitud del periodismo ambiental se manifiesta en la interdependencia que debe establecer entre los más diversos campos. [...] O periodismo ambiental es uno de los géneros más amplios y complejos del periodismo. [...] Su complejidad no permite reducirlo a análisis y descripciones simplistas. (BACCHETTA, 2000, p. 18).

Victor Bacchetta (2000) considera que o jornalismo ambiental ultrapassa o jornalismo científico por envolver outros aspectos, como concepções filosóficas e éticas. A política, a cultura, a economia, são outros conjuntos de conhecimentos que se manifestam relevantes

³⁰ Textos de diversos autores da Argentina, Brasil, Colômbia, Guatemala, Guaiana, México e Uruguai foram reunidos pela FIEJ em *ciudadanía planetaria: temas y desafíos del periodismo ambiental*. Montevideo, IFEJ, 2000. Víctor Bacchetta coordenou a realização desta obra.

para o jornalismo ambiental. Penso que se trata da ponte principal entre as ciências físicas, a tecnologia e as ciências humanas, em um exercício permanente do pensamento complexo. O todo é mais do que as suas partes.

Os relatos anteriores evidenciam a inconformidade em relação à qualidade do texto jornalístico manifestada predominantemente pelos integrantes do Consema, o reconhecimento pelos jornalistas da relevância de algumas críticas e a repartição de responsabilidades, distinções conceituais e cenários evolutivos da divulgação científica. E no plano individual ? Os jornalistas, na ótica do plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, buscam qualificação profissional na área ambiental ? É a terceira questão proposta.

4.3 A especialização do jornalista

TABELA 3 – Os jornalistas que produzem notícias com temática ambiental têm buscado qualificação profissional nesta área

<i>Opinião</i> <i>Representação</i>	Concordo plenamente	Concordo	Sem opinião	Discordo	Discordo plenamente	Total
Consema – Adm. Pública	1	2	4	0	1	8
Consema – Rep. sociedade	0	2	1	5	1	9
Jornalistas	0	3	2	2	0	7
Dirig. Munic.	0	3	0	1	0	4
TOTAL	1	10	7	8	2	28

A construção da sentença direciona para uma resposta afirmativa. As posições iniciais da escala – *Concordo plenamente* e *Concordo* – induzem igualmente a ela. Não é este o entendimento dos respondentes, no entanto: dez (35,7%) manifestam-se em desacordo, sendo dois plenamente (7,1%). Há um número equivalente de respostas concordantes : 11 (39,3%) Chama a atenção o expressivo número de pesquisados que não têm uma opinião formada sobre o assunto: sete (25%). Antecipo que, dentre dez questões, esta é a que registra a maior incidência do sem opinião.

→ Em síntese, ou os jornalistas da área ambiental, atuando em jornais, não estão buscando uma especialização, ou não estão comunicando tal esforço a públicos importantes da área. Chama a atenção, ainda, que três dirigentes municipais concordam parcialmente com a sentença original e um discorda.

O resultado acima encontra alguma correspondência na questão sobre a presença de sensacionalismo, superficialidade e incorreções nos textos jornalísticos apresentados aos leitores. O reconhecimento da existência destes problemas é feito, em 2001, pelo presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico, Ulisses Capozzoli, ao *Jornal do Comércio*, de Recife³¹, quando alerta:

O problema é que a divulgação científica entrou na moda e assim atraiu amadores e aventureiros de todos os tipos. Gente que nunca escreveu um artigo dá cursos de pós-graduação em escolas de qualidade duvidosa. Isso põe em risco a alfabetização científica, poderíamos dizer a sedução científica, por carência de informação. Temos uma tradição fortemente positivista em ciência e o desafio é exatamente ampliar os horizontes. (CAPOZZOLI, 2001, p. 230).

³¹ O texto foi publicado ainda pela edição 1815 do jornal online da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (Intercom, São Paulo, v. XXIV, n. 2, jul./dez. 2001).

Uma relação de instrumentos e serviços à disposição dos jornalistas ambientais é apresentada pelo jornalista estado-unidense Peter Nelson em folheto editado com apoio do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ). Após mencionar referências à necessidade dos mesmos para produzir uma boa reportagem, sentencia: “Embora a tecnologia moderna possa ser útil, há bons jornalistas que não usam essa parafernália. O único requisito para produzir uma boa reportagem é se um bom jornalista.” (NELSON, 1994, p. 14).

A chave das objeções manifestadas e, possivelmente, da recusa a uma opinião sobre a existência desta busca de qualificação profissional parece estar na dimensão da credibilidade. Manuel Carlos Chaparro (1994, p. 57-58) relata um exemplo sintomático. Em 10 de dezembro de 1992 – em meio, portanto, às repercussões do encontro internacional no Rio de Janeiro sintetizado como Eco-92 – os jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo divergiram significativamente sobre o episódio da captura de um tubarão.³²

As informações inexatas, justificadas com a pressa na apuração e distribuição da informação, foram reproduzidas na revista Veja quase duas semanas após. Mas ela reparou, na seção Ciência, a omissão dos jornais diários: trata-se do segundo caso de captura, no século, de uma espécie rara na costa brasileira, o *Carcharodon carcharias*. Chaparro:

O estudo dos diversos órgãos do corpo certamente produzirá novos conhecimentos sobre a espécie, sobretudo no que se refere a hábitos alimentares, aspectos morfométricos, aspectos reprodutivos e indicações de procedência – informações que interessam aos centros de pesquisa especializada de todo o mundo. (CHAPARRO, 1994, p. 59).

³² Teria cinco ou sete metros (na verdade, cinco metros e trinta centímetros); seria uma fêmea grávida (o fígado pesava 674 quilos, pois ela acumulava reservas nutritivas, e portanto, “parecia grávida” para informantes leigos); teria no estômago um outro tubarão de 60 quilos (havia quatro cabeças de tubarões adultos, uma delas pertencente a animal de 60 quilos); a pesca não ocorreu junto à cidade de Cananéia, mas no Litoral Sul de São Paulo, entre Iguape e Cananéia.

A mídia centrou-se na existência de uma fêmea grávida com um tubarão de sessenta quilos no estômago. A espetacularização do fato noticiado preponderou sobre os relevantes aspectos científicos do episódio. Manuel Carlos Chaparro finaliza o relato afirmando que *O livre exercício do poder da incompetência condenou os leitores à informação deformada e incompleta.* (CHAPARRO, 1994, p. 60).

Episódios como este reproduzem-se, em diferentes editoriais, todos os dias. Como resolvê-los? Considero que a resposta está em uma interação sincrônica entre o aperfeiçoamento da prática profissional e os estudos sobre os processos de produção da informação jornalística.

Para aperfeiçoar a prática do jornalismo ambiental são importantes inclusive as mais óbvias contribuições, quase poderia denominar de ingênuas, como as dez dicas de Peter Nelson³³, que podem ser referência para qualquer área da atividade jornalística e objeto de estudo logo no início de um curso de jornalismo. Uma avaliação menos rigorosa, no entanto, revela o valor das recomendações ali expressas para os egressos de cursos de escassa qualificação e para todos os não-jornalistas interessados nos meandros desta atividade profissional.

Outros autores alinham-se entre os que contribuíram para o reconhecimento das características e formas de atuação do jornalismo ambiental, destacando-se, no Brasil, as recentes obras coletivas *Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos*, organizada por Sergio Vilas Boas (São Paulo: Summus, 2004), e Manual de

³³ A relação inclui: escreva reportagens originais; crie e preserve boas fontes; prepare-se com antecedência; traduza o jargão ambiental; torne a reportagem viva e atraente; repense as estatísticas; cuidado com os conceitos científicos; examine as informações com espírito crítico; procure o equilíbrio; não esqueça a repercussão.

Comunicação e Meio Ambiente, editado por WWF-Brasil e Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB (São Paulo: Peirópolis, 2004), associações civis sem fins lucrativos envolvidas com o fortalecimento das organizações ambientalistas e proteção da biodiversidade.

Além da prática, a teoria. Nelson Traquina, professor catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa, considera, que “os saberes técnicos são insuficientes na preparação dos futuros profissionais do campo jornalístico” e justifica a importância do estudo das teorias do jornalismo, em entrevista concedida ao jornalista Luís Eblak, coletada no site Observatório da Imprensa³⁴:

O campo jornalístico ocupa um lugar central no espaço público das sociedades contemporâneas. Assim, os estudos sobre o jornalismo que refletem sobre a questão por que as notícias são como são podem contribuir para uma análise do seu papel nas democracias. A resposta à pergunta se o campo jornalístico é um campo fechado às ‘vozes alternativas’ ou um campo com autonomia suficiente para assumir um papel próprio no processo de produção das notícias, um recurso social que os diversos atores sociais procuram mobilizar para os seus objetivos, seria um contributo importante para compreender melhor o poder do jornalismo. (TRAQUINA, 2004).

A interação sincrônica entre prática e teoria poderá responder às observações de Margarita Kaufmann em relação às reportagens que revelam a alta dependência do jornalismo frente aos relatos e às interpretações dos fatos noticiosos apresentados pelas fontes primárias – governo, associações, empresas, instituições científicas e iniciativas civis, entre outras. Como resultado, “a informação dos meios de comunicação sobre a situação ambiental não reflete a situação objetiva do meio ambiente, mas o tratamento social do tema meio ambiente” (KAUFMANN, 1995, p. 29). A busca da qualificação profissional na área ambiental, por parte dos jornalistas, passa por tais desafios. E, ainda, apresenta a possibilidade de, mais do

³⁴ O texto integral da resenha de Eblak sobre o segundo livro de Traquina editado no Brasil (Teorias do Jornalismo. Florianópolis: Insular, 2004), contendo a entrevista, foi coletado em www.observatoriodaimprensa.com.br em 04.08.2004.

que um relato jornalístico, esteja presente a intenção de utilizar o meio de comunicação impresso como instrumento de educação ambiental.

4.4 Notícias como instrumento de educação ambiental

TABELA 4 – A notícia sobre temática ambiental deve visar à educação ambiental dos leitores

<i>Opinião</i> <i>Representação</i>	Concordo plenamente	Concordo	Sem opinião	Discordo	Discordo plenamente	Total
Consema – Adm. Pública	6	2	0	0	0	8
Consema –Rep. sociedade	2	5	0	2	0	9
Jornalistas	4	3	0	0	0	7
Dirig. Munic.	3	1	0	2	0	4
TOTAL	15	11	0	2	0	28

Antecipo que somente a questão sobre a ampliação do espaço destinado ao noticiário ambiental encontrou mais manifestações de concordância plena (dez, ou 37,5%) do que a presente afirmação no sentido de estar o noticiário a serviço de processos educacionais junto à comunidade leitora. Somente avaliando o Consema, e somando-se as manifestações de concordância plena (8) e parcial (7) chega-se ao maior número de concordâncias registrado na pesquisa junto ao Consema para uma mesma questão: 15, contra 14 da referente aos espaços editoriais.

Encontramos, para a afirmação original, a maior concordância plena ou parcial. Quase uma unanimidade, 26 respostas sobre 28. O resultado indica uma direção e um meio de transporte, mas não oferece o plano de viagem. Nem avança – até porque isto não foi solicitado – na discussão do perfil possível para o jornalista ambiental: o profissional-militante.

O jornalismo voltado para o meio ambiente encontra suficiente amparo legal. A Lei Federal 9.795, de 27 de abril de 1999, que implanta a Política Nacional de Educação Ambiental, garante a democratização da obtenção de informações ambientais. Na Constituição Federal de 1988, um capítulo inteiro, o Capítulo VI, aborda o meio ambiente e determina: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1988, art. 225).

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a que foi chamada de Constituição Cidadã, em razão do intenso debate pré-constituente, avançou em diversos pontos e, entre os que mais se destacaram, está a atenção conferida ao meio ambiente. É a opinião de juiz e doutor em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo, Renato Nalini (TRIGUEIROS, 2003, p. 289-290), para quem “o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado passou a ser, a partir de 1988, um *direito fundamental* de todos os brasileiros e de todas as pessoas que estiverem no Brasil. Por ser *direito fundamental*, é um direito indisponível, do qual não se pode abrir mão”.

Nalini (TRIGUEIRO, 2003, p. 296-301) esclarece que “Inúmeras leis existem no Brasil para propiciar a completa defesa do ambiente. Não é por falta de leis que a cidadania não exerce o seu dever de proteger a natureza. Em regra, a tutela se faz em três âmbitos: administrativo, civil e penal”.

Na tutela administrativa desponta o poder de polícia ambiental detido pelo Executivo e, entre os instrumentos, a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), composta pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e pelo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), para empreendimentos e atividades com potencial impacto sobre o ambiente.

Na tutela civil do ambiente, o objetivo é obter do infrator ambiental a recuperação do que foi atingido, retornando o ambiente ao status original ou, quando não for possível, definir e cobrar o ressarcimento em dinheiro. Nalini acrescenta que subsiste o risco integral, isto é, não é possível invocar a ausência de culpa:

É irrelevante para o direito a licitude ou ilicitude da atividade causadora do dano. Assim, o fato de o infrator exercer uma atividade lícita, licenciada, não o isenta de responsabilidade. O que está em causa é a potencialidade do dano, pois o poder público não tem o direito de transigir com a saúde da população. (TRIGUEIRO, 2003, p. 299).

A responsabilidade penal ambiental ocorre quando acontece crime ambiental. O juiz Renato Nalini explica que

Pode praticar crime ambiental tanto a pessoa física como a jurídica. Esta é punida como forma de atingir também as empresas, grandes causadoras de males ambientais, até então imunes a essa espécie de responsabilidade. À evidência, a pessoa jurídica não será punida com privação de liberdade. Todavia, pode se submeter às penas restritivas de direitos e à pena de multa. (TRIGUEIROS, 2003, p. 301).

Mesmo sob o amparo da legislação, a discussão decorrente é perturbadora. Coloca em pauta pelo menos três reflexões distintas e interrelacionadas: a) a constituição do campo ambiental - segundo a concepção de campos sociais de Pierre Bourdieu³⁵ - onde atua um *sujeito ecológico* na condição de educador ambiental *stricto sensu* ou de profissional

³⁵ Bourdieu (1996 apud CARVALHO, 2002, p. 19) define os campos sociais como microcosmos que “propõem aos que neles estão envolvidos um espaço de possíveis que tende a orientar sua busca, definindo um universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais (frequentemente constituídas pelos nomes de personagens-guia), de conceitos em ‘ismo’, em resumo, todo um sistema de coordenadas que é preciso ter em mente – o que não quer dizer na consciência – para entrar no jogo”.

ambiental que faz educação ambiental³⁶; b) a existência da identidade jornalística formadora de tribo cujas características e ideologia “são um fator crucial na elaboração do produto jornalístico, na definição da agenda jornalística” (TRAQUINA, 2000, p. 26) e c) a resposta ao questionamento-chave apresentado por Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003, p. 81) no capítulo 3 de “Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir”: para quem trabalham os jornalistas?

Um campo social, segundo a explanação de Carvalho acerca do pensamento de Bourdieu,

evoca um espaço relativamente autônomo de relações sociais historicamente situadas, que produz um certo conjunto de valores, uma ética, traços identitários de um sujeito ideal, naturaliza certos modos de ver e se comportar que põem em ação as regras do jogo de campo (CARVALHO, 2002, p. 19).

Parece requisito para o jornalista tornar-se um educador ambiental a sua imersão na condição de *professional ambiental*. Ele teria de ver além do horizonte da redação e da práxis a ela vinculada, bem como da função de provedor de informações para um anônimo leitor. Entendo que deveria estabelecer vínculos mais amplos, apontados por Isabel Carvalho:

Como espaço estruturado e estruturante, o campo ambiental inclui uma série de práticas e políticas, pedagógicas, religiosas e culturais, que se organizam de forma mais ou menos instituída, seja no âmbito do poder público, seja na esfera da organização coletiva dos grupos, associações ou movimentos da sociedade civil; reúne e forma um corpo de militantes, profissionais e especialistas; formula conceitos e adquire visibilidade através de um circuito de publicações, eventos, documentos e posições sobre os temas ambientais. (CARVALHO, 2002, p. 19)

³⁶ A distinção é estabelecida pela psicóloga e doutora em Educação pela UFRGS, Isabel Cristina de Moura Carvalho (2002, p. 20). O segundo grupo é composto por “pessoas que se relacionam diretamente com a educação ambiental (EA) como parte de suas atividades de inserção e/ou atribuições profissionais no campo ambiental, sem no entanto, restringirem sua identidade profissional a esse aspecto de sua atuação...”.

O jornalista que assume a condição de profissional ambiental deixa de ser um jornalista? Washington Novaes³⁷ afirma que a função do jornalista é oportunizar o acesso dos cidadãos às informações, consideradas como bem social e, portanto, não passíveis de apropriação para fins pessoais ou grupais:

Sendo assim, poderíamos dizer que o jornalismo não é uma atividade, uma função, que se exerça em nome próprio. É uma profissão que se exerce por delegação da sociedade, a quem pertence a informação, o direito à informação. (NOVAES, 1989, p. 45).

Novaes vai ao extremo de considerar que a utopia igualitária seria alcançada quando o jornalismo deixasse de ser uma escolha pessoal, uma vez que a sociedade passaria a eleger os seus representantes que atuariam na imprensa: “E talvez por eleição direta, com voto secreto” (NOVAES, 1989, p. 45). Por trás da polêmica tese está a legítima preocupação com a qualidade da informação. Carlos Cardoso Aveline³⁸ recolhe da estratégia militar um conceito claro: “Informação é o conhecimento que se necessita para tomar as decisões corretas” (AVELINE, 2001, p. 39).

Na ótica militar, a *decisão correta* é a que obtém o melhor resultado possível no confronto com o inimigo. Para a sociedade civil, a decisão correta é a que vai ao encontro do bem-comum, sem privilegiar indivíduos ou grupos. Ao fazê-lo, baseada na imprensa, esta ganha em credibilidade. A crise de credibilidade em relação ao jornalismo, segundo estudos relacionados por Nelson Traquina (2001, p. 171-172) resulta no surgimento de um movimento por ele qualificado como importante e polêmico. Trata-se do “novo jornalismo”, que Traquina (2001) reconhece como apresentado por diferentes denominações: “jornalismo comunitário”

³⁷ O jornalista Washington Novaes é articulista sobre questões ambientais e do desenvolvimento em jornais de expressão nacional. Recebeu o Prêmio Esso Ecologia no ano da Eco 92 e foi secretário do Meio Ambiente de Brasília.

³⁸ Jornalista gaúcho, foi representante das entidades ambientalistas no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e no Fundo Nacional do Meio Ambiente. Participou de debates ecológicos na Europa, América do Norte, América Latina e África.

(CRAIG, 1995); “jornalismo de serviço público” (SHEPARD, 1994); “jornalismo público” (MERRITT, 1995; ROSEN, 1994) e “jornalismo cívico” (LAMBETH; CRAIG, 1995).³⁹

Traquina adota a expressão “jornalismo cívico” e lhe reconhece a intenção de mudar o *status quo*, mas, como trata-se de um movimento em curso, reconhece que não está claro ainda se a sua interveniência configura uma *reforma* nas práticas jornalísticas ou, mais traumática, de uma *revolução*. Nelson Traquina considera ser

um alerta que preconiza uma quebra das rotinas gastas e asfixiantes. Mas o futuro do jornalismo cívico depende, em certa medida, de o movimento pressagiar uma reforma e não uma revolução. O jornalismo cívico tem o potencial para renovar o jornalismo se não pretender ser uma ruptura com o seu capital já acumulado. (TRAQUINA, 2001, p. 184).

Decorre do exposto a imperiosa necessidade de discutir a questão da objetividade jornalística. Traquina adjetiva de livro-manifesto a contribuição do jornalista Davies Merritt (1995)⁴⁰, para quem “o afastamento decidido [pressuposto da objetividade] conduz a tipo de cegueira acerca de coisas específicas, uma incapacidade instruída para compreender uma parte do nosso ambiente e as pessoas envolvidas nele” (MERRITT, 1995, p. 19 apud TRAQUINA, 2001, p. 178).

O jornalismo cívico de Merritt, relata Traquina (2001), significa: extrapolar a missão de noticiar para alcançar outras, mais abrangente, de ajudar a melhorar a vida pública; ao invés do jornalista como observador desprendido, surge o *participante justo*; ligar é mais importante do que separar; o público é composto por atores na vida democrática, e não por consumidores.

³⁹ As referências bibliográficas estão entre as 21 páginas da bibliografia apresentada por Nelson Traquina em O estudo do jornalismo no século XX (São Leopoldo : Editora Unisinos, 2001, p. 199-220).

⁴⁰ Ver nota acima.

O jornalismo ambiental, conforme o vejo, estaria inserido neste jornalismo cívico ao caracterizar sua prática profissional como educação ambiental. Surgem, no entanto, duas questões básicas apontadas por Traquina (2001, p. 179): se o objetivo do jornalismo cívico de Merritt é “ligar-se corretamente”, como definir o *corretamente*: e como identificar o limiar da transposição do *jornalista participante* para o *jornalista ativista*, se é que ele conservaria o substantivo ante a emergência do adjetivo ?

As observações apostas à quinta questão submetida aos membros do Consema buscam contribuir na busca das respostas.

4.5 Opção entre os gêneros informativo, interpretativo, opinativo

TABELA 5 – Nas notícias sobre temática ambiental, o gênero jornalístico Informativo deve predominar sobre o Interpretativo e o Opinativo

<i>Opinião</i> <i>Representação</i>	Concordo plenamente	Concordo	Sem opinião	Discordo	Discordo plenamente	Total
Consema – Adm. Pública	1	1	0	5	0	7
Consema –Rep. sociedade	0	2	0	4	3	9
Jornalistas	0	5	0	1	1	7
Dirig. Munic.	2	0	0	2	0	4
TOTAL	3	8	0	12	4	27

O primeiro comentário a fazer é um questionamento sobre o conhecimento dos respondentes acerca dos gêneros jornalísticos apresentados: o *informativo*, o *interpretativo* e o *opinativo*. Não me parece ser necessário o domínio teórico, pelos membros do Consema, das exatas acepções destes termos dentro de uma teoria jornalística. Acredito que o senso comum, destacado ainda mais pelo nível de escolaridade e atuação profissional dos mesmos, permite a distinção entre um texto jornalístico informativo, outro interpretativo e outro, finalmente, opinativo.

Isto posto, registro o total de 16 respostas (59,3%) que destacam os aspectos interpretativo e opinativo, contrariando a sentença que privilegiava o jornalismo informativo, contra oito concordâncias parciais (29,6%) e três concordâncias plenas (11,1%).

A totalidade dos jornalistas, na questão anterior, ressaltou a importância da educação ambiental. Cinco, segundo a tabela 15, concordam em que o gênero Informativo deve preponderar sobre o Interpretativo e o Opinativo. Dois jornalistas, dois dirigentes municipais e a maioria no grupo Consema discordam.

É possível que os conceitos da teoria jornalística, em todos os grupos, não estejam claros. Para o grupo Jornalistas, fica o desafio de promover educação ambiental apenas com a transmissão de informações, numa posição distanciada, marcada pela busca de objetividade jornalística.

Esta questão não foi respondida por um dos integrantes do grupo de representantes de órgãos públicos da administração direta ou indireta, substituída por uma observação escrita: “O risco aqui é que opiniões e interpretações não se lastreiem em dados científicos.”

Registrada a ressalva, comparo o jornalismo informativo à concepção *bancária* de educação, presente em toda a obra do educador brasileiro Paulo Freire. Tal como neste modelo educacional, o gênero informativo aporta dados e informações que serão guardados em arquivo e, possivelmente, esquecidos, porque não houve significância na recepção nem sentido na apropriação. A ausência de problematização constrange a responsabilidade social da comunicação, em especial do jornalismo e é inaceitável na divulgação do jornalismo científico.

O descarte do jornalismo informativo na divulgação da ciência abre espaços para o jornalismo interpretativo, apresentado por Laura Barcha⁴¹ como o gênero que caracteriza a ação do jornalista-educador-científico, que deve adotar uma linguagem clara na contextualização da notícia:

Na medida em que a informação científica vai se tornando clara, contextualizada, ela ganha também uma característica de aplicabilidade, isto é: C & T descem de seus pedestais inacessíveis e passam a fazer parte do cotidiano do leitor. Assim, o mundo se desmitifica, as relações entre causa e efeito se tornam compreensíveis, a utilização dos conhecimentos passa a ser possível, a criticidade diante da realidade aumenta. (BARCHA, 2004, p. 40).

E o jornalismo opinativo? Na ação individual, o exercício da opinião no jornalismo ambiental parece-me restrito a um reduzido número de jornalistas que, ao longo da trajetória profissional, conquistaram respeito por méritos indiscutíveis. Tanto em qualidade na produção textual quanto na conduta ética indissolavelmente integrada a ela. Profissionais especialistas de outras áreas é que seriam, segundo este entendimento os produtores de textos de opinião que seriam, então, pautas para novas abordagens.

⁴¹ Jornalista e pós-graduada em Jornalismo Científico pela Universidade de Taubaté, São Paulo.

Já a ação empresarial no controle da produção do texto opinativo – presente em editoriais e no processo de seleção/descarte das temáticas em pauta – será abordada na discussão das respostas à questão 10. Por enquanto, a proposta é sondar o sentimento dos respondentes quanto à sentença que afirma existir um aumento no número de ações coletivas e individuais, na área ambiental, resultado de igual aumento da preocupação da sociedade sobre os impactos recebidos pelo meio ambiente.

4.6 As ações individuais e coletivas na área ambiental

TABELA 6 – Está aumentando a preocupação do conjunto da sociedade em relação às questões ambientais e ela traduz-se pelo crescimento do número de iniciativas individuais e coletivas

<i>Opinião</i> <i>Representação</i>	Concordo plenamente	Concordo	Sem opinião	Discordo	Discordo plenamente	Total
Consema – Adm. Pública	3	4	1	0	0	8
Consema – Rep. sociedade	3	3	0	3	0	9
Jornalistas	2	4	1	0	0	7
Dirig. Munic.	2	2	0	0	0	4
TOTAL	10	13	2	3	0	28

Há 23 concordâncias (82,15 %) , sendo seis plenas (21,4%), três discordâncias parciais (10,7%), nenhuma de representantes de órgãos da administração pública estadual, duas menções sem opinião (7,15%) É a síntese das respostas apresentadas nesta questão.

Ações individuais e coletivas estão se multiplicando, como resultado da conscientização crescente da sociedade sobre questões ambientais. A síntese da sentença proposta é assumida por 13 entre 17 membros do Consema, seis entre sete jornalistas e a totalidade dos dirigentes municipais. A dimensão espacial está oculta: ao responder afirmativamente, referem-se ao micro, ao macrocosmo ou a ambos?

Trata-se de um *sentimento*, a expressão do desejo de que a realidade se comporte conforme o esperado, dando significado à atuação profissional dos que assim responderam – e, neste caso, certos estariam os que não têm opinião ou fazem ouvir sua discordância – ou *racionalidade* resultante do conjunto de evidências a que têm acesso e da observação/atuação sistemáticas em dimensão temporal pessoal?

Havia mencionado que a presente questão enfocaria o *sentimento* dos respondentes acerca de um possível crescimento das ações individuais e coletivas. Ele é positivo e estimulante.

Assim também pode ser qualificado o artigo de Eduardo Geraque⁴² que desafia o leitor a perceber a biodiversidade brasileira, garante que *jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) elos perdidos* (VILAS BOAS, 2004, p. 79), e apresenta a ação de fascinantes personagens como Zé Maiado (VILAS BOAS, 2004, p. 84), na preservação do mangue em Vitória (ES) e dona Benta Martins (VILAS BOAS, 2004, p. 96), na defesa da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá, em algum lugar na região amazônica do médio Solimões.

⁴² Jornalista e biólogo, mestre em Oceanografia Biológica pelo Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, doutorando no Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina – Prolam, da USP.

Emocionante, embora o rigor teórico que as circunda, são as narrativas biográficas de dezesseis educadores ambientais e duas lideranças ecológicas apresentadas na tese de doutoramento de Isabel Cristina de Moura Carvalho e no livro dela resultante (CARVALHO, 2002). É onde se encontra a simultânea construção das sensibilidades *ecológica, política e cultural libertária* de Marcos Reigota, na voz dele mesmo:

Os livros de Fernando Gabeira eram best-seller, José Lutzenbergr publica o Manifesto ecológico, o “Movimento Arte e Pensamento Ecológico”, liderado pelo libertário catalão radicado em São Paulo, Abellá, começava a ganhar espaço e atraía a minha atenção. *Jonas que terá 25 anos no ano 2000*, de Alain Tanner, provocava polêmicas e *Dersu Usala*, de Akira Kurosawa, era um grande sucesso. A ecologia estava conquistando o seu espaço como opção filosófica e política. Em busca de maior aprofundamento teórico e militância política, prestei vestibular para geografia na USP (CARVALHO, 2002, p. 194).

Roberto Villar Belmonte⁴³ identifica uma integração entre organizações não-governamentais ambientalistas e a ação da imprensa: “*Nos lugares onde as ONGS ambientalistas são mais atuantes e organizadas, o noticiário ambiental tende a ser mais freqüente devido ao trabalho dos ecologistas*” (VILAS BOAS, 2004, p. 20). Ele também considera que, de norte a sul, há muitos jornalistas que simpatizam com a *luta ecológica*, mas não o expressam porque “sobrevive um preconceito contra temas ecológicos nas redações. (VILAS BOAS, 2004, p. 21).

Os exemplos de experiências exitosas poderiam multiplicar-se. Por certo cada membro do Consema teria relatos neste sentido a fazer, talvez mesmo os que definiram-se em discordância parcial ou sem opinião ante a afirmação apresentada. Não conheço pesquisa que a respalde. Mas se há uma *luta ecológica*, como Belmonte qualifica sua ação, é preciso acreditar na vitória...

⁴³ Jornalista, repórter da EcoAgência de Notícias, secretário-geral do Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, um dos moderadores da Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental.

As boas notícias são necessárias ante os resultados para a próxima sentença construída. Ela afirma que o poder Executivo nos municípios, estados e União, tomados em conjunto, privilegiam as questões econômicas e colocam em plano secundário a preservação ambiental e o desenvolvimento ecossustentável.

4.7 Poder público, desenvolvimento e meio ambiente

TABELA 7 – O planejamento e as ações do poder Executivo dos municípios, dos estados e da União, considerados em conjunto, privilegiam as questões econômicas e colocam em plano secundário a preservação ambiental e o desenvolvimento ecossustentável

<i>Opinião</i> <i>Representação</i>	Concordo plenamente	Concordo	Sem opinião	Discordo	Discordo plenamente	Total
Consema – Adm. Pública	2	5	0	1	0	8
Consema – Rep. sociedade	4	3	0	2	0	9
Jornalistas	1	5	0	1	0	7
Dirig. Munic.	1	3	0	0	0	4
TOTAL	8	16	0	4	0	28

A tabela 7 apresenta 24 concordâncias plenas ou parciais (85,7 %) contra três discordâncias parciais (14,3%). Nota-se que as representações dos órgãos públicos acumulam sete concordâncias e apenas uma discordância e que há uma isolada voz discordante dentre os jornalistas. Na visão dos respondentes, primeiro vem o desenvolvimento, depois o ambiental.

Esta hierarquização não é recente. Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo, o então ministro brasileiro do Interior, general Costa Cavalcanti, pronunciou frase que se tornou célebre: “um país que não alcançou o nível satisfatório mínimo para promover o essencial, não está em condições de desviar recursos consideráveis para a proteção ao meio ambiente”⁴⁴.

Mais de três décadas após, a aplicação de instrumentos legais como o EIA-RIMA - Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental – de 1986, o capítulo sobre o meio ambiente da Constituição Federal e a Lei dos Crimes Ambientais (1998), são vistos comumente como barreiras ao desenvolvimento econômico pelos empreendedores, pelos órgãos públicos – especialmente quando o Estado é o empreendedor – e pela imprensa enquanto caixa de ressonância das posições referidas.

Ao desenvolvimento predatório, que avança sobre recursos naturais não renováveis e não se preocupa em renovar os que podem sê-lo, preferindo ir adiante em busca de novas espaços após contaminar o ambiente local, opõe-se a definição da Comissão Brundtland, citada anteriormente: “aquele que atende às necessidades das presentes gerações sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades” (VILAS BOAS, 2004, p. 74).

À aplicação do conceito de sustentabilidade erguem-se restrições localizadas em diversos grupos de pressão com diferentes escalas de poder decisório ou mesmo nenhum, mas

⁴⁴ A frase consta do artigo *Verde como dinheiro* (VILAS BOAS, 2004, p. 58), da jornalista Regina Scharf, integrante do Conselho do Greenpeace para o Brasil e recebedora, em 2002, do Prêmio Reuters-IUCN de Jornalismo Ambiental para a América Latina. A fonte que cita é o Guia da ecologia (Abril, 1992), coordenado por Fábio Feldmann.

com capacidade para influenciar. Fernando Almeida⁴⁵, em artigo no livro *Meio ambiente no século XXI* (TRIGUEIRO, 2003) indica que

[...] grupos ambientalistas não gostam da expressão “desenvolvimento sustentável” pois consideram o termo “desenvolvimento” incompatível com a noção de preservação ambiental; alguns organismos da própria ONU também não o aceitam, pois que não foi formulado nas suas instâncias burocráticas e sim por uma comissão especialmente criada para isso. Os governos não sabem lidar com um conceito cuja aplicação prática demanda tal grau de integração e interdisciplinaridade que não pode ser enquadrado em um único ministério ou secretaria; os meios acadêmicos, predominantemente cartesianos, oferecem poucas oportunidades de integração de disciplinas e a população em geral não se interessa por um tema que resiste a simplificações reducionistas, o que dificulta sua divulgação pela mídia para a grande massa. (TRIGUEIRO, 2003, p. 125).

Almeida (TRIGUEIRO, 2003, p. 125). afirma que o conceito de sustentabilidade pode ser entendido por “viver dos juros sem dilapidar o capital; os grupos desenvolvimentistas clássicos a repelem, como repelem tudo que identificam como uma postura “verde”. Ele ainda aponta a influência da cultura ocidental, especialmente as manifestações religiosas – cristianismo e judaísmo – que vêem o homem como centro do mundo e um ser finito apenas de passagem pela Terra em busca de um outro plano de existência, perfeito e não-terreno: “Nós, ocidentais, tendemos a aceitar comprometimentos mais destrutivos em relação à natureza e com menos compromissos em relação à sobrevivência no e do planeta” (TRIGUEIRO, 2003, p. 126).

Se os governos têm dificuldades com a interdisciplinaridade e integração dos seus órgãos gestores de políticas de desenvolvimento, subvalorizando a questão ambiental, a conclusão é que tenderiam, em decorrência, a minimizar ou ocultar a relevância de impactos de projetos e obras sobre o ambiente. Este é o teor da próxima consulta e seus resultados estão expressos na tabela 8.

⁴⁵ Engenheiro Civil Sanitário, com mestrado em Engenharia do Meio Ambiente pelo Manhattan College / EUA, ex-presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA (RJ), presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS.

4.8 As fontes do poder Executivo e a informação

TABELA 8 – As fontes (entrevistados) integrantes do poder Executivo dos municípios, estados e União, considerados em conjunto, tendem a minimizar e/ou ocultar a relevância de impactos de projetos e obras sobre o ambiente

<i>Opinião</i> <i>Representação</i>	Concordo plenamente	Concordo	Sem opinião	Discordo	Discordo plenamente	Total
Consema – Adm. Pública	1	3	0	4	0	8
Consema –Rep. sociedade	4	3	0	1	1	9
Jornalistas	0	6	1	0	0	7
Dirig. Munic.	0	1	1	2	0	4
TOTAL	5	13	2	7	1	28

A sentença foi construída de forma a permitir o questionamento ético da conduta governamental, usando-se as expressões minimizar e ocultar. No total, há quase o dobro de concordâncias (64,3%) sobre a soma de discordâncias (28,6%) e sem opinião (7,1%).

Os representantes dos órgãos públicos no Consema estão divididos, mas os de outras entidades concordam majoritariamente, plena ou parcialmente. No grupo Jornalistas, há concordância parcial, com um respondente sem opinião. Veja-se, ainda, o número de concordâncias plenas – cinco (17,8% do total de respostas), indicadora de dúvidas sobre a credibilidade da fonte governamental.

Seria decorrência, talvez, do pouco destaque conferido à temática ambiental no contexto da ação estatal que visa ao desenvolvimento; ou, do comprometimento com estratégias de governo, inclusive de parcerias com iniciativa privada; ou, em caso de desastres

ambientais ou iminência dos mesmos, pela intenção de não magnificar determinado evento até que as informações recebidas permitissem apreciá-lo sem alarmismo.

São suposições, tratadas como tal. Novamente é preciso investigar mais a fundo para separar sentimento de racionalidade. O problema é mais complexo.

Quando um potencial hidrelétrico é identificado e a objeção ambiental ao projeto é vista pelo empreendedor como barreira ao desenvolvimento econômico-social, com reflexos na geração de emprego e renda e dramatização da conseqüência maior da rejeição – contribuir para o “apagão energético” do Brasil – não está em curso uma opção maniqueísta entre o bem e o mal, tanto na visão do empreendedor quanto na do ambientalista.

Há modelos conceituais em confronto gerando atributos de valor e deste embate resultam negociações de caráter ganha-perde, em que uma parte certamente será derrotada, ou ganha-ganha, em que ambas reduzem a expectativa de resultado – lucro – em favor de um entendimento. A *mitigação* (redução) do dano ambiental e a *compensação* do que não pode ser mitigado são os instrumentos disponíveis.

O planejamento para implantação de uma nova planta industrial permite identificar exatamente os recursos financeiros a serem alocados, empregos criados para a construção e operação, empregos indiretos, volume de gastos para compras de insumos e tributos a serem pagos. Os benefícios são evidentes, assim como os ganhos políticos na ação do Estado, que são proporcionais ao volume total de investimentos e à dimensão dos esforços de mobilização do mesmo para a viabilização do empreendimento.

Em contrapartida, a argumentação ambiental parece propor o “não fazer nada” em prol da biodiversidade, cujo impacto sobre a comunidade é de difícil mensuração, dada a sua complexidade. Em *A lacuna das informações ambientais* (TRIGUEIRO, 2003), Sérgio Besserman⁴⁶ alerta:

Hoje, quando além das agressões locais e regionais ocorrem fortes processos globais que agridem a natureza de todo o planeta, a escassez de estatísticas que retratem esta realidade tornou-se ainda mais gritante. Não dispomos de um monitoramento adequado da desertificação nos países mais pobres. São insuficientes as informações sobre a saúde dos oceanos. São dispersas (melhores nos países desenvolvidos, precárias nos demais) as informações sobre estoques e usos de água doce. A situação é melhor no acompanhamento da evolução da situação da camada de ozônio na atmosfera. (TRIGUEIRO, 2003, p. 95).

A visão incompleta ou deformada do todo impede a compreensão sobre a responsabilidade da parte para a construção do problema ambiental. Assim, a ação local tende a não levar em consideração até mesmo o impacto local, quanto mais em relação às repercussões distantes. Um bom exemplo a recolher: as críticas de cidadãos e governo do Uruguai ao manejo das águas do rio Uruguai realizado a montante pelos cidadãos e governo do Brasil.

A próxima sentença (tabela 9) é construída sobre um mesmo tema em foco – a credibilidade das fontes – e direcionada para as organizações ambientalistas, cujos integrantes tenderiam a exagerar nas denúncias para obter espaço nos jornais.

⁴⁶ Ex-presidente do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ex-diretor de Planejamento e Meio Ambiente do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, membro da missão diplomática brasileira na discussão da Convenção Mundial do Clima.

4.9 As fontes ambientalistas e a informação correta

TABELA 9 – As fontes (entrevistados) integrantes de organizações ambientalistas tendem a exagerar nas denúncias ambientais para obter espaço nos jornais

<i>Opinião</i> <i>Representação</i>	Concordo plenamente	Concordo	Sem opinião	Discordo	Discordo plenamente	Total
Consema – Adm. Pública	2	1	1	4	0	8
Consema – Rep. sociedade	1	3	0	1	4	9
Jornalistas	0	2	0	5	0	7
Dirig. Munic.	0	2	0	2	0	4
TOTAL	3	8	1	12	4	28

A discordância soma 16 menções (57,1 %) para 11 (39,3%) concordâncias e uma indicação de sem opinião (3,6%). É importante notar que, dentre dez questões, esta é a que apresentou maior polaridade nas respostas, com três concordâncias plenas e quatro discordâncias plenas (concentradas no grupo Representantes da Sociedade, do Consema).

Cinco dentre sete jornalistas ouvidos não concordam com a afirmativa que credita às organizações ambientalistas a maximização das denúncias visando à obtenção de espaço editorial. A maior parte dos respondentes (16 para 10, com uma marcação em *sem opinião*) apresenta tal posicionamento. O que chama a atenção, são as manifestações extremas dentro do grupo de conselheiros do Consema: quatro discordâncias plenas para três concordâncias plenas. Evidenciam tensões internas.

Um dos respondentes acrescentou ao questionário a observação escrita: “Como toda a regra, existem exceções. É verdade que existe uma tendência ao exagero, mas avalio que, tratando-se da preservação da vida humana e meio ambiente, a preocupação transcende, por vezes, a razão.”

A forma de atuação das organizações ambientalistas e/ou a tradução jornalística de suas informações estão colocadas em xeque. Hernán Luis Sorhuet Gelos relaciona diversos tipos de erros praticados por jornalistas e, entre eles,

[...] recurrir ao sensacionalismo ambiental, apelando al temor, abusando de mensajes negativos de enfoques catastróficos. De esa forma se cree estimular la sensibilidad del receptor, aprovechando los prejuicios del colectivo, y relegando tanto los argumentos científicos como la imparcialidade, para lograr un fácil aceptación del público. Una consecuencia frecuente del sensacionalismo en los medios suele ser el abuso de la denuncia ambiental. Busca los escándalos, individualiza culpables y aleja al lector de toda posible responsabilidad en el problema. Además contagia pesimismo; tiende a fijar en la opinión pública la idea de solamente ocurren desastres, que nada bueno se hace en materia ambiental. (SORHUET GELOS, 2001, n.p.).

Entendendo a comunicação ambiental como ato participativo por excelência, Sorhuet Gelos pondera que os processos são mais importantes do que os acontecimentos. Para ele, a ênfase noticiosa deve ser colocada na hierarquização dos contextos, e não nas informações tomadas isoladamente:

El comunicador tiene la misión de transferir información, pero además, le guste o no le guste, como está influyendo em los demás, recae sobre sus hombros una misión pedagógica y una misión crítica. Los periodistas fueron formados para producir y enviar mensajes, ahora les incumbe una misión más transcendente: deben generar debate sobre los temas importantes presentando las diferentes opiniones que hay al respecto. De esa forma se promueve la participación de la comunidad. (SORHUET GELOS, 2001, n.p.).

A geração do debate parte de informações confiáveis. André Trigueiro alerta que

Para ser ouvido, o entrevistado não deve recorrer a expedientes artificiais, factóides ou conteúdos apelativos. A credibilidade é a moeda forte da mídia. Consolidar as informações e apresentá-las de forma inteligível é a missão do

entrevistado. Transformar isso em notícias é a parte que cabe ao jornalista. Essa parceria, quando baseada em laços de confiança, presta um verdadeiro serviço de utilidade pública. (TRIGUEIRO, 2003, p. 117).

Factóide é a geração forçada do fato noticioso com vistas a atrair a atenção dos meios de comunicações. Nelson Blacher⁴⁷ sugere que mais eficazes do que factóides como

atirar tinta em mulheres que ainda usam casacos de pele, as ONG poderiam contribuir enormemente para a difusão da educação ambiental na mídia se estabelecerem um relacionamento sistemático com os jornalistas por meio de newsletters e sites na internet, por exemplo, com um banco de dados atualizado sobre crimes ambientais e processos em andamento. (TRIGUEIRO, 2003, p. 119).

Blacher cobra das ONGs “critérios semelhantes aos da melhor imprensa: rigor na precisão das informações transmitidas [...] e comunicar igualmente as ações positivas, como a correção das irregularidades após apuradas”. (TRIGUEIRO, 2003, p. 119). Segundo ele, na imprensa de negócios já existe conscientização sobre a importância da questão ambiental “mas faltam ainda os meios rápidos para que possamos acessar, quando necessitamos, informações confiáveis a respeito da atuação das empresas nessa área” (TRIGUEIRO, 2003, p. 119).

Na busca por espaços altamente valorizados no noticiário televisivo, William Bonner⁴⁸ elaborou texto com os requisitos para o noticiário ambiental ocupar espaço em telejornal de rede, como o JN. Os assuntos *factualis* representativos do que de mais importante aconteceu no dia, têm prioridade. Bonner:

Uma vez atingida essa meta, o tempo disponível é dedicado aos temas de atualidade mais relevantes e abrangentes em termos de impacto social, isto é: fatos que não ocorreram necessariamente no dia de exibição, mas têm ocorrido, ou devem continuar ocorrendo por algum tempo, afetando diretamente um universo amplo de cidadãos telespectadores. (TRIGUEIRO, 2003, p. 111).

⁴⁷ Jornalista, editor executivo e colunista de marketing da revista Exame, segmentada em economia e negócios.

⁴⁸ Jornalista, editor-chefe do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão.

Marcelo Leite⁴⁹ reconhece que a imprensa confere menos atenção quantitativa para a questão ambiental (não urbana) do que ela deveria receber, mas ressalva que “nem sempre a relevância jornalística coincide com o impacto de um setor no futuro do país. A dificuldade jornalística com o ambiente tem raiz em sua inclusão problemática na pauta dos meios de comunicação” (TRIGUEIRO, 2003, p. 114).

Ele considera (TRIGUEIRO, 2003, p. 114) que o tema ambiental deve ser “menos dependente da ocorrência de desastres, como incêndios florestais e derramamentos” por meio de “articulação do assunto com outros itens mais urgentes da agenda nacional e personalização das reportagens”. Para Marcelo Leite “as questões gerais precisam ser apresentadas na forma de histórias sobre pessoas de carne e osso, que sofram as conseqüências de políticas perversas ou que estejam engajadas na criação de alternativas.” (TRIGUEIRO, 2003, p. 114).

“Menos catástrofes e mais ecojornalismo” é, justamente, o título do capítulo assinado por Roberto Villar Belmonte no livro “Formação e informação ambiental”. Segundo ele,

A imprensa cumpre sem problema seu papel de informar, embora costume assustar a população. Mas, diante da crise ecológica, a imprensa também precisa assumir a responsabilidade de educar e transformar. O jornalismo ambiental não pode ser apenas informativo, tem de estar engajado em um modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico e social. (VILAS BOAS, 2004, p. 35).

As contribuições acima relacionadas foram trazidas para o debate na questão que enfoca a credibilidade das fontes ambientalistas para complexificar a abordagem. É intencionalmente reducionista a sentença proposta aos conselheiros do Consema ao sugerir que a origem da espetacularização da notícia/denúncia ambiental estaria em tais fontes. Outro indicativo de que há interações mais amplas na definição do que venha a ser divulgado, além

⁴⁹ Jornalista, editor de ciência do jornal Folha de S. Paulo.

da resistência aos factóides, está na tabela 10, abaixo. A sentença construída afirma que as empresas jornalísticas adotam como critério editorial a inclusão da questão ambiental nas notícias sobre desenvolvimento econômico.

4.10 Empresas jornalísticas, desenvolvimento e ambiente

TABELA 10 – As empresas jornalísticas adotam como critério editorial incluir a questão ambiental nas notícias sobre desenvolvimento econômico

<i>Opinião</i> <i>Representação</i>	Concordo plenamente	Concordo	Sem opinião	Discordo	Discordo plenamente	Total
Consema – Adm. Pública	1	2	1	4	0	8
Consema – Rep. sociedade	0	4	1	1	3	9
Jornalistas	0	2	0	5	0	7
Dirig. Munic.	1	1	1	0	0	3
TOTAL	2	9	3	10	3	27

Onze concordâncias, entre plenas e parciais , duas ausências de opinião, doze discordâncias, sendo três plenas, caracterizam uma sondagem não conclusiva. O que parece indiscutível é que cada meio de comunicação tem seus próprios critérios sobre o que é o que não é notícia, como apresentá-la, quais as fontes prioritárias e assim por diante.

A formulação da sentença não foi adequada para um dos integrantes do grupo Dirigentes Municipais, que não respondeu e justificou, por escrito no instrumento de pesquisa, com “inconsistência da pergunta”. Um dos respondentes do grupo Jornalistas, marcou sua

opção e acrescentou, por escrito: “No caso do jornal [...], as notícias vão junto com as notícias de Geral, que envolvem fatos relativos à comunidade de cobertura.”

A intenção original foi considerar que os jornais impressos incluem, como norma editorial interna, a abordagem ambiental nas notícias sobre desenvolvimento econômico. Três respondentes não têm opinião sobre o assunto, dois dirigentes municipais concordam, o Consema dividiu-se (com três respostas manifestando discordância plena) e, no grupo Jornalistas, houve cinco discordâncias parciais e duas concordâncias, também parciais.

A posição dos jornalistas parece-me mais significativa, pela proximidade física com as diretrizes internas que norteiam a produção jornalística em seus próprios jornais e/ou conhecimento das orientações equivalentes em outros jornais. O senso comum parece indicar que os jornalistas dispõem, via de regra, de liberdade relativa na execução de pautas ambientais.

A não ser nos casos de desastres ambientais ou evidente ameaça de agressão ao meio ambiente, a empresa estaria imune a reportagens investigativas na razão direta de seu porte, na comunidade, como agente de desenvolvimento econômico – na forma de impostos, salários, produtos para exportação e abastecimento do mercado interno etc.

Já o poder Executivo nos diferentes níveis teria um tratamento menos condescendente, uma vez que uma controvérsia sobre matéria ambiental opõe pensamentos antagônicos no próprio âmbito governamental e constitui-se em instrumento dos embates político-partidários. Em resumo, torna-se pauta e gera retomadas do tema, as *suites*.

William Bonner, editor-chefe do Jornal Nacional mostra, no texto mencionado anteriormente, como, para o noticiário televisivo em rede, o mais importante é o conjunto, e não o tema enfocado em si mesmo:

Deve-se considerar também que um telejornal, por se tratar de um programa de televisão, precisa ser interessante. E o interesse do público é maior quanto maior for o número de temas abordados numa edição. Por isso, um assunto pode ser bem-vindo num dia e no dia seguinte, não. A alquimia de um bom telejornal obriga o editor-chefe a olhar para o todo. O elenco de temas abordados obrigatoriamente naquele dia vai exigir reportagens complementares de diferentes características. É preciso saber se a pauta de meio ambiente sugerida está na categoria das factuais (publicação obrigatória) ou na de atualidade (cuja publicação dependerá da oportunidade). (TRIGUEIRO, 2003, p. 112-113).

Se um assunto pode ser bem-vindo em um dia e no dia seguinte não, a imprensa conta realmente com um grande poder. Nelson Traquina (2001) refere que se trata do Quarto Poder, segundo denominação surgida no segundo decênio do século XIX, como detentor de papel fundamental e dual:

Primeiro, ser um guardião dos cidadãos, protegendo-os do abuso de poder por governantes que até então tinham mostrado a face da tirania. Segundo, ser simultaneamente um veículo de informação para equipar os cidadãos com ferramentas vitais ao exercício de seus direitos e uma voz dos cidadãos na expressão de suas preocupações, de sua ira, e, se for preciso, de sua revolta. (TRAQUINA, 2001, p. 190).

Traquina apresenta os conceitos de liberdade negativa da imprensa, caracterizada pela legislação que impede a censura, e de liberdade positiva, fonte fundamental de legitimidade, ao fornecer informação justa e significativa de acordo com o que se espera de um serviço de interesse público. No entanto, para Traquina (2001, p. 190), “Esta liberdade positiva é uma liberdade que um número crescente do público, e uma legião de críticos, tanto dentro como fora da academia, têm como estando em perigo”.

Onde estão as ameaças? Em toda a parte. Na ênfase ao que é interessante, subjugando ao importante; no culto às personalidades; na obsessão por escândalos e catástrofes; na

superficialidade; na pressão pela primazia do noticiar – o “furo”, mesmo que ele depois se transforme em erro, a “barriga”-; no jornalista que vira estrela; na arrogância da imprensa que vê em todo o cidadão um suspeito, em todo suspeito um criminoso, em todo criminoso um produto de seus próprios desvios de conduta e raramente resultado, também, da inação e de ações da sociedade em que está inserido. Traquina:

Digamo-lo com simplicidade. A questão que tem sido levantada crescentemente não é se o *Quarto Poder* protege os cidadãos do abuso do poder por governos em falta, mas antes quem protege os cidadãos do *Quarto Poder*? De uma forma crescente, expõe-se a questão: quem vigia o Quarto Poder? (TRAQUINA, 2001, p. 191).

Se é difícil ao cidadão comprovar a veracidade da informação recebida sobre o que acontece junto a ele, mais ainda quando a notícia vem de longe. Sorhuet Gelos alerta e indaga:

El periodismo se há convertido en una industria, que a su vez forma parte de otras industrias más grandes como el turismo, entretenimiento, etcétera. Los cambios introducidos en los medios son evidentes. Las nuevas redacciones no están hechas para investigar como antes. Su trabajo consiste en editar las informaciones que llegan prontas a la redacción. Son verdaderos centros de procesamiento de informaciones ya elaboradas en agencias noticiosas internacionales y otros grandes centros informativos, generalmente localizados a grandes distancias del medio de comunicación receptor. Quién seleccionó la información? Quien las analizó? Hubo verificación? (SORHUET GELOS, 2001, n.p.).

O noticiário ambiental, como de resto todos os demais, não consegue fugir à concepção de jornalismo enquanto negócio, eivado de vínculos com numerosos outros compromissos negociais, até o ponto em que, pela não explicitação dos mesmos, torna-se exercício diário do leitor/ouvinte/telespectador/internauta esclarecido o esforço permanente de *ler nas entrelinhas* para buscar três respostas essenciais: porque esta notícia contém estas informações? Quais as que podem ter sido omitidas? A quem interessa a inserção e a omissão? Sim, porque, conforme nos alerta Nelson Traquina, com base em *Megamedia*, de Dean Alger (1997),

A ideologia do jornalismo tem acentuado o seu lado de serviço público, mas tem tido cada vez mais dificuldade em fornecer uma máscara a um empreendimento que sofreu importantes mutações na sua estrutura econômica à medida que os empreendimentos familiares vão sendo substituídos por megaconglomerados midiáticos num estonteamento remoinho (sic) de concentração, globalização e convergência. (TRAQUINA, 2001, p. 193).

Os critérios particulares dos meios para seleção do que é notícia, ambiental ou outra, são contingenciados, portanto, pelos interesses e vínculos econômicos da empresa apresentada como jornalística, pela busca da redução de custos que implica afastamento do jornalismo investigativo e valorização de *dossiers* negociados que se tornam fonte quase exclusiva de reportagens, e pela submissão ao interesse governamental.

4.11 A dimensão ambiental do jornalismo e da educação

A educação convencional é antiambiental em sua essência, mesmo que contemple conteúdos curriculares voltados para a conscientização da importância do meio ambiente. Pelizzoli (1999, p. 141-142) reelabora o pensamento de Mauro Grun⁵⁰, expresso em dissertação de mestrado, apontando tais pressupostos. Entre eles, destaco: humanizar-se é distinguir-se da natureza selvagem e primitiva; dominar a natureza significa libertação; o saber deve ser sistematizado; temática metodológica predominando sobre contextos e sentidos; currículo reducionista, que expelle o que não é científico”; pragmatismo, individualismo e competição exacerbados; educação instrumentalizante, formadora para o mercado e promotora da autonomia individual integrada no contexto social vigente;

⁵⁰ “Questionando os pressupostos epistemológicos da educação ambiental: a caminho de uma ética”. Foi apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS, Porto Alegre, em junho de 1995.

explicações causal-mecânica e químico-matemática do mundo, com ênfase no tecnológico e deslocamento da cultura ancestral.

Na imprensa, a constatação da precariedade da formação específica do jornalista quando o tema é meio ambiente é expressa pelo didatismo, passo a passo, de uma publicação como o Manual de Comunicação e Meio Ambiente, resultante do curso sobre Comunicação e Meio Ambiente que vem sendo promovido, desde 1998, por duas organizações não-governamentais (WWF/BRASIL; IIEB – INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL, p. 17) cujo objetivo é “fazer com que os ambientalistas utilizem a comunicação como uma ferramenta para impulsionar a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável”.

O resultado de séculos de educação fragmentada é que seguimos sendo uma espécie – a espécie humana – dentre outras, mas não nos tornamos Humanidade. É o alerta de Morin, que se pergunta:

Mas o que esperar do Homo sapiens demens? Como desconhecer o gigantesco e terrível problema das carências do ser humano? Em todo o tempo e lugar, a dominação e a exploração predominaram sobre a ajuda mútua e a solidariedade; em todo tempo e lugar, o ódio e o desprezo predominaram sobre a amizade e a compreensão, em toda a parte as religiões de amor e as ideologias de fraternidade produziram mais ódio e incompreensão que amor e fraternidade. (MORIN, 2003b, p. 179).

Talvez estejamos caminhando para o fim apocalíptico, talvez haja tempo para reverter a agressão à biodiversidade da qual fazemos parte, talvez o grande sistema auto-regulador ofereça formas diferenciadas de perpetuação do homem demente que Morin apresenta. Mas há quem encare com frieza o futuro, olhando para o passado. Ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sérgio Besserman (TRIGUEIRO, 2003, p. 97) afirma que “a humanidade pode ter a capacidade para destruir parte do meio natural em que vive

hoje, mas é completamente impotente para, na escala de tempo das eras geológicas, provocar algum dano à natureza”. Segundo ele,

No máximo, provocaríamos uma grande extinção, ao final da qual uma nova era, com uma nova biodiversidade, surgiria (calcula-se em de 5 a 10 milhões de anos o tempo de recuperação da natureza, após cada uma das cinco grandes extinções). E nós, certamente, não estaríamos mais aqui. (TRIGUEIRO, 2003, p. 97).

Não se trata de um texto derrotista. O que Besserman está propondo é mais qualidade para as estatísticas ambientais, tanto na sua formulação quanto na divulgação competente. A temática ambiental precisa ser abordada a partir de fontes governamentais e ambientalistas. Perturbador em sua singeleza, o pequeno livro que o geógrafo e doutor em Economia pela Universidade de Paris I, Carlos Minc, escreveu em 1985 orienta como buscar o contato com a sociedade:

Os ecologistas devem buscar espaço na grande imprensa, o que ultimamente se tem conseguido, mas evitar o tratamento sensacionalista e folclórico da questão ambiental. Devemos sempre tratar de conhecer as causas das agressões à Natureza, estudá-las e divulgá-las. Devemos conhecer as Leis que estão sendo burladas e os organismos que se omitiram ou acobertaram tais fatos. Devemos recusar a gritaria superficial e ir ao fundo dos problemas. Devemos evitar as denúncias individuais e fazer com que elas sejam assumidas por diversos grupos e organizações sociais, produto de um debate e de um amadurecimento sobre o assunto. (MINC, 1985, p. 90).

O título já indica o caráter diretivo do livro de Carlos Minc: *Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades*. Buscando oferecer a notícia para a imprensa, o ecologista deveria ler outra obra com título e conteúdo igualmente inequívocos: *A miséria do jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia*. Nele, Juremir Machado da Silva desvela os bastidores da atividade da imprensa:

O jornalismo funciona com um sistema de castas. Cada indivíduo deve aceitar o seu lugar na estrutura. Apenas os arrivistas poderão deslocar-se. A heresia nunca será punida se servir para confirmar, por linhas tortas, o sistema. Sabe-se que os melhores hereges serão os mais canônicos seguidores da norma quando alcançados ao poder. A juvenilização das

redações explora, justamente, o apetite sanguinário dos jovens lobos, capazes de passar de opiniáticos a comentaristas ao final de um treinamento promissor. O jornalismo vive de revoluções reformadas e de rebeldes domados. (SILVA, 2000, p. 31).

É possível considerar este livro como sendo o produto extremo da insatisfação. O texto apresenta-se na primeira pessoa repetidas vezes, temas e opiniões são recorrentes, com farta adjetivação crítica, caracterizando uma *metralhadora giratória*, quase sempre voltada contra os famosos poderosos – a exceção é o aluno-modelo dos cursos de jornalismo aplicado Silva (2000, p. 128) que “confunde aumento das possibilidades de escolha com falta de tempo” e “acredita no progresso, na infalibilidade da ciência e na padronização”.

Silva (2000) dedica um capítulo à refutação da paranóia e direito ao ressentimento. Sob este mesmo título, ele afirma:

O direito ao ressentimento significa a liberdade de discordar, de denunciar o denunciante, de protestar contra o monopólio jornalístico de opinião e, acima de tudo, o direito de revelar os mecanismos que constituem os critérios de ordenação social da mídia. O direito ao ressentimento implica a afirmação de outros sistemas de construção social da realidade em oposição à naturalização dos fenômenos culturais defendida consciente ou inconscientemente pelo jornalistas. (SILVA, 2000, p. 129).

Uma percepção muito semelhante, com outras palavras, é recolhida em Nelson Traquina:

O sentimento é de que os jornalistas se tornaram arrogantes, mesquinhos e cínicos; que os jornalistas se tornaram estrelas; que os jornalistas e os políticos se tornaram “ELES” (sic), que os jornalistas estão demasiadamente preocupados com os “furos” e prêmios e dinheiro no banco (Fallouws, 1996); que os jornalistas, alimentados com o “Viagra Watergate”, se tornaram hiper-hostis, criando uma cultura de “foste apanhado”, gerando um novo tipo de jornalismo rotulado “jornalismo de ataque”(Sabato, 1991); que os jornalistas se tornaram os “inimigos da esperança”(Meritt, 1995). (TRAQUINA, 2001, p. 191).

Além da ameaça do governo em falta, acrescenta-se a do empresariado em excesso. Aquele que vê nos órgãos da imprensa a extensão tão influente de suas verbas publicitárias e/ou de sua capacidade para investimentos e geração de empregos/renda/exportações que garanta uma imagem edulcorada da realidade interna à própria empresa e dos impactos que ela manifesta sobre o meio ambiente, o *mercado* e a sociedade como um todo. Ao invés de leva-e-traz da informação, um caixeiro-viajante da notícia, o jornalista precisa comportar-se como intelectual crítico, sério e justo.

Juremir Machado da Silva (MORIN, 2002a, p. 18-19) lembra que, para Morin, pesquisadores, professores, cientistas e escritores são intelectuais e também os jornalistas. Todos “não podem abdicar do prazer e da obrigação de repudiar o silêncio. A mídia não pode distanciar-se da complexidade. A crítica da mídia deve englobar a própria mídia.”

O sentimento pessoal acompanha o pensamento de Silva (MORIN, 2002a, p. 18) quando nega à comunicação, na era da informação, a condição de fantasma, ausência, recusa e quase impossibilidade propondo que “deve, ainda e sempre, manifestar-se o sujeito da contestação, o homem da alteridade, o ser da exclusão” .

Da mesma forma, a observação pessoal tende a ver um céu com nuvens menos carregadas⁵¹ quando o que está em análise no jornalismo é a dimensão ambiental. Por fundamentação humanista, por assimilação do ideal reformador da imprensa, por verificar que ele próprio é beneficiário/vítima da sua própria notícia – por todos estas razões e outras ainda -, o jornalista que divulga a temática meio ambiente revela inequívoco e permanente comprometimento social, com freqüência, profundidade e volume de

⁵¹ A metáfora nos permite verificar o quanto está incrustada nas mentes a concepção de natureza como inimiga. Um “céu carregado” significa dificuldades, problemas. “O tempo enfeiou”, podemos dizer. Pergunte-se ao veranista do Litoral Gaúcho e ao produtor rural vítima da seca o que entendem por “tempo bom”.

informações diretamente proporcionais à autonomia e disponibilidade dos recursos de que necessitam.

Não é o suficiente. Carvalho (2002, p. 162-163) registra que na educação fundamental, no Brasil, firmou-se consenso de que a educação ambiental não deve constituir-se em disciplina regular do currículo formal, mas assumir a transversalidade que lhe permita perpassar por todas as demais. No jornalismo, o equivalente é a variável ambiental presente, numa configuração sistêmica, onde couber: do editorial ao noticiário esportivo, da manchete de capa à última página. O todo é maior do que as partes.

Caminharíamos, assim, rumo a um *jornalismo público*, como propõe Merritt (1995), expressão transformada em *jornalismo cívico* por Traquina:

O jornalismo cívico que Merritt defende envolve as seguintes mudanças: 1) ir para além da missão de dar as notícias para uma missão mais ampla de ajudar a melhorar a vida pública; 2) deixar para trás a noção de “observador despreendido” e assumir o papel de “participante justo”; 3) preocupar-se menos com as separações adequadas e mais com as ligações adequadas; 4) conceber o público não como consumidores mas como atores na vida democrática, tornado assim prioritário para o jornalismo estabelecer ligações com os cidadãos. (TRAQUINA, 2001, p. 179-180).

Esta formulação encontra exemplos no bom jornalismo das pequenas cidades e pequenas tiragens, cujos proprietários, segundo Dornelles (2004, p. 131) referem que imprensa comunitária “é fazer um jornalismo voltado para a comunidade”. Dornelles (2004) qualifica esta definição como muito simplória e distinta das características apresentadas pela bibliografia especializada. Segundo a autora,

A filosofia editorial do jornal deve ser comunitária, ou seja, as matérias produzidas para o jornal devem atender aos anseios e reivindicações da comunidade que, dentro do possível, determinará quais as notícias que devem ser divulgadas pelo jornal, desde que não atendam nenhum interesse pessoal ou partidário. O diretor e/ou jornalista do periódico devem, também, participar ativamente de todas as atividades promovidas pela comunidade,

ajudando a buscar soluções da forma como se fizer necessária. (DORNELLES, 2004, p. 31).

Na pequena comunidade interiorana, em que (quase) todos se conhecem e a proximidade física maximiza fraternidades e rivalidades, ou nas megalópoles, onde a concentração da espécie humana mimetiza os indivíduos em uma massa amorfa ou disforme, na cobertura do noticiário político, esportivo, ambiental etc, a pergunta que fica - quem vigia o Quarto Poder? - foi respondida por Traquina (2001, p. 198): os cidadãos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais de três décadas de atividade na imprensa escrita e em assessorias contrapõem-se a duas décadas, concomitantes, como professor de jornalismo. Este hibridismo soma experiências, mas também subtrai a possibilidade da imersão plena em uma das áreas; multiplica os desafios profissionais, mas também divide as energias física e intelectual. Mais do que um jogo de palavras com as quatro operações, é o filme em permanente rodagem/montagem/exibição da minha realidade.

Escrita na primeira pessoa, confessional e engajada, esta dissertação assume o risco de ser diferente. Socorre-se, é bem verdade, de reflexões respeitáveis, apresentadas na introdução, que desafiam o autor a romper com o tradicional. Revendo o texto para a elaboração destas considerações finais, reconheço estruturação jornalística preponderando, em boa parte do conteúdo, sobre o *fazer ciência*. Mas é intencional a sucessão de numerosos fatos arrolados e a aparente proliferação de aportes diversos, provindos de autores variados e apresentados sem os liames das escolas e teorias científicas.

O *puzzle* formado é uma reação construída contra o reducionismo que o principal autor do fio teórico do pensamento complexo tanto faz questão de difundir em três dezenas de obras. O meio ambiente - personagem, palco, cenário e diretor da comédia e do drama da vida - não pode ser entendido de acordo os processos simplificadores da ciência tradicional, que seleciona, hierarquiza, separa e reduz. O *complexus* - o tecido junto - exige a interação, portanto a abordagem sistêmica impõe-se como método superior na busca do entendimento

sobre como as coisas realmente acontecem; embora, provavelmente, nunca chegue a ser alcançado.

A mencionada concepção transversal da educação ambiental que está presente no ensino fundamental brasileiro não viceja no jornalismo. A existência de reportagens isoladas e de cadernos especializados somente enfatiza tal ausência, mesmo quando detentores de irreparável qualidade na apuração e na apresentação. O permanente repto é desafiar a espetacularização da notícia ambiental, que desponta no desastre ou na grande ameaça, para buscar a reflexão objetiva sobre nosso padrão suicida-consumista característico do *Homus sapiens demens*.

O jornalista ambiental é – deveria ser - um promotor de mudanças sociais. Para tal, de observador precisa passar à condição de *participante justo*, destacada já no resumo deste trabalho, atuando em um *jornalismo cívico*, segundo definição extraída da obra de outro importante referencial teórico selecionado. A ação jornalística, assim, se transformaria em um intencional instrumento de educação ambiental, planejado estrategicamente mas aberto ao inesperado, e não o produto de pautas extraídas da criatividade da redação ou da demanda externa eventual.

Os jornalistas científicos citados (é extemporânea a discussão se o jornalismo ambiental está contido no jornalismo científico ou vice-versa) concordam em que o novo jornalista deste século deverá ser um especialista na comunicação da ciência que alie a vocação pedagógica ao rigor na apuração e difusão de conteúdos socialmente relevantes. Ao invés da execução burocrática das pautas, usufruirá da alegria do exercício ético da profissão e da satisfação em bem comunicar.

Este trabalho é, declaradamente, pessoal e opinativo em sua essência. Abraça uma tese, a do jornalista que vai mais além da concepção tradicional da profissão. Reforça-se com a introdução dos conceitos de globalização/globalismo, um breve relato da gênese da questão ambiental no mundo e outro sobre a formação da consciência ambientalista no Rio Grande do Sul. Aqui, a imprensa teve e tem papel importante na consolidação de um despontar pioneiro em relação aos demais Estados, como a cobertura conferida ao estudante que defendeu uma árvore, as campanhas contra a poluidora Borregaard, para evitar o loteamento imobiliário das ilhas do Delta do Jacuí, para criar o Parque Estadual de Itapuã e para exercer controle sobre os agrotóxicos e assim por diante.

A abrangência planetária das questões ambientais aponta para a responsabilidade solidária dos estados-nação e respectivas populações. Viu-se, no entanto, a resistência dos maiores poluidores, especialmente os EUA, em assumir compromissos internacionais, como o Protocolo de Kyoto, para a redução da poluição atmosférica. No caso estado-unidense, foi buscado um contexto histórico para demonstrar a estratégia geopolítica adotada, inferindo-se a idéia de que a preservação da hegemonia continua justificando condutas atuais.

A pesquisa de campo foi realizada com uma amostra de vinte e uma pessoas atuantes em questões ambientais e sete jornalistas que, em decorrência da posição ocupada na estrutura hierárquica das respectivas redações, têm, provavelmente, uma visão abrangente dos fluxos e contingências da produção jornalística. A caracterização de estudo exploratório foi fortemente destacada e relaciona-se com o instrumento de pesquisa, que não permite a generalização dos resultados encontrados.

As análises das respostas às dez questões apresentadas revelaram convergências e divergências significativas, com raras respostas manifestando a opção por *sem opinião*. A

tensão envolvendo jornalistas, dirigentes de órgãos ambientais municipais e representantes, no Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), do poder Executivo e da sociedade, resultou configurada em vários momentos.

A ampliação do espaço destinado à cobertura do noticiário ambiental, com 24 menções sobre 28, é um dos pontos a destacar. Ressalva-se, conforme visto anteriormente, que não é a quantidade que conta, e sim a qualidade da informação e sua adequada apresentação para atrair o leitor e levá-lo a refletir sobre o que foi transmitido. A criação do *ambiente cognitivo mútuo* acontece quando interpenetram-se as circunstâncias já cristalizadas nos receptores com as novas oferecidas pelos processos comunicacionais.

As sete concordâncias plenas no Consema (25,9 % da amostra total) sobre a existência de sensacionalismo, superficialidade e erros nos textos sobre meio ambiente divulgados pela imprensa merecem uma investigação mais profunda. Vêm somar-se a elas as oito concordâncias parciais, com quatro referências internas ao Conselho, duas de dirigentes municipais e duas dos próprios jornalistas. Lida-se, aqui, com processos de produção diferentes, pois enquanto a superficialidade e os erros podem ser creditados ao repórter, o sensacionalismo tende a ser um resultado do trabalho de edição.

O maior número de respostas *sem opinião* foi identificado na sentença que afirma a busca de qualificação profissional por parte dos jornalistas. A valorização da atividade profissional passa, portanto, pela maior publicização do que esteja sendo realizado neste campo ou de sua efetiva realização. As entidades que congregam jornalistas têm este desafio pela frente.

A quase unanimidade foi alcançada na sentença afirmativa sobre a notícia ambiental visando à educação ambiental. Já sobre os gêneros jornalísticos, enquanto quase todos os jornalistas destacam o informativo, no plenário do Consema a opção principal é pelos gêneros interpretativo e opinativo. As duas questões propostas complementam-se com outra visão predominante, segundo a pesquisa: está aumentando o número de iniciativas individuais e coletivas em defesa do meio ambiente.

O sentimento altamente predominante entre os respondentes foi de que o poder Executivo, no conjunto dos três níveis, privilegia o desenvolvimento econômico em detrimento da preservação ambiental e do desenvolvimento ecossustentável. A pesquisa evidenciou um senso comum e pode servir ao debate sobre as prioridades governamentais na definição das ações de curto, médio e longo prazos.

Destaca-se a opinião dos jornalistas na sentença que afirma a tendência de as fontes governamentais ocultarem ou minimizarem impactos de projetos e obras sobre o ambiente. Há seis concordâncias parciais, uma indicação de sem opinião. Dois terços do total de respostas neste entendimento configuram a necessidade de reavaliação da imagem que as fontes governamentais estão projetando quanto à confiabilidade do que declaram.

O quadro se altera muito quando a mesma colocação é feita em relação às entidades ambientalistas e novamente os jornalistas, por manterem contato com estas fontes, constituem um grupo cuja opinião é relevante: são duas concordâncias parciais e cinco discordâncias igualmente parciais. Em síntese, unindo as duas questões, temos que, para os jornalistas, as fontes ambientalistas são mais confiáveis do que as governamentais.

Na última questão, verifica-se que os respondentes estão quase iguais, em termos numéricos, quanto à sentença que afirma existir critério editorial de inclusão do enfoque ambiental nas notícias sobre desenvolvimento econômico. O grupo jornalistas é o que mais se opõe a esta visão. Ressalvo a dificuldade de interpretação do enunciado, segundo inclusive o testemunho escrito de um dos respondentes.

Outro ponto a destacar, finalmente, é a disponibilidade dos integrantes dos três grupos em responder ao questionário encaminhado. A temática ambiental, que nos afeta a todos, está aberta para a ação dialógica em clima de respeito à opinião contrastante e de busca de soluções harmônicas, o quanto possível. No fórum de discussões que é o Consema, nas redações e no produto de seu esforço, o jornal diário, segundo observação pessoal, estão presentes a busca permanente de superação das dificuldades e a concepção de que um mundo melhor é possível.

REFERÊNCIAS

AVELINE, Carlos Cardoso. **A informação solidária**: a comunicação social como prática de uma nova era. Blumenau: Edifurb, 2001.

BACCHETTA, Victor (Org.). **Ciudadania planetaria**: temas y desafios del periodismo ambiental. Paris: Federación Internacional de Periodistas Ambientales, 2000.

BARCELLOS, Jorge. A catástrofe oculta no progresso. **Zero Hora**, Porto Alegre, 10 mar. 2003. Eureka, p. 4-5.

BARCHA, Laura. O papel educador do jornalismo científico. In: DINIZ, Augusto. (Org.). **Comunicação da ciência**: análise e gestão. Taubaté: Cabral, 2004. p. 35-56.

BERNARD, Francois de. Diferenças entre global e mundial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jan. 2003. Tendências/Debates, p. 3.

BONES, Elmar; HASSE, Geraldo. **Pioneiros da ecologia**: breve história do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Já, 2002.

BRASIL. Constituição de (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo científico: resgate de uma trajetória. In: DINIZ, Augusto. (Org.). **Comunicação da ciência**: análise e gestão. Taubaté: Cabral, 2004. p. 11-24.

CAPOZZOLI, Ulisses. Presidente da ABJC alerta sobre o amadorismo e o aventureirismo no trabalho de divulgação científica. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo: Intercom, v. 24, n. 2, p. 229-231, jul./dez. 2001.

CAPRA, Fritjof. Energy and sustainability. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <<http://www.ecoagencia.com.br>>. Acesso em: 27 jan. 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 2. A era da informação: economia, sociedade e cultura.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 1994.

DORNELLES, Beatriz. **Jornalismo “comunitário” em cidades do interior: uma radiografia das empresas jornalísticas: administração, comercialização, edição e opinião dos leitores**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

FEATHERSTONE, Mike. **O desmonte da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Lisboa: Relógio D'Água, 1988.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER. **Lei dos resíduos sólidos do Estado do Rio Grande do Sul: Lei 9.921/1993**. Porto Alegre : FEPAM. [1993?].

GARCIA CANCLINI, Nestor. **Cultura y comunicación: entre lo global y lo local**. La Plata: Periodismo y Comunicación, Universidade Nacional de La Plata, 1997.

_____. **La globalización imaginada**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

GENTILLI, Víctor. O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a comunicação. **Revista Famecos: mídia cultura e tecnologia**, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 19, p. 41-55, dez. 2002.

GRAVATAÍ. Fundação Municipal do Meio Ambiente. **Código municipal de meio ambiente de Gravataí: lei 528/2000**. Gravataí: FMMA, [2000?].

HERNANDO, Manoel Calvo. **Generalidades del periodismo científico, comunicación e información**. Seminario Nacional del Periodismo Científico. Tegucigalpa: 20-22 set. 1993a. Mimeografado. 6 p.

HERNANDO, Manoel Calvo .**Los comunicadores del tercer milenio**. Seminario Nacional del Periodismo Científico. Tegucigalpa: 20-22 set. 1993b. Mimeografado. 4 p.

_____. **Problemas del periodismo científico**. Seminario Nacional del Periodismo Científico. Tegucigalpa: 20-22. set 1993c. Mimeografado. 4 p.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JACKS, Nilda. **Querência**: cultura regional como mediação simbólica – um estudo de recepção. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

KAUFMANN, Margarita. **Comunicacion y medio ambiente**: como comunicar el riesgo. Lima: Fundación Konrad Adenauer, 1995.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração, 2003.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação**. Bauru: EDUSC, 2000.

MINC, Carlos. **Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MORIN, Edgar . **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

_____. **As duas globalizações**: complexidade e comunicação uma pedagogia do presente. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002a.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003a.

_____. **O método**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002b.

MORIN, Edgar . Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo; ALMEIDA, Elimar Pinheiro (Orgs.). **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 21-28.

_____. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003b.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NELSON, Peter. **10 dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente**. Porto Alegre: Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul, 1994.

NOVAES, Washington. **A quem pertence a informação?** Petrópolis: Vozes, 1989.

OLIVEN, Ruben. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. **La investigación en comunicación desde la perspectiva cualitativa**. La Plata: Facultad de Periodismo y Comunicación Social; Guadalajara: Instituto Mexicano para el Desarrollo Comunitario, 2000.

ORTIZ, Renato. **Um outro território: ensaios sobre a mundialização**. São Paulo: Olho d'Água, 1996.

PELIZZOLI, Marcelo Luís. **A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 189-195, maio 1999.

RIO GRANDE DO SUL. **Resoluções da conferência estadual do meio ambiente 2000**. Porto Alegre: SEMA, 2000.

_____. **Legislação de recursos hídricos**. Porto Alegre: SEMA, [2002?]a.

_____. **Resoluções da conferência estadual do meio ambiente 2002**. Porto Alegre: SEMA, 2002b.

RODRIGUES, Adriano Duarte. A experiência cultural na era da informação midiática. In: QUEIROZ, Adolpho (Org.). **Comunicação e mudanças sociais**. Piracicaba: Intercom/Unimep, 1999. p.11-14.

ROESSLER, Henrique Luiz. **O Rio Grande do Sul e a ecologia**: crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

SHIVA, Vandana. El mundo en el límite. In: HUTTON, Will; GIDDENS, Anthony (Eds.). **En el límite**: la vida en el capitalismo global. Barcelona: Tusquets, 2001. p. 163-186.

SILVA, Juremir Machado da. **A miséria do jornalismo brasileiro**: as (in)certezas da mídia. Petrópolis: Vozes, 2000.

SORHUET GELOS, Hernán Luis. O mediador social de este siglo. **Tópicos en educación ambiental**, México: SEMANARP-UNAM, v. 3, n. 9, dic. 2001. Não paginado.

TRAQUINA, Nelson. Estudos da prática jornalística. Entrevistador: Luís Eblak. **Observatório da Imprensa**, 20 jul. 2004. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=286DAC001>>. Acesso em: 04 ago. 2004.

_____. **O poder do jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.

TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VILAS BOAS, Sergio. **Formação & informação ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Segunda guerra mundial**: história e relações internacionais, 1931-1945. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1989.

WWF-BRASIL; IIEB – INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. Marcelo Vernet de Beltrand (Org.). **Manual de comunicação e meio ambiente**. São Paulo: Peirópolis, 2004.

**APÊNDICE A - Relação das representações no
Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA em 2004**

- 01 - Secretaria Estadual do Meio Ambiente
- 02 - Secretaria Estadual da Saúde
- 03 - Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento
- 04 - Secretaria Estadual de Energia, Minas e Comunicações
- 05 - Secretaria Estadual da Educação
- 06 - Secretaria Estadual da Cultura
- 07 - Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia
- 08 - Secretaria Estadual do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais
- 09 - Secretaria Estadual de Obras Públicas e Saneamento
- 10 - Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento
- 11 - Secretaria Estadual de Justiça e Segurança
- 12 - ALGA - Associação para o Livre Gerenciamento Ambiental
- 13 - Agapan – Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
- 14 - Movimento Roessler
- 15 - Núcleo Amigos da Terra / Brasil
- 16 - CEA - Centro de Estudos Ambientais
- 17 - Instituição Universitária Pública - UFRGS
- 18 - Instituição Universitária Privada - URI
- 19 - Sindiágua – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e Esgoto do Rio Grande do Sul
- 20 - Fetag – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
- 21 - Fiergs – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
- 22 - Farsul – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
- 23 - Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul
- 24 - Famurs – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
- 25 - Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
- 26 - Centro de Biotecnologia do Estado do Rio Grande do Sul
- 27 - Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas
- 28 - Fepam – Fundação Estadual de Proteção Ambiental
- 29 - Fepam – Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Corpo Técnico)*

* A representação do Corpo Técnico vinculado aos órgãos do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (Sisepa) é rotativa, com duração de um ano, envolvendo ainda Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) e Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB).

APÊNDICE B - Modelo de questionário na Escala de Likert para aplicação nos integrantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA

Prezada Conselheira, Prezado Conselheiro:

Solicitamos sua colaboração no preenchimento do questionário abaixo. Este instrumento de pesquisa exploratória utiliza a Escala de Likert e integra projeto de dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUCRS.

Não há necessidade de identificação, mas assinale o grupo a que pertence.

Agradecemos pela disponibilidade.

- () Representante de órgão da administração pública direta ou indireta
 () Representante de organização não-governamental
 () Representante de entidade empresarial, educacional ou de categoria profissional

01 – Nos jornais, as notícias sobre a temática ambiental deveriam contar com espaço, em cada edição, equivalente ao que é destinado às notícias de Política, Economia, Esportes, Cultura, Segurança etc porque o futuro das espécies, inclusive a humana, está ameaçado.

- ()Concordo plenamente ()Concordo ()Sem opinião ()Discordo ()Discordo plenamente

02 – O noticiário sobre a temática ambiental nos jornais é apresentado de forma sensacionalista e/ou superficial, incorrendo em freqüentes erros de informação.

- ()Concordo plenamente ()Concordo ()Sem opinião ()Discordo ()Discordo plenamente

03 – Os jornalistas que produzem notícias com temática ambiental têm buscado qualificação profissional nesta área.

- ()Concordo plenamente ()Concordo ()Sem opinião ()Discordo ()Discordo plenamente

04 - A notícia sobre temática ambiental deve visar à educação ambiental dos leitores.

- ()Concordo plenamente ()Concordo ()Sem opinião ()Discordo ()Discordo plenamente

05 – Nas notícias sobre temática ambiental, o gênero jornalístico *Informativo* deve predominar sobre o *Interpretativo* e o *Opinativo*.

- ()Concordo plenamente ()Concordo ()Sem opinião ()Discordo ()Discordo plenamente

06 – Está aumentando a preocupação do conjunto da sociedade em relação às questões ambientais e ela traduz-se pelo crescimento do número de iniciativas individuais e coletivas.
()Concordo plenamente ()Concordo ()Sem opinião ()Discordo ()Discordo plenamente

07 – O planejamento e as ações do poder Executivo dos municípios, dos estados e da União, considerados em conjunto, privilegiam os questões econômicas e colocam em plano secundário a preservação ambiental e o desenvolvimento ecossustentável.

()Concordo plenamente ()Concordo ()Sem opinião ()Discordo ()Discordo plenamente

08 – As fontes (entrevistados) integrantes do poder Executivo dos municípios, estados e União, considerados em conjunto, tendem a minimizar e/ou ocultar a relevância de impactos de projetos e obras sobre o ambiente.

()Concordo plenamente ()Concordo ()Sem opinião ()Discordo ()Discordo plenamente

09 – As fontes (entrevistados) integrantes de organizações ambientalistas tendem a exagerar nas denúncias ambientais para obter espaço nos jornais.

()Concordo plenamente ()Concordo ()Sem opinião ()Discordo ()Discordo plenamente

10 – As empresas jornalísticas adotam como critério editorial incluir a questão ambiental nas notícias sobre desenvolvimento econômico.

()Concordo plenamente ()Concordo ()Sem opinião ()Discordo ()Discordo plenamente

**APÊNDICE C – Relação dos municípios habilitados pelo CONSEMA ao
licenciamento ambiental de atividades com impacto local**

A relação, atualizada até janeiro de 2005, inclui 97 municípios que contam cinco milhões e quatrocentos mil moradores, mais da metade da população do Estado. Os municípios destacados são os que contam com mais de 100 mil moradores.

- Aceguá, Água Santa, Agudo, Alegrete, Alpestre, Anta Gorda, Antônio Prado, Arroio do Meio
- Bagé, Boqueirão do Leão, Brochier
- Cacique Doble, Camaquã, Canela, Canguçu, Canoas, Canudos do Vale, Capitão, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Colinas, Cruzeiro do Sul
- Dois Irmãos, Doutor Ricardo
- Encantado, Esmeralda, Estância Velha, Esteio, Estrela
- Fagundes Varela, Farroupilha, Fazenda Vila Nova, Fortaleza dos Vales
- Garibaldi
- Harmonia, Horizontina
- Ibirubá, Igrejinha, Ijuí, Ilópolis, Imigrante, Ipê, Ivoti
- Lajeado, Lindolfo Collor
- Marques de Souza, Mato Leitão, Morrinhos do Sul, Muçum, Muliterno
- Não-Me-Toque, Nova Bréscia, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Novo Hamburgo
- Panambi, Parobé, Passo Fundo, Paverama, Pelotas, Pinhal, Pinhal Grande, Poço das Antas, Porto Alegre, Progresso, Putinga
- Quarai, Quinze de Novembro
- Relvado, Restinga Seca, Roca Sales
- Santa Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santana do Livramento, São Borja, São José do Ouro, São Leopoldo, São Vendelino, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sério
- Tapejara, Tapera, Taquari, Teutônia, Travesseiro, Três de Maio, Tupandi, Três Passos
- Uruguaiana
- Venâncio Aires, Vera Cruz, Veranópolis, Vila Maria, Vista Gaúcha
- Westfália